



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

**AS TRABALHADORAS RESISTEM: UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES**  
**OPERÁRIAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ (1884 – 1919)**

**Vanessa Avila Costa**

**Rio Grande – RS**

**2017**

VANESSA AVILA COSTA

AS TRABALHADORAS RESISTEM: UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES  
OPERÁRIAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ (1884 – 1919)

Monografia apresentada ao Curso de  
Arqueologia da Universidade Federal  
do Rio Grande como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Arqueologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Valladão Thiesen

Rio Grande – RS

2017

Capa: Design produzido por Nadine Silva a partir de uma fotografia da parede externa do antigo Ambulatório Médico da fábrica Rheingantz e da imagem que está disponível no site: <<https://processo-industrial.blogspot.com.br/2009/11/mulher-no-mundo-industrial-working.html>>

VANESSA AVILA COSTA

AS TRABALHADORAS RESISTEM: UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES  
OPERÁRIAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ (1884 – 1919)

Monografia apresentada ao Curso de  
Arqueologia da Universidade Federal  
do Rio Grande como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Arqueologia.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Valladão Thiesen – Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Fraga da Silva – Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Louise Prado Alfonso – Universidade Federal de Pelotas

À minha avó, **Dalva Freitas Costa**, cujas histórias do tempo em que trabalhou como aprendiz na Fábrica Rheingantz sempre me inspiraram a desenvolver este trabalho. E, ao meu avô, **Otoni Oliveira Costa** (em memória), que trabalhou durante boa parte da sua vida na construção civil e, de certa forma, transferiu o seu amor pela arquitetura para mim. Suas lembranças me fizeram compreender o sentido de patrimônio: a Rheingantz, dos relatos da minha avó e as casas, construídas pelo meu avô, evocam as histórias que me eram contadas desde pequena. Passados que não vivi, mas que sempre estiveram vivos, não só nas suas memórias, como na paisagem rio-grandina.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras do curso de Bacharelado em Arqueologia, Adriana Fraga da Silva, Artur Barcelos, Beatriz Thiesen, Cassiane Paixão, Danilo Bernardo, Gianpaolo Adomilli, José Alberione, Márcia Kuniuchi, María Farías, Martial Pouguet e Martín Tempas, por todos os ensinamentos passados, que levarei para a minha trajetória enquanto arqueóloga.

Dentre esses professores e professoras, agradeço especialmente à Bia, que mais do que professora e orientadora, sempre foi uma amiga, ao qual tenho uma imensa admiração, não apenas como arqueóloga, mas também como pessoa. Agradeço por acreditar em mim e, principalmente, por acreditar que seria possível realizar este trabalho, apesar de todas as dificuldades que encontramos pelo caminho. Por ter sido uma orientadora maravilhosa, que me acolheu e não mediu esforços para me ajudar, e por ter me ensinado, sobretudo, a “olhar com olhos de ver” e a arte de ousar.

À Adriana, por ter trazido leituras e discussões à linha temática de Gênero, Feminismos e Arqueologia na disciplina de Tópicos Especiais de Arqueologia do Capitalismo, onde tive a oportunidade de desenvolver o capítulo teórico deste trabalho, além de todas as conversas e sugestões que foram fundamentais para o desenrolar da minha pesquisa.

A Arqueologia me fez conhecer a Aline Mendes que é, entre tantas outras coisas, uma talentosa poetiza: autora do poema que está na epígrafe deste trabalho, que ela criou especialmente para ele e que, com certeza, me trouxe inspiração para escrever sobre a vida cotidiana das mulheres operárias. Obrigada por todas as conversas, no Liber Studium e fora dele.

Em 2014, quando ingressei no curso de Arqueologia, fiz três grandes amigas: Adara Guimarães, Paula Boroni e Yasmin Acosta. Foram, sim, quatro anos de muito estudo, mas também de muito companheirismo, apoio, risadas, viagens, festas e comilanças. Tenho a sorte de ter conhecido pessoas tão incríveis, que fizeram meus dias na FURG mais felizes. Agradeço também ao Yure Dutra que sempre esteve ao nosso lado e aturou nossas maluquices, se tornando um amigo muito querido. Não menos especiais são as(os) amigas(os) da turma de 2015, Chayenne Costa, Filipe Fernandes, Ana Claudia Borella e Tamires Campos, e também as(os) amigos(as) da turma de 2016, Alice Teixeira, Filipe Figueiredo, Natália Tavares, Anderson Gomes e Gabriel Arriel.

Através deste trabalho, tive a oportunidade de conhecer o Miguel Castro, estagiário do Centro de Documentação Histórica (CDH) da FURG. Em meio as minhas tentativas

frustradas de pesquisa, acabamos ficando amigos. Obrigada por ter sido sempre incansável na busca por bibliografias e documentos, e pelas palavras de apoio.

À minha professora da UFPel, Louise Alfonso, que tive a sorte de conhecer este ano, por me ensinar, não apenas outras formas de conceber a materialidade, mas que devemos lutar para defender a Arqueologia que fazemos.

Ao amigo arqueólogo, Bruno Pons, por ter disponibilizado o seu Trabalho de Conclusão de Curso e por ter me emprestado um livro que foi muito importante para compreender a história da fábrica Rheingantz.

À professora Vivian Paulitsch, pelo envio das plantas arquitetônicas das casas, entre outros materiais sobre a Vila Operária da Rheingantz.

Ao Vinícius Pereira, pela ampliação das plantas e por toda a paciência que teve comigo.

Sou grata às moradoras e moradores da Vila Operária que, gentilmente, me acolheram em suas casas, compartilhando suas memórias de passados não tão distantes.

Agradeço às companheiras que integram o Coletivo Feminista Por Nós Mesmas: Alice da Conceição Teixeira, Yasmin Acosta, Adara Guimarães, Violet Baudelaire, Adriana Fraga da Silva, Amanda Alves, Giselda Valadão, entre outras, por oferecerem apoio e forças para lutar. Por me ensinarem, na prática, o significado da palavra sororidade.

Ao arqueólogo Ricardo de Sá, que conheci no primeiro ano do curso e desde então se tornou um amigo incrível. Obrigada por toda a ajuda oferecida.

Ao meu primo, Gilmar Silva, por ter contribuído de forma expressiva com a elaboração deste trabalho, possibilitando a visita a uma das casas da Vila Operária, e a minha prima, Nadine Silva, pela produção da arte lindíssima que está na capa do trabalho, pelas leituras e sugestões e por ser uma amiga para todas as horas.

À minha amiga de infância, Carina Ramos, por oferecer sempre palavras de otimismo e incentivo e a minha também amiga de infância e irmã de coração, Lívia Barbosa, por se fazer presente sempre, de todas as formas, na minha vida (ainda que não nos vejamos com tanta frequência) e por todos os conselhos e conversas de madrugada.

Por fim, agradeço aos meus pais, Glaci e Francisco, e a minha avó, Dalva, por sempre apoiarem minhas escolhas, oferecendo todo o seu amor, carinho e dedicação. Sem vocês não seria possível realizar o meu sonho de ser arqueóloga.

*Procura-se.*

Procura-se um poema feminino

Sobre mãos molhadas de louça.

Mulheres com caras de loucas

E costas cansadas do dia.

Procura-se uma escrita real

Sobre a mulher que fingiu o prazer carnal

Sobre a mãe que não queria agora.

E a falta de representatividade mundial.

Procura-se alguma escrita literária.

Sobre o ódio à genitália

Sobre a ameaça constante de morte

E a tripla jornada diária.

Procura-se por versos romantizados

Dizendo que violência é coisa do passado.

Que os direitos estão garantidos

E que a gente não precisa lutar.

Procura-se uma poeta sem sentimentos

Que possa fazer graça e beleza

Colocando palavras bonitas

Em coisas que só nos trazem tristeza.

## RESUMO

A partir da compreensão de que a arquitetura das casas da Vila Operária da Fábrica Rheingantz constitui um dispositivo de dominação patriarcal que opera na construção de espaços de sujeição e subordinação da mulher operária ao homem operário, atrelados à ideologia da domesticidade, procurei entender as opressões de gênero e classe, responsáveis por estruturar as relações de poder que se estabelecem nas habitações entre os anos de 1884 e 1919. Percebendo-as como uma extensão da fábrica propriamente dita, consegui refletir sobre a vida cotidiana das mulheres operárias nas casas. Para a realização do estudo, utilizei os relatórios da fábrica que proporcionaram a interpretação do modo como a paisagem da Vila Operária foi construída entre o recorte temporal trabalhado e como ela impôs regras às trabalhadoras que nela moravam, além de transcrições de jornais operários rio-grandinos e plantas arquitetônicas das moradias. A visitação nas casas e os relatos de moradores e moradoras da vila também constituíram uma fonte significativa para a pesquisa. Consegui, dessa forma, compreender as estratégias de resistência cotidianas das mulheres na vila às opressões e abusos ao qual estavam sujeitas, através da subversão da ordem social da arquitetura, bem como as dinâmicas de resignificação dos passados de opressão e resistência que ainda são visíveis no contemporâneo.

**Palavras-chave:** Vila Operária; Fábrica Rheingantz; Mulheres operárias; Arqueologia de Gênero; Arqueologia da Arquitetura.

## ABSTRACT

Through the comprehension that the architecture of the houses at Vila Operária, part of the Rheingantz structure, it is possible to identify its function as a device of patriarchal domination that works in the construction of spaces of subjection and subordination of the working class women to the working class man, both dominated to the ideology of domesticity. In this article I focus on the understanding of oppressions of both gender and class, responsible for the structuring the relations of power that are present in the houses between the years of 1884 and 1919. As these houses were an extension of the fabric, I was able to reflect about the daily life of the working women in their own houses. Through the official reports of the fabric I was able to make interpretations about how the scenery of the Vila Operária was built and how she imposed rules to the workers that shared those spaces, I also used transcriptions of the local working class newspapers and the architectural plans of the houses. The visitations I made to the houses and the stories told by the residents of these houses also worked as an important font to this research. I was able to understand the strategies of the daily resistance of the women that lived there to the oppressions and abuse that they were victim, through the subversion of the social order of the architecture as through the dynamics of resignification of this past of oppression and resistance that are still visible.

**Key-words:** Vila Operária; Rheingantz Fabric; Working women; Gender Archaeology; Architecture Archaeology.

## SUMÁRIO

Introdução .....	12
Capítulo 1 – A formação da cidade cosmopolita .....	16
1.1 – Cenário rio-grandino oitocentista .....	16
1.2 – A Fábrica Rheingantz e o movimento operário em Rio Grande .....	22
Capítulo 2 – O pensar de uma arqueologia das mulheres operárias .....	34
2.1 – Arqueologia de gênero ou arqueologia das mulheres? .....	34
2.1.1 – Elucidando gênero e a inclusão de outras categorias de análise .....	38
2.2 – A arquitetura como fonte de estudo da arqueologia de gênero .....	43
Capítulo 3 – A opressão das operárias da Fábrica Rheingantz .....	48
3.1 – Onde estavam as operárias? .....	48
3.1.1 – A Vila Operária da Rheingantz: um dispositivo de dominação patriarcal .....	58
3.2 – A luta das mulheres operárias .....	94
As trabalhadoras resistem: considerações finais .....	102
Referências.....	105

## Introdução

Antes de me deter no problema que me impulsionou a desenvolver uma pesquisa arqueológica acerca do cotidiano das operárias da Fábrica Rheingantz, discorrerei um pouco sobre o contexto de inserção do complexo fabril, como um caminho para situar brevemente a leitora e o leitor no tempo e no espaço ao qual pretendo debruçar-me.

Estamos na Rio Grande oitocentista, situada no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente no ano de 1873, ano no qual a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater foi fundada pelo comerciante Carlos Guilherme Rheingantz.

Durante a execução da pesquisa, deparei-me com uma quantidade imensa de relatórios do complexo fabril, que correspondem ao final do século XIX e a metade do XX. O relatório do ano de 1884 faz alusão ao projeto de construção da Vila Operária juntamente à fábrica, ressaltando a vantagem de ter operários(as) morando nas suas proximidades. Assim, até meados do século XX se deu a construção de casas para operários, contramestres e mestres da fábrica. Além disso, entre o final do século XIX e começo do XX, nos arredores da fábrica também foram construídas a escola, o jardim de infância, o ambulatório médico, a cooperativa de consumo, entre outros, que compõem parte do programa assistencialista e paternalista da fábrica, que tinha como um dos objetivos exercer o controle e disciplinar as trabalhadoras e trabalhadores.

Procurando por documentos históricos que fizessem referência às operárias da Rheingantz, encontrei relatórios da fábrica referentes aos anos compreendidos entre 1884 e 1895. Estes mencionam as mulheres que compunham a sua mão de obra: operárias que estavam desempenhando trabalhos de costura para fábrica à domicílio e operárias que trabalhavam no interior da fábrica propriamente dita. A leitura atenta destes relatórios me fez refletir: afinal, quem eram estas mulheres? Como elas resistiram à dominação patriarcal e ao controle fabril? Por que uma pequena parte delas estava trabalhando em suas casas? Poderiam morar na Vila Operária? A que tipo de violências e abusos estavam submetidas? Como construíram suas visões de mundo? Como lutavam pela igualdade de gênero nos espaços fabris? É possível contar as suas histórias?

Logo, estudei as casas da Vila Operária onde as mulheres trabalhadoras viveram, entendendo a arquitetura enquanto uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987) que opera como um mecanismo de dominação patriarcal, e considerando que estas casas também são espaços fabris, onde o controle e a vigilância penetram o seu interior. Procurei inferir através dessa análise a desigualdade de gênero e a violência sofrida por elas, inclusive no próprio movimento operário liderado por homens, a partir do entendimento de que para o patriarcado

é necessária a exclusão e afastamento das mulheres de determinados lugares sociais (BELTRAN et al, 2002, p. 1), assim como a sua resistência e luta contra o *status quo* dominante entre os anos de 1884 e 1919, tentando compreender como esses passados são ressignificados no contemporâneo.

Ressalto que estudos de gênero na arqueologia histórica têm sido realizados, sobretudo, acerca da materialidade das mulheres que compunham a elite e a classe média do final do século XIX e começo do século XX, devido a maior quantidade de registros escritos das classes de mulheres de famílias mais abastadas, que auxiliam na interpretação da materialidade, embora as fontes também sejam fragmentadas. Estas fontes são, em sua maioria, correspondências, diários, autobiografias (PERROT, 2005), pertencentes, portanto, às mulheres que tinham acesso à escrita. Além disso, existe um número muito maior de evidências materiais preservadas que pertenciam às mulheres da elite e da classe média, o que favorece o seu estudo.

Nas palavras de Perrot (Ibid., p. 29), a dificuldade de se fazer uma história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços. Segundo a autora, o silêncio é quebrado apenas pelas privilegiadas da cultura e ele pesa ainda mais para as operárias cuja individualidade nos escapa, já que elas são percebidas em grupo, através de imagens, fotografias ou descrições etnográficas que apagam necessariamente particularidades e conflitos (p. 30).

Por outro lado, o estudo da arquitetura das casas da Vila Operária onde residiam as mulheres operárias, possibilita a compreensão de aspectos da sua vida cotidiana, levando em conta que elas, enquanto agentes sociais ativas (ANDREU, 2005) também podem vir a subverter a ordem social que lhes foi imposta, lutando contra a violência patriarcal, ainda que haja uma vigilância coercitiva (FOUCAULT, 1999) que oprime e controla todos os operários, mas que recai com mais força a elas. Nesse sentido, o trabalho propõe a investigação de um tema pouco elucidado dentro da chamada arqueologia de gênero: a arqueologia das mulheres que não compõem a classe média e muito menos a burguesia, mas das mulheres pobres que integram a classe operária do final do século XIX e começo do século XX.

É importante salientar a forma como ocorreu a escolha do recorte temporal ao qual a pesquisa partirá. Foi no ano de 1884 em que as casas para os(as) funcionários(as) da empresa começaram a ser construídas nas proximidades da fábrica, conformando a paisagem da Vila Operária. Já em 1919, foi fundado o Sindicato das Tecedeiras pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), de orientação anarco-sindicalista, onde as operárias da Rheingantz lideraram uma greve no mesmo ano (LONER, 2001).

Para realizar o estudo proposto, primeiramente, procurei por documentos que poderiam mencionar as operárias da fábrica. A proposta inicial era analisar as fichas e contratos de trabalho das operárias, contratos de aluguéis das casas da Vila Operária, jornais operários rio-grandinos *Echo Operário* e *O Proletário* da época<sup>1</sup> e o estatuto do Sindicato das Tecedeiras, além dos relatórios da Rheingantz. Porém, só obtive acesso aos relatórios, disponíveis na Bibliotheca Riograndense. Como não consegui pesquisar os jornais, recorri às transcrições realizadas em pesquisas anteriores a este estudo. Como afirma Thiesen (2009, p. 145), a via de acesso de arqueólogos(as) a outros aspectos da cultura é a materialidade. Essa materialidade pode ser observada diretamente, todavia, podem haver vestígios que foram destruídos, que foram efêmeros ou que nunca foram realizados, como, por exemplo, um projeto. Portanto, conforme a autora, existem duas formas complementares que potencializam o acesso à cultura material de uma sociedade: a observação direta e a indireta (BRUNEAU; BALUT, 1997, p. 46-47 apud THIESEN, 2009). Dessa forma, os relatórios da fábrica, concebidos enquanto uma via de acesso indireta à materialidade, proporcionaram o entendimento das dinâmicas de construção da vila, bem como a inserção das casas na paisagem ao longo do recorte temporal trabalhado.

Também estudei as plantas arquitetônicas<sup>2</sup> das casas da vila onde as operárias poderiam morar e visitei algumas dessas habitações, atentando o olhar para o modo como a arquitetura impôs normas e comportamentos considerados “naturalmente femininos” às mulheres, a partir da incorporação do discurso burguês da ideologia da domesticidade.

Ademais, estabeleci diálogos com as moradoras e moradores, que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa. Suas memórias e relatos foram um caminho para chegar à materialidade e as relações de poder de gênero e classe que se estabeleciam e ainda se estabelecem na vila, fundamentalmente nas Casas do Corredor.

O trabalho possui três capítulos. O primeiro aborda o histórico da cidade na transição da fase comercial para industrial no século XIX, buscando compreender os mecanismos de exclusão dos sujeitos em situação de subalternidade (incluindo as mulheres operárias), situando-os no tempo e espaço, para focar na historiografia da fábrica Rheingantz, bem como na formação do movimento operário rio-grandino.

O capítulo dois discute a utilização de determinadas abordagens teóricas, a fim de estabelecer as teorias que foram aplicadas no trabalho. Dentre elas estão a arqueologia de gênero, concebida a partir de um viés feminista, e a arqueologia da arquitetura, ambas

---

<sup>1</sup> Os jornais operários e documentos se encontram no Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e não estão disponíveis para pesquisa, conforme esclarecimento prestado pela sua coordenação, pois estão sendo higienizados.

<sup>2</sup> As plantas arquitetônicas foram fornecidas e desenvolvidas por Vivian Paulitsch (2003).

desenvolvidas através de uma perspectiva foucaultiana das relações de poder e do emprego das categorias de gênero e classe que, assim como outras, são as responsáveis por estruturar essas relações.

O capítulo três apresenta reflexões sobre a vida cotidiana das mulheres operárias da fábrica Rheingantz, tanto as que costuravam à domicílio como aquelas que estavam trabalhando no interior da fábrica, a partir do estudo da arquitetura das casas da Vila Operária em que elas poderiam estar morando, bem como o contexto de inserção das habitações na paisagem. Também realizei um levantamento bibliográfico acerca da luta feminina no movimento operário e utilizei as transcrições dos jornais *Echo Operário* e *O Proletário* para compreender as estratégias de resistência das trabalhadoras da Rheingantz, estabelecendo conexões com aquelas que não trabalhavam no interior da fábrica, mas em suas casas.

## 1. A FORMAÇÃO DA CIDADE COSMOPOLITA

Para compreender o cotidiano das mulheres operárias da fábrica Rheingantz, é necessário perceber o contexto, tanto espacial como temporal, em que elas estão inseridas: a Rio Grande, do final do século XIX e começo do século XX, bem como as dinâmicas da cidade, no que condiz ao processo de exclusão de determinados sujeitos. Neste capítulo, pretendo conceber a cidade enquanto um projeto idealizado pela burguesia, paralelamente ao desenvolvimento industrial, responsável pela situação de subalternidade em que esses sujeitos, incluindo aí as operárias, se encontravam e se encontram, até os dias de hoje.

### 1.1 – Cenário riograndino oitocentista

Abordarei a história da cidade seguindo a perspectiva de Martins (2006), que considera que Rio Grande passou por três fases: militar, comercial e industrial. Irei me deter na transição da fase comercial para a industrial, dando ênfase no processo de urbanização e nas demais transformações que passam a ocorrer no cenário oitocentista, como a chegada da mão de obra imigrante, que modificou a conformação da cidade.

Conforme Bittencourt (2007, p. 32), “no início do século XIX a vila modificou sua histórica função militar, metamorfoseando-se no principal centro comercial do extremo sul do Brasil”, devido ao desenvolvimento do mercado de charque e a Abertura dos Portos às Nações Amigas de Portugal. Portanto, como consequência do impulsionamento das atividades portuárias, houve a diversificação das ocupações citadinas relacionadas ao comércio e à fabricação artesanal, como afirma Dode (2012).

Em meados de 1850, segundo Bittencourt (2007), introduziu-se o comércio atacadista de exportação e importação, sendo este o ponto chave que resultou na pujança da cidade, justamente no momento em que se intensificam os vínculos entre o Brasil e as demais nações europeias. O autor destaca que essas relações causaram a consolidação do modelo de civilização europeu, que se contrapôs ao modelo luso-brasileiro adotado durante todo o período colonial. Esse modelo, para ele, foi legitimado pelas elites brasileiras que passaram a empregar as práticas burguesas europeias, principalmente franco-inglesas, na sua vida cotidiana, com a finalidade de enaltecer o seu poder e “superioridade” frente aos segmentos sociais mais desfavorecidos. Além de funcionar como estratégias de dominação, através da imposição de um modelo às classes mais baixas.

Entretanto, Thiesen (2009), ao pesquisar onde estavam os imigrantes nos espaços da cidade, como eles representaram a si próprios e como a sua identidade poderia estar marcada na paisagem, destaca que, ao buscar no Censo de 1888 do município as formas das casas do período (se eram térreas ou sobrados) e a sua localização, assim como os residentes e a sua origem, a religião e a profissão que exerciam, foi possível constatar a existência de um grupo de estrangeiros – não apenas ingleses e franceses – como também, alemães e italianos, que se estabeleceram em sobrados, na área central da cidade. Área essa onde estão/moravam os comerciantes. Portanto, a pesquisa da autora evidencia uma multiplicidade de grupos de diferentes origens que necessariamente estavam vinculados a vários modelos de modernidade, além dos franceses e ingleses.

No que condiz a invisibilidade desses imigrantes, Thiesen (2009, p. 153) afirma que os comerciantes-imigrantes, até um determinado momento, procuraram construir uma identidade adotando símbolos que pudessem diminuir as diferenças entre eles e a população local de origem portuguesa. Mas, com a industrialização, essa construção inverte-se e passa a marcar as diferenças com relação aos portugueses, o que fica evidenciado pela paisagem da cidade. Símbolos identitários dos imigrantes que, até então, pareciam invisíveis, passam a ser vistos, principalmente na arquitetura fabril e nas casas dos principais industriais e comerciantes locais, imigrantes ou nascidos no Brasil, porém de origem europeia e não portuguesa.

O capital comercial e a mão de obra imigrante foram os responsáveis pelo acúmulo de capital, que conseqüentemente resultou no desenvolvimento industrial de Rio Grande, segundo Martins (2006). Assim, a pequena vila de origem portuguesa, de finalidades defensivas, tornou-se uma cidade cosmopolita no fim do século XIX e início do século XX (THIESEN, 2009, p. 144).

Em âmbito nacional, como afirma Bittencourt (2007), houve o aumento do mercado interno brasileiro, devido à expansão cafeeira no Sudeste, na década de 1870. Além disso, a oferta de emprego no comércio, sobretudo, nas fábricas, aos colonos extenuados por conta dos latifúndios e aos imigrantes que passam a buscar uma vida melhor, por constituírem mão de obra de nível técnico superior, elevou o número de trabalhadores assalariados no país. Logo, a chegada de imigrantes estrangeiros no Brasil está vinculada ao momento de transição de uma economia até então baseada na mão de obra escravizada para uma economia fundamentada na mão de obra livre (PESAVENTO, 1985).

No caso do Rio Grande do Sul, para Pesavento (1985), devemos acrescentar o fato de que os colonos<sup>3</sup> estariam em terras que, até então, não haviam sido aproveitadas pela pecuária

---

<sup>3</sup> Bartmann (2012) afirma que quando o imigrante alemão integra-se ao cenário rio-grandense, o termo “colono” passa a ser utilizado para designá-lo. “Colono” é como se chama o alemão recém chegado às terras do sul do

extensiva, o que provocaria, pelo povoamento, a abertura de estradas, facilitando as comunicações. Como ressalta a autora, os primeiros imigrantes a chegar foram os alemães, que passaram a praticar uma agricultura de subsistência em pequenos lotes de terra, utilizando mão de obra familiar, a partir de 1824. A agricultura colonial produziu um excedente econômico que passou a ser vendido para o mercado regional e, posteriormente, nacional, em meados dos anos de 1870. O artesanato nos núcleos coloniais, baseado fundamentalmente na “habilidade técnica” do imigrante, muitas vezes conhecedor de um ofício da sua terra de origem, surgiu paralelamente ao trato da terra ou constituindo-se em atividade separada. Consistiu, portanto, como uma produção mercantil não-capitalista, na qual o artesão, com ferramentas simples, produzia para o consumo local e para o mercado, com o auxílio da mão de obra familiar (PESAVENTO, 1985). A realização dessas atividades produtoras não-capitalistas possibilitaram ao comerciante uma acumulação de capital, básica para o surgimento da indústria.

Todavia, segundo Pesavento (1985), algumas indústrias já nasceram prontas. Nesse caso, o comerciante passa a aplicar o seu capital na consolidação de uma empresa que surge como indústria propriamente dita, em um estágio que pode ser denominado de “fabril-manufatureiro”, caracterizando-se pelo uso de maquinários em associação com o emprego de ferramentas, além de um significativo capital inicial e utilização de força de trabalho assalariada. A Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, fundada em Porto Alegre em 1891 por um grupo de comerciantes, a cervejaria Ritter, fundada também em Porto Alegre em 1894, a fábrica de banha fundada por Oderich em 1908, na cidade de Canoas e a fábrica de capas impermeáveis montada em Caí por Renner em 1911, são alguns exemplos desse tipo de empresa. Este foi o caso da indústria em Rio Grande.

Martins (2006), parafraseando Pesavento (1985), ressalta que o burguês imigrante teve um papel determinante no que concerne o desenvolvimento comercial e, posteriormente, industrial no Rio Grande do Sul, principalmente por deter experiência profissional na administração de alguma indústria. Muitas fábricas de diferentes ramos passaram a ser fundadas por imigrantes de primeira ou segunda geração nas cidades de Rio Grande e Pelotas, como destaca Pesavento (1985, p. 37):

Veja-se o caso de Pelotas: em 1864, Friedrich Lang, possuindo experiência técnica no ramo, fundou uma empresa para fabricar velas e sabões; em 1880, Carlos Ritter, comerciante, estabeleceu-se com uma cervejaria. Em Rio Grande, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul; em 1891, Gustavo Poock, filho de um fabricante de charutos da

---

Brasil e se diferencia daquele “imigrante” que se estabelece em São Paulo, esse, vai constituir a mão de obra nas lavouras cafeeiras, enquanto o colono normalmente adquire um lote de terras para agricultura de subsistência. (CUNHA, 2006, p. 279-299 apud BARTMANN, 2012, p. 1097).

Alemanha, fundou uma fábrica deste tipo, e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-Grandenses para fabricação de farinha de trigo.

Para Paulitsch (2008), algumas condições da sociedade gaúcha ajudaram no estabelecimento de indústrias, tais como o mercado de trabalho constituído por mão de obra livre, o colono imigrante que buscou trabalhar nas indústrias recém formadas nos núcleos coloniais ou em centros urbanos já conformados e o processo de imigração-colonização que deu entrada a estrangeiros que também exerciam a profissão de operários<sup>4</sup> em seus países de origem. Soma-se a isso os efeitos de uma política econômica chamada encilhamento<sup>5</sup>. Sob o efeito dessa política, houve um crescimento na produção que corresponde ao aumento da quantidade de empresas.

Dessa forma, no que condiz à mão de obra, muitas vezes as indústrias tinham que trazer da Europa pessoal habilitado, como foi o caso da Fábrica de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, já que o eixo Rio Grande-Pelotas possuía um mercado de trabalho menos abrangente em comparação com o da região colonial (PAULITSCH, 2008). Paulitsch (2008) também destaca a Fábrica de Charutos Pooch e a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, ambas contemporâneas à Fábrica Rheingantz<sup>6</sup>. Segundo a autora, mais indústrias são criadas na cidade. Consistiam em grandes estabelecimentos, com investimento de capital acima da média. Os ramos que mais se destacavam no município eram os de tecelagem, charutos e conservas alimentícias, totalizando cerca de 18 indústrias no ano de 1913.

É juntamente com o processo de desenvolvimento industrial que se dá início à criação de projetos de expansão de diversas cidades do Brasil. Em Rio Grande, o primeiro projeto de expansão da cidade além das trincheiras, com a demarcação de ruas e quarteirões ocorreu em 1871, conformando o que viria a ser a “Cidade Nova”, segundo Torres (2010). O planejamento se deu por conta da pressão urbana provocada pelo crescimento industrial, o

---

<sup>4</sup> Optei, na maioria das vezes, neste capítulo, pela não utilização da linguagem inclusiva de gênero, principalmente quando operários são mencionados, já que a linguagem usada pelas autoras e autores é universalizada (se referem ao gênero masculino).

<sup>5</sup> Política econômico-financeira que se desenvolveu entre 1891 e 1894. Consistiu em ampliar o meio circulante, conceder aos bancos o direito de emissão na proporção de três vezes o seu lastro-ouro, tendo esses bilhetes bancários igual reconhecimento que as cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional. Acarretou uma baixa de câmbio e aumento das taxas de importação (PAULITSCH, 2008, p. 28).

<sup>6</sup> Segundo Paulitsch (2008, p. 47), a denominação da *Fábrica de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater* foi alterada em 1884 para Rheingantz & Cia. e convertida em 1890 em uma sociedade anônima, com o título de Companhia União Fabril. A *Fábrica de Charutos Pooch*, primeira fábrica de charutos havaneses e nacionais do gênero fundada no país, foi instalada na cidade do Rio Grande em 1891 pelo comendador Gustavo Pooch. Ela estava situada nas proximidades da Fábrica Rheingantz e possuía uma vila operária nos fundos da fábrica. Era composta predominantemente por funcionárias do sexo feminino. Já a *Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande*, como afirma a autora, era uma fábrica especializada em tecidos de algodão que, apesar de ter sido fundada em 1894 por Giovanni Hessemberger, iniciou suas atividades em 1896. Em seguida, passou para a firma Santo Bocchi & Cia., de Genova, sendo, posteriormente, transformada em uma sociedade anônima, sob a denominação de Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira, de Paulo Ângelo Pernigotti, seu incorporador. Os principais produtos fabricados eram: brins, camisetas, atalhados, panos para colchões, tecidos fantasia e artefatos. Ela ocupava uma área de 10.000m<sup>2</sup>, havendo uma vila operária nas suas proximidades.

aumento na oferta de empregos e a necessidade de terrenos baratos para a construção de habitações populares. Desse modo, muitos imigrantes estrangeiros passam a residir na cidade no século XIX, como é possível ver na tabela elaborada por Copstein (1975, p. 40) a partir do recenseamento municipal de 1888:

TABELA 1 – Estrangeiros na cidade do Rio Grande em 1888.

NACIONALIDADE	CIDADE	CIDADE NOVA	TOTAL
<i>Portugueses</i>	1.280	93	1.373
<i>Italianos</i>	251	61	312
<i>Alemães</i>	234	42	276
<i>Franceses e Ingleses</i>	172	19	191
<i>Outros</i>	853	108	961
TOTAL	2.790	323	3.113

Fonte: (COPSTEIN, 1975, p. 40 apud MARTINS, 2006, p. 80).

Quanto à classificação que Copstein faz de Rio Grande em “Cidade” e “Cidade Nova”, Martins (2006) faz algumas observações:

O que se chamava “cidade” representava o núcleo inicial de povoamento a partir do forte Jesus Maria José e matriz de São Pedro e que se expandiu até o final do século XIX, vindo a configurar a atual zona central. A “cidade” ou cidade antiga era limitada ao norte pelo Canal do Norte, ao sul pelo Saco da Mangueira e a leste pelos banhados (...).

De acordo com a TABELA 1, entre os estrangeiros residentes em Rio Grande, a maioria possuía nacionalidade portuguesa, seguido de italianos, alemães, franceses e ingleses. A categoria outros se refere àqueles imigrantes cuja nacionalidade não foi identificada no recenseamento municipal de 1888. Se pode considerar a possibilidade de boa parte das pessoas que compunham esse grupo serem de nacionalidade africana, ainda que o tráfico negreiro tenha acabado em 1850. Legalmente, portanto, a partir dessa data não veio nenhum africano para o Brasil. É importante destacar que o Censo foi elaborado no mesmo ano da abolição da escravidão. Entretanto, onde estavam os negros e negras? Dode (2012, p. 54), ao analisar o *Relatório de fim de Administração Provincial de 1888*, observa o *Resumo geral dos quadros demonstrativos das condições de escravos inscritos na matrícula encerrada à 30 de março de 1887*, onde são arroladas informações quantitativas sobre escravizados dos municípios gaúchos. Rio Grande caracteriza-se como a cidade com maior número de escravizados e escravizadas, contando com 844 indivíduos, dos quais 498 possuíam domicílio urbano.

Dode (2012, p. 75) entende que os cortiços da cidade de Rio Grande, do ano de 1888, retratados no Censo, são o eixo central de uma esfera de sentidos que passa a rondar o imaginário popular, associando estas habitações com negro-vagabundagem-criminalidade. Segundo a autora, nesses cortiços, os operários configuram-se como a terceira categoria de profissões mais relevante, com 11% (14 indivíduos) do total. Logo, para a autora (Ibid., p. 89), pode-se pensar na relação entre operários e a presença de estrangeiros, levando em consideração o que Bittencourt (2007, p. 42) destaca sobre o emprego de imigrantes na indústria e comércio.

Com a instalação da burguesia em Rio Grande, houve a higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar (RAGO, 2014, p. 86-87) e a exclusão das camadas pobres da sociedade do centro urbano. Este processo ocorreu, justamente, no momento em que a moral positivista<sup>7</sup> passa a penetrar em todas as esferas do cotidiano citadino, com o objetivo de normatizar e regular não apenas as instituições, como também os corpos dos sujeitos, a partir de mecanismos sutis que passam a funcionar a serviço do poder.

De acordo com Pesavento (1994, p. 9), a questão social, enunciada enquanto problema pela sociedade capitalista, suscitará a elaboração de discursos científicos que a descrevem, analisam e despertam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios, articulando, assim, o discurso médico e higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético. Chalhoub (1996, p. 29), em *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*, afirma que um dos diagnósticos médicos era o de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, já que as habitações coletivas eram tidas como focos de irradiação de epidemias e terrenos férteis para a propagação de vírus de todos os tipos. Assim, os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da urbe (Ibid., p. 31).

Esses discursos e práticas, como afirma Pesavento (1994, p. 9), são acompanhados de imagens representativas desses personagens: Zé Povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta, o trapeiro. Além disso, há entre elas a presença dos conteúdos morais e das etnias e raças envolvidas no processo de trabalho em formação, assim, negros serão os criminosos, os

---

<sup>7</sup> Positivismo Comteano: Com a instauração da República, as ideias de Auguste Comte foram difundidas por parte da elite intelectual e política do Rio Grande do Sul. Seu seguidor, Júlio de Castilhos, considerava Comte o “mestre dos mestres”. O governo de Castilhos ficou conhecido como Ditadura Científica Positivista devido ao seu caráter autoritário e conservador. Seu sucessor, Borges de Medeiros, manteve a política autoritária. Os políticos rio-grandenses buscavam organizar a sociedade através de uma moral rígida baseada na norma positivista de “conservar melhorando”, pois somente assim conseguiriam atingir o progresso, de acordo com Ismério (1995, p. 10).

ladrões, os vagabundos; mestiço ou mulato é o Zé Povinho, e de aparência imigrante europeia, o trabalhador (Idem).

Nesse sentido, o projeto de expansão que estruturou a chamada Cidade Nova foi responsável pelo varrimento das classes baixas do centro da cidade. A preocupação por parte das elites na divisão da área urbana demonstra a necessidade de perceber a realidade específica do centro urbano em um momento de desenvolvimento de construções, a preocupação com o embelezamento e a modernização (BITTENCOURT, 2007; TORRES, 2010; DODE, 2012), que opera no sentido de legitimar a exclusão de sujeitos. Afinal, os habitantes subalternos da urbe precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral (PESAVENTO, 1994, p. 9).

Como afirma Bittencourt (2007), a industrialização modificou os hábitos e o modo de vivenciar a cidade, motivando a adequação do espaço urbano ao novo quadro imposto pelas elites, que passam a buscar a construção de uma nova imagem da cidade, cuja inspiração está nas metrópoles europeias e no gosto pelo monumental. Assim, passa a ocorrer o processo de “aformoseamento” do município de Rio Grande, mais precisamente da área central, paralelamente ao crescimento industrial. Saliento, aqui, que este processo foi comum a todo o mundo ocidental no período. Porém, Pesavento (1988) compreende que a industrialização do Rio Grande do Sul foi contemporânea a de São Paulo. Este último partia de uma base ligada à exportação do café, setor de ponta da economia brasileira, enquanto o estado gaúcho vinculava-se a um setor da economia voltado para o fornecimento do mercado interno, detendo menor poder de acumulação do que São Paulo, embora fosse o setor de maior ascensão no Rio Grande do Sul, a nível local.

## **1.2 – A Fábrica Rheingantz e o movimento operário em Rio Grande**

A fase industrial da cidade de Rio Grande, segundo Martins (2006), inicia-se em 1873, com o estabelecimento da fábrica mais antiga de tecelagem do estado do Rio Grande do Sul: a chamada Fábrica Rheingantz. A então Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater foi fundada por Carlos Guilherme Rheingantz, de origem renana, juntamente com seu sogro, o Comendador Miguel Tito de Sá, de nacionalidade portuguesa e o alemão Hermann Vater. Em 1874, a Rheingantz entrou em operação efetiva, trabalhando prioritariamente com o processamento da lã, cuja procedência era das propriedades rurais nas regiões de Bagé, Livramento, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar, no sul do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2013). A fábrica estava localizada inicialmente em frente à antiga cadeia, entre

as ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio (GUIGOU-NORRO, 1994 apud PAULITSCH, 2008).

Segundo Paulitsch (2008), Carlos Guilherme Rheingantz, como era costume com quase todos os filhos de grandes comerciantes e industriais, estudou na Europa e, de lá, trouxe conhecimento em gestão de empresas para os seus negócios. Após percorrer vários países europeus e obter experiência, resolve retornar para o Brasil, dedicando-se ao comércio na cidade de Pelotas. Buscou, então, por uma localidade que fosse vantajosa ao estabelecimento de uma indústria que deveria seguir o modelo europeu. Rheingantz acabou escolhendo Rio Grande por esta cidade já possuir um porto preparado para receber embarcações comerciais, útil à importação de equipamentos fundamentais para a produção têxtil (FERREIRA, 2013).

Em março de 1873, de acordo com Paulitsch (2008), casa-se com Maria Francisca de Sá. Porém, a sociedade com seu sogro durou pouco tempo e Rheingantz passa a assumir o controle absoluto da indústria, denominada, agora, de Rheingantz & Cia, situando-se nas mesmas instalações. Em agosto de 1881, adquire a Fábrica de Chapéus Pelotense, em Pelotas. Rheingantz, em 1883, ganha, por decreto imperial, a Comenda da Ordem da Rosa, como reconhecimento do seu pioneirismo no que tange o surgimento e introdução da indústria de lanifícios no país. No ano de 1891, a fábrica passa a ser uma sociedade anônima, sob o nome de União Fabril e Pastoril, modificando a sua razão social em 1895 para Companhia União Fabril. Esta denominação se manteve até o final da década de 1960 (SILVA, 2013).

A empresa ampliou e aprimorou a fabricação de tecidos de lã e, desse modo, incentivou a vinda de estrangeiros, predominando os alemães nos setores técnicos da empresa, durante as primeiras três décadas do século XX. Em outros setores, como, por exemplo, carpintaria, marcenaria e tapeçaria, os mestres eram também europeus, tais como italianos, poloneses e portugueses (FERREIRA, 2013). Paulitsch (2008), assim como Ferreira (2013), destaca a geografia da cidade e o porto marítimo como fatores favoráveis para consolidação da Fábrica Rheingantz, além da imigração, conforme Copstein (1975) em *O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande*:

O êxito dos empreendimentos das colônias urbanas é resultante da situação geográfica da cidade do Rio Grande. Os alemães formaram uma das mais importantes colônias no Rio Grande. Atividades de alemães residentes em Rio Grande – 1874: atividade de comerciante de exportação/importação. Número de estabelecimentos: 18. No campo fabril, Rio Grande, até 1870, contava apenas com estabelecimentos artesanais. Sua importância era principalmente comercial. Coube à iniciativa de origem alemã alterar a base econômica cidadina pela criação de indústrias que podem ser classificadas como modernas. Em 1873, sediava a primeira fábrica brasileira de fiação e tecelagem de lã. Foram Guilherme Rheingantz e Herman Vater, alemão, os criadores do que posteriormente se chamou União Fabril. O empreendimento ampliou-se para incluir uma tecelagem de algodão e englobar uma fábrica de chapéus. Em 1887, trabalhavam

300 operários; destes, 180 brasileiros, 45 portugueses, 30 italianos, 18 alemães, 8 norte-americanos e 8 de diversas procedências.

O Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & Cia. de 1884 atesta a compra do terreno pela fábrica que passa a sediar a produção de tecidos de lã na Estrada da Mangueira, posteriormente denominada Rua Rheingantz (atual Av. Rheingantz), situada na Cidade Nova:

Comprou-se mais 10 braças de terreno contiguo ao que possuímos em frente ao cemitério, ao preço de 650\$000 por ser necessário para o acréscimo da tinturaria. Possui a Sociedade agora ao todo 152 braças de frente vis-a-vis a estação da estrada de ferro.



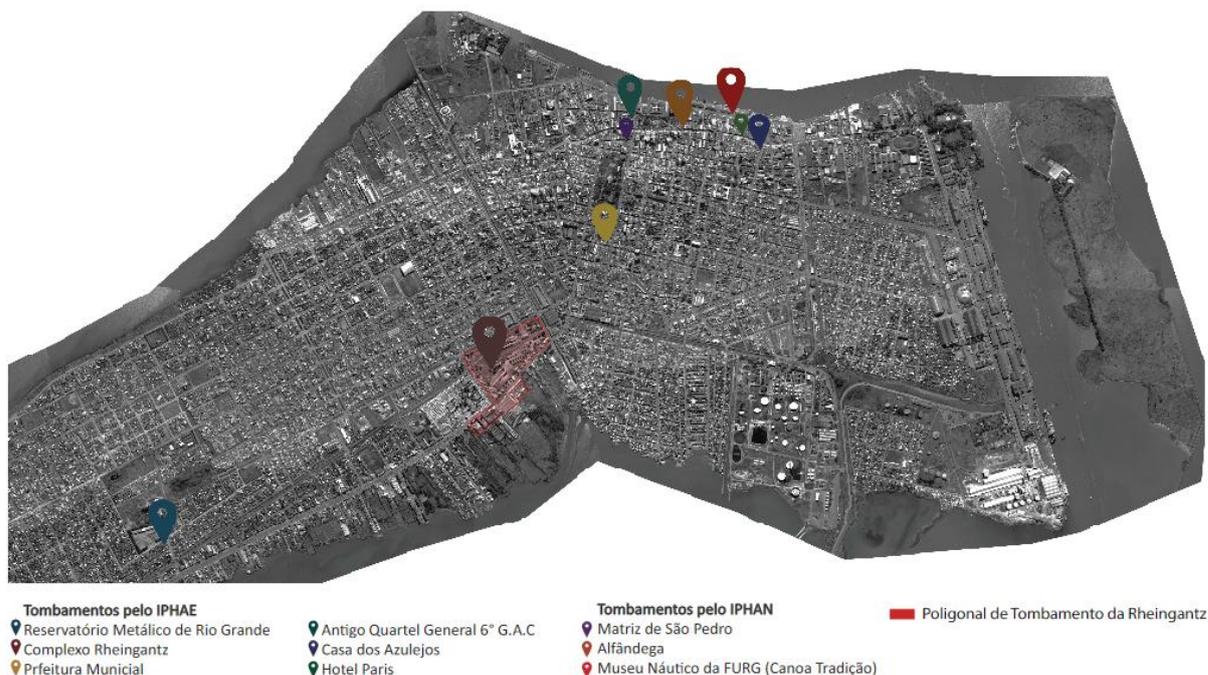
**Figura 1:** Edifício do Escritório Central da fábrica Rheingantz. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 2:** Fábrica Rheingantz. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

No mesmo ano, a fábrica de tecidos de algodão foi fundada e passou a funcionar no antigo edifício da fábrica de lã, enquanto o novo edifício ficou pronto em fevereiro de 1885 (SILVA, 2013). O mesmo relatório, como afirma Paulitsch (2008), consta a compra, na Inglaterra, da cobertura e estrutura de ferro da nova fábrica, o motor, a transmissão e caldeira e os demais maquinismos necessários, além do maquinário para a fábrica de tecidos de algodão. Ademais, o relatório do ano de 1884 salienta a conveniência de edificar casas para operários nas proximidades da fábrica:

Conviria edificar junto a nova fábrica, casinhas para alugar aos operários, para comodidade dos mesmos e segurança do estabelecimento, e ao mesmo tempo oferecendo resultado vantajoso mesmo à *aluguel muito modico* naturalmente garantido pelos salários.



**Figura 3:** Mapa com os Tombamentos pelo IPHAN e IPHAE da cidade de Rio Grande, onde está inserido o Complexo Rheingantz formado pela Vila Operária juntamente à fábrica. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPEL. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.

Além das casas para operários, segundo Paulitsch (2008), também foram edificadas casas para mestres e casas para técnicos, um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres<sup>8</sup>, ambulatório médico e armazém cooperativo. Assim, a Vila Operária passa a ser construída, integralmente à planta industrial da Rheingantz, configurando a paisagem da Cidade Nova. Em 1920, houve paralisação na construção e nos reparos das casas, devido às dificuldades que a empresa vinha passando. Ainda que estas tivessem um “aluguel muito modico”, os operários que nelas moravam deveriam, além de assinar o contrato de locação, assinar também um termo de compromisso para participar do grupo de combate a incêndios, comprometendo-se a prestar assistência nesses casos e fazer treinamentos. A política habitacional da fábrica seguiu até 1968, ano em que foi decretada a sua falência.

Já o relatório do ano de 1885 apresenta uma descrição dos prédios que foram construídos, os quais ocupavam uma área sem galpões de 4.555m<sup>2</sup> e eram divididos em: oficina principal, edifício do motor e caldeiras, edifício para lavagem de lã e a tinturaria, que já existia (PAULITSCH, 2008). A autora também destaca a construção de uma terceira fábrica, fundada em 1891, produtora de aniagens e a compra de um terreno, em 1895, na

<sup>8</sup> O cassino dos mestres, construído em 1911, serviu para a hospedagem de técnicos vindos de outras regiões e para o lazer dos empregados com cargos hierarquicamente superiores (SILVA, 2013, p. 78). Segundo Paulitsch (2008), o arquiteto responsável pelo projeto é Theodor Widerspahn, de nacionalidade alemã, do Escritório de R. Ahrons. O arquiteto também projetou o escritório central da fábrica, entre os anos de 1909 e 1911, o jardim de infância em 1911 e o edifício do grupo escolar, no ano de 1912.

cidade do Rio de Janeiro, para a instalação da fábrica de tecidos de algodão. Em 1904, o Comendador Rheingantz introduziu a primeira fiação penteada do país, possibilitando a produção de tecidos finos e casimiras.

Segundo Ferreira (2013, p. 74-75), a fábrica teve destaque, principalmente, no campo das iniciativas sociais. A Sociedade Mutualidade foi criada como um dos dispositivos de implantação e regulamentação de benefícios. Essa era mantida por contribuições dos empregados da indústria e atuou no atendimento médico, na concessão do auxílio pecuniário aos sócios impedidos temporariamente de trabalhar e no auxílio funeral. A autora também ressalta o surgimento do "Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz", responsável pela implantação de benefícios, como aqueles concedidos em razão da viuvez feminina, do amparo concedido aos filhos menores, da invalidez resultante de algum acidente na fábrica e do casamento de operárias, este desde que formalmente consentido pelos pais. Uma biblioteca foi organizada no prédio que abrigava o Cassino dos Mestres e estava entre os fins aos quais se destinava a Sociedade Mutualidade: "desenvolver a cultura dos sócios", de acordo com o artigo do Estatuto da Sociedade de Mutualidade, citado pela autora.

Segundo Silva (2013), em 1910 o Clube União Fabril foi fundado, com o objetivo de promover reuniões culturais, prática de esportes e lazer aos funcionários da empresa. Para os meninos, filhos de funcionários, era concedido um auxílio educacional. Paulitsch (2008) afirma que no começo esse auxílio era periódico. Porém, com o passar dos anos, a escola passou a ter um calendário regular, conforme Guigou-Norro (1994):

Nesta época, a empresa contava com uma atividade de ensino que era denominada de "aula" e funcionava aos domingos para dar instrução a 25 meninos que trabalhavam no estabelecimento, premiando aqueles que mais se destacassem e atingissem resultados satisfatórios. Já em 1884, o número desses alunos eleva-se a 31. Um ano depois esse número era de 40 alunos, divididos em duas turmas que revezavam as atividades de serviço da fábrica com as atividades escolares (GUIGOU-NORRO, 1994 apud PAULITSCH, 2008, p. 59).

Já no ano de 1886, como afirma Silva (2013), na escola estudavam 42 alunos que, além de estudar, também trabalhavam, de acordo com o relatório desse ano. A obrigatoriedade das aulas termina em 1895, pois os pais dos alunos não concordavam com o fato deles não serem pagos pelas horas estudadas, preferindo que estivessem trabalhando.

Pons (2014) explica que o conceito de paternalismo patronal, descrito por Stanchi (2011), pode ser utilizado para definir a política da fábrica Rheingantz em relação aos seus funcionários e funcionárias. Portanto, utilizarei as considerações de Rago (2014, p. 53) para compreender este conceito:

A prática patronal oscila entre o exercício da repressão direta e o "paternalismo", defendido por alguns patrões. É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e

unidade no interior da produção: por isso mesmo, a autoimagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo.

A indústria, a partir da garantia de diversos auxílios aos empregados, além de oferecer moradias com alugueis à preços razoáveis, ambulatório médico, jardim de infância, armazém, escola, etc., passa a exercer sobre eles o controle e a disciplina, de forma velada. Nesse sentido, procura-se destilar, juntamente com estes “benefícios”, a ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns (RAGO, 2014, p. 53). A construção da “autoimagem paternalista” atua no sentido de manter o funcionamento do sistema capitalista, pois além de reforçar a autoridade do chefe e assegurar a integração do trabalhador no processo produtivo (MOMBELLI, 2010 apud PONS, 2014), evita greves.

Pesavento (1988) explica que as políticas de assistência social desenvolvidas pelos empresários são eficazes estratégias de dominação social. O objetivo dessas políticas era internalizar, por parte do operariado, a ideia de que trabalhar na fábrica era um privilégio e, caso fossem despedidos, perderiam uma série de “benefícios”. Desse modo, por meio de medidas assistencialistas e paternalistas, tais práticas tentavam esconder a coerção econômica imposta aos trabalhadores, responsável por estabelecer um controle extramuros.

O *Relatório da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril*, referente ao ano de 1893, propõe a realização de um Montepio ou Fundo de Pensões para empregados que estiverem na empresa a 25 anos. As estratégias de dominação, intencionalmente pensadas pelo Comendador Rheingantz, ficam evidenciadas no relatório:

Com mais esta instituição podemos fracamente avançar que o operário que procurar o serviço desta empresa e nelle for cumpridor de seus deveres, terá não só o pão diário e os cuidados quando enfermo, mas terá igualmente sua velhice perfeitamente amparada. Si para os consideráveis lucros que auferimos, muito concorre a nossa longa prática, nossas antigas relações e nossos meios abundantes que nos habilitam a effectuar todas as aquisições pelo modo mais modico possível, não devemos esquecer que fomos secundados pelo braço operário e *principalmente pelos empregados antigos*, cujo exemplo de aplicação ao trabalho foi poderoso incentivo para os outros e importante elemento de disciplina (...) Já está garantida pelo Fundo de pensões da Mutualidade uma modica pensão aos empregados que ficarem por qualquer acidente inválidos e impossibilitados de ganhar a vida.

O controle e a vigilância fabril passam a ser introjetados pelos industriais no trabalho, por meio do que Rago (2014, p. 43) denomina de disciplina panóptica<sup>9</sup>. Antes, o controle e a

---

<sup>9</sup> O Panóptico de Bentham é “un modelo de prisión ideado por Jeremy Bentham en 1791 que consiguió un sistema de vigilancia y de control perfecto para aquellos que ejercían el poder. Se trataba de una construcción circular y en el centro figuraba una torre que ubicaba un único vigilante. Esta estructura opaca se desarrolló con el fin de que los presos jamás pudieran saber si había un vigilante o no observándoles, hecho que les obligaba a tener un comportamiento condicionado por la posible observación de sus actos, ofreciendo una sensación de

vigilância se manifestavam através da repressão exterior e subjetiva da vontade patronal, agora transferem-se para o interior do processo técnico de organização do trabalho, o que passa a mascarar o exercício do poder.

Loner (2001) destaca que os operários, na República Velha, estavam sujeitos a longas jornadas de trabalho, com remuneração insuficiente, sendo penalizados por pesadas multas dentro da fábrica, além de não dispor de nenhuma forma de seguridade social, como aposentadoria, pensão ou auxílio doença. Também não havia proteção no emprego, carteira de trabalho ou qualquer recurso oficial contra os abusos dos patrões. Dessa forma, eles buscaram o auxílio e o amparo em si mesmos, passando a se unir em prol de objetivos comuns: organizaram sociedades de mútuo socorro, com a contribuição de cada associado mensalmente e passam a articular estratégias de lutas coletivas, através de greves e mobilizações, reivindicando o aumento de salário ou melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, regulação do trabalho de mulheres e crianças. Juntamente com essas sociedades de auxílio mútuo, de acordo com Loner (2001, p. 23), desenvolveram-se os primeiros sindicatos, chamados sociedades de resistência pelos libertários que *denunciavam o caráter benéfico das sociedades mutualistas*. A construção de entidades centrais passam a aglutinar todos os tipos de trabalhadores manuais, servindo como orientadoras do movimento na região. Esta característica estava presente em todo o país, assim como na cidade de Rio Grande. Líderes de diferentes matizes ideológicas, como socialistas, anarquistas e comunistas que, apesar de rivalizar pela primazia na condução do movimento, também trabalharam juntos, pelos seus princípios e em defesa do proletariado.

Segundo Loner (2001), em 1893 foi fundada em Rio Grande, por um grupo de operários e artesãos, a Sociedade União Operária (SUO). Sendo uma das primeiras sociedades operárias do Rio Grande do Sul, a SUO foi a responsável pela formação de um armazém cooperativo, do montepio e amparo mútuo; atuou na articulação de algumas greves, atos que acabaram caracterizando-a como entidade não só de ajuda mútua, mas também como uma instância de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho (VARGAS et al., 2016, p. 286-287).

Portanto, o armazém cooperativo, o montepio e a rede de amparo mútuo foram ações idealizadas e formadas pela SUO, conforme Vargas et al. (2016). Considerando que o

---

permanente visibilidad. La gran eficacia de este sistema radica en la condición psicológica que ejercía al sentirse observado en todo momento. Esto producía de forma automática un efecto de autocontrol por parte de los presos. El Panóptico de Bentham no sólo fue una estructura arquitectónica llevada a cabo en las prisiones, a pesar de la intención inicial de Bentham. También fue un modelo integrado para las fábricas, los hospitales, incluso escuelas, para añadir el efectivo sistema de autocontrol, donde el individuo integra en el imaginario la figura del vigilante, vigilándose a sí mismo". In: *1984 y el Panóptico de Bentham*, George Orwell y Michel Foucault. Disponível em: <http://humanitats.blogs.uoc.edu/2016/06/06/1984-y-el-panoptico-de-bentham-george-orwell-y-michel-foucault/>. Acesso: 19/10/2017.

relatório da fábrica do ano de 1893, – mesmo ano em que a Sociedade União Operária foi fundada – solicita a realização do montepio para operários, fica o questionamento: será que a Rheingantz encorpou as ações desenvolvidas pela sociedade em benefício dos trabalhadores da fábrica, para si?

O relatório correspondente ao ano de 1889 afirma que foi dado um lance ao armazém cooperativo:

O lance para o armazém cooperativo foi feito á instancias da respectiva comissão operaria e recebemos por ele aluguel correspondente; este armazém cooperativo, no qual se vende os generos de primeira necessidade, com exceção de líquidos, é mantido pela Sociedade Beneficente de nossos operarios, sendo os lucros divididos proporcionalmente entre a caixa beneficente e os cooperadores.

Rago (2014, p. 52) demonstra que, muitas vezes, estas ações são apropriadas pelos patrões e transformadas em medidas protetoras para defender seus empregados. O desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, a fim de impedir sua autoconstrução enquanto classe, manifesta-se à medida em que o movimento operário se organiza e ameaça escapar ao controle do poder (Idem).

Loner (2001) discorre sobre as peculiaridades das greves em Rio Grande na República Velha. Segundo ela, estas seguiam uma dinâmica própria, diferentemente das demais cidades do estado. A maior e mais concentrada quantidade de trabalhadores, em relação ao tamanho da cidade, não apenas auxiliou as mobilizações, como também acentuou o temor das autoridades e patrões. Por outro lado, quando as associações de trabalhadores estavam em greve, houve maior número de fechamentos desses grupos pela polícia do que em similares, de outras cidades do estado. A polícia também esteve sempre presente nas zonas da cidade por onde transitava o operariado, nas vilas, no porto e nas proximidades das fábricas, para coibir qualquer ação coletiva. O objetivo da forte repressão era desarticular o movimento mais profundamente, impedindo a consolidação de lideranças – com exceção das reformistas – e de organizações reconhecidas por ele. Como resultado, até mesmo em condições favoráveis, o proletariado podia demorar mais a reagir e integrar-se ao movimento. No entanto, quando finalmente conseguiam se reorganizar e entrar em luta, suas manifestações tendiam a ser mais fortes e violentas e frequentemente possuíam um caráter mais radical, aceitando menos formas conciliatórias de resolução dos conflitos (LONER, 2001, p. 30).

Conforme Silva (2013, p. 54), existem relatos de greves organizadas pelos funcionários da Rheingantz por diferentes motivos, dentre os quais estão: “pôr fim a figura do agente de vigilância ou inspetor de disciplina” (PESAVENTO, 1988, p. 70-71). Após a proclamação da República, de acordo com Loner (2001), eclodiu um greve entre os tecelões e as tecelãs da fábrica, abrangendo todas as secções, inclusive os setores nos quais trabalhavam mulheres e

crianças, o que paralisou a fábrica por uma semana. A autora salienta o grau de organização demonstrado pelos(as) operários(as) e que não poderia ser o resultado de experiências passadas, locais ou nacionais, visto o incipiente desenvolvimento de mobilizações operárias e o fato de que não existia, naquele momento, nenhuma associação que lhes desse apoio (LONER, 2001, p. 34):

Houve reuniões preparatórias à greve, para discutir suas reivindicações e criação de comissões, de negociação, de imprensa e de vigilância, para evitar eventuais fura-greves. Eles se articularam de forma a visitar redações de jornais, buscando apoio e intermediação na negociação e conseguindo o apoio da opinião pública. O desfecho, entretanto, não foi satisfatório, porque a maioria concordou em esperar a volta do dono da empresa, em viagem, para que resolvesse a situação embora alguns, descontentes, não obedecessem a deliberação de voltar. A fábrica tentou puni-los, mas terminou readmitindo-os, devido a falta que faziam na produção.

Desse modo, os operários mais qualificados formaram a liderança da greve, desafiando a empresa, que teve que tentar readmiti-los, para que a produção não fosse afetada. Alguns não aceitaram voltar a trabalhar na fábrica, já que, por sua especialização, conseguiriam outro emprego (LONER, 2001).

Como foi visto, segundo a autora, as mulheres, empregadas da fábrica Rheingantz, também paralisaram seus setores. Será que, a partir de algum momento, as operárias passaram a articular estratégias de luta, através da formação de movimentos femininos para reivindicar direitos que lhes são específicos?

As operárias enfrentavam, como todos os operários, péssimas condições de trabalho: ambiente fabril insalubre, falta de garantias trabalhistas, carga horária exaustiva, baixos salários e ainda, assédio e violência sexual por parte dos patrões e supervisores (MACEDO, 2010, p. 40).

Os operários, de acordo com Paulitsch (2008, p. 58), cumpriam um horário regular de 10 horas por dia e, conforme necessário, aumentavam a jornada de trabalho, como é descrito no jornal Echo do Sul de 7 de março de 1885:

(...) A fabrica actual que é a de que tratamos, occupa presentemente 150 pessoas, não incluindo as costureiras que trabalham fora e as orphãs do Asylo, a quem a fabrica encarrega de torcer as franjas dos xales. Pode-se então calcular o seu pessoal em 200 operários, todos nacionais, à exceção apenas de 5 contra-mestres. Trabalha-se diariamente 10 horas, e, quando necessário, mais algumas, porém com correspondente aumento de salário.

Conforme Silva (2013), o relatório de 1891 constata que a fábrica passou a empregar 543 pessoas nas oficinas e 43 fora delas, pois já nos primeiros anos do seu estabelecimento, os grandes investimentos em máquinas e equipamentos proporcionaram um aumento significativo nos números da empresa. O primeiro do ano de 1885 menciona as costureiras que trabalham para a fábrica, porém fora dela, assim como o relatório de 1891 cita o número

de pessoas que passam a desempenhar atividades fora da fábrica, que pressuponho se tratar das mulheres operárias e, também, das órfãs do Asilo. Logo, é importante pensar: onde trabalhavam essas mulheres? Por que estavam trabalhando fora da fábrica? Será que elas desempenhavam estas atividades nas casas pertencentes à Rheingantz? Eram vistas como operárias da fábrica ou apenas como costureiras que trabalhavam para ela?

Silva (2013) destaca, a partir do Catálogo de 1881, que além das órfãs do Asilo de Rio Grande, os apenados também desempenhavam atividades para a fábrica. Eles tinham a incumbência de “rever as peças e tirar a mão os restos de carrapicho” (CATÁLOGO, 1881).

Para Stein (1957), a contratação de pessoas em situação de subalternidade (incluindo mulheres e crianças) era vista como filantropia pela sociedade, ao mesmo tempo que garantiam a manutenção do capitalismo:

Os empresários da indústria têxtil algodoeira recrutavam a sua mão de obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mãos-de-obra, os proprietários das fábricas asseguravam o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e observadores da época (STEIN, 1957, p. 66 apud SILVA, 2013, p. 64).

A fábrica possuía uma produção de abrangência regional e nacional, além de exportar para os Estados Unidos e Europa, de acordo com Paulitsch (2008). Atingiu seu auge de produção no período da Segunda Guerra Mundial, a partir do fornecimento de capas e cobertores para o Exército Brasileiro, chegando a empregar 2000 pessoas.

Segundo a autora, a falência da fábrica se deu por volta de 1968, devido à concorrência de confecções e magazines que importavam lãs e produtos do Uruguai a preços mais baixos. Posteriormente, ela foi comprada pela firma de São Paulo, João Abdala & Cia e vendida em 1970 a família Loréa, de Pelotas. Adquiriu o nome de Companhia Inca Têxtil, que passou a ter 81% das ações, enquanto as 19% restantes foram repassadas aos operários e operárias, como forma de indenizá-los pela falência e desemprego em massa. Com grandes dificuldades, por conta da crise e da concorrência com os produtos uruguaios, o grupo Loréa tentou manter a produção, porém não obtiveram resultados satisfatórios. Desde 1970 a Inca Têxtil não produz mais. Esta foi sendo abandonada a partir dos anos 1990, como afirma Ferreira (2013), em consequência do agravamento das condições financeiras e à impossibilidade de investir na manutenção básica dos prédios, o que é visível pela situação de comprometimento da estrutura das edificações. Atualmente possui alguns poucos funcionários que lidam com a sua manutenção. Cabe ressaltar, conforme Silva (2013, p. 89), que a maioria dos(as) ex-

funcionários(as) jamais conseguiu resgatar o valor de suas ações e, portanto, nunca receberam o que tinham direito pelo trabalho efetuado.

## 2. O PENSAR DE UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES OPERÁRIAS

### 2.1 – Arqueologia de gênero ou arqueologia das mulheres?

Nas palavras de Díaz-Andreu (2005, p. 17), gênero é uma identidade que está na base das relações sociais, e na prática das mesmas se produz uma contínua renegociação e, portanto, redes de trocas, cujas relações cumprem um papel essencial como um dos princípios estruturantes que organizam as relações sociais. Logo, o conceito de gênero é responsável por situar as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social (PISCITELLI, 2002, p. 1). Estas diferenciações estão relacionadas, desse modo, com a dinâmica histórica de cada sociedade.

Entretanto, é tangível que a maioria dos estudos ditos de arqueologia de gênero abordam apenas o papel das mulheres na sociedade e, conseqüentemente, descartam a problemática das relações de gênero, que deveria ser o foco central da pesquisa. Soma-se a isso o fato de que muitas dessas investigações partem de um viés androcêntrico, calcado no presentismo e que, frequentemente, são fundamentadas na cultura ocidental, desconsiderando, portanto, os contextos sociais e a dinâmica histórica, responsáveis por situar os sujeitos de uma dada sociedade no seu tempo e espaço. Dessa forma, certas materialidades são interpretadas como pertencentes às mulheres, sendo, automaticamente, atribuídas a elas. Porém, estas nem sempre estão relacionadas ao universo dito feminino. Destaco aqui a universalização realizada por algumas arqueólogas e arqueólogos, com base no binarismo de gênero e na decorrente associação direta de homens a espaços públicos e de mulheres a espaços privados/domésticos, que vem sendo desconstruída por pesquisadoras(es) que estudam as relações entre espacialidade e gênero na arqueologia (Cf. Martí, 2003<sup>10</sup>).

Nesse sentido, compartilho das ideias de Díaz-Andreu (2005, p. 14) que destaca que a identidade de gênero está cultural e historicamente determinada:

(...) no podemos esperar que el significado de <<mujer>> coincida en todos los grupos humanos, o lo que es lo mismo, sea universal, y ni siquiera a lo que denotaba en el mismo grupo en otro momento histórico. Esto queda claro si pensamos que actualmente lo que si entiende por <<hombre>> o por <<masculinidad>> cambia de Italia, a Brasil o Alemania y en cada uno de estos países estos conceptos se han visto transformados en las últimas centurias o incluso en años recientes (...). El género – para hablar con más precisión – las categorías de género (...) –, por tanto, presentan

---

<sup>10</sup> MARTÍ, R. *La arqueología del género: Espacios de mujeres, mujeres con espacio*. Centro de Estudios sobre la Mujer. Vol. 6, Universidad de Alicante. 2003.

una variación en el tiempo y en el espacio social, ya que son histórica y culturalmente determinadas.

A historiadora Joan Scott (1989) salienta alguns problemas gerados pela utilização do conceito de gênero como sinônimo de mulheres, que passaram a ser empregados em livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres. Segundo a autora, houve a substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”, não apenas devido à aceitabilidade política desse campo de pesquisa, mas também pela necessidade de se fazer uma ciência social mais objetiva e neutra. Em contrapartida, o uso do termo mulheres denota a ligação dos estudos com a agenda política do feminismo, como destaca Scott (Ibid., p. 6):

O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica.

A autora faz outra crítica à utilização do termo gênero como substituto de mulheres. Gênero sugere que a informação a respeito das mulheres depende do conhecimento sobre os homens, promovendo a ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, sendo criado dentro e por esse mundo. Ademais, esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma dissociada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1989, p. 7).

É notável a existência de várias críticas aos estudos de gênero que vem sendo realizados, já que, por utilizarem o conceito de gênero de forma inapropriada, estes não trazem contribuições ao campo das ciências sociais. Principalmente no que diz respeito às investigações referentes às mulheres, que são invisibilizadas pelo uso do termo, por este oferecer uma zona neutra, longe de conflitos, devido ao afastamento do feminismo político. Porém, as ciências sociais estão permeadas de subjetividades – as pesquisas são influenciadas pelo contexto em que o(a) pesquisador(a) está inserido, assim como pelas suas escolhas, como é visto em Trigger (2004) – e relações de poder; justamente por isso, não há possibilidades de distanciamento da política ao realizar o estudo das sociedades humanas: manter-se em situação de neutralidade é sustentar uma posição política em si.

Logo, as críticas apresentadas no que concerne aos usos e desusos do termo gênero, bem como discussões sobre o compromisso político com os sujeitos nas pesquisas que são realizadas, também se fazem presentes nos postulados teóricos da ciência arqueológica.

Seguindo esta reflexão, proponho os seguintes questionamentos: O que é a chamada arqueologia de gênero? Scott, como vimos, fala sobre a “história das mulheres” que constitui uma vertente da história. Existiria, também, uma arqueologia das mulheres enquanto uma vertente da arqueologia? Como esta se diferencia da arqueologia feminista?

Díaz-Andreu (2005) defende que a arqueologia de gênero é pós-processual, pois a sociedade é formada por indivíduos que atuam como agentes sociais ativos, cujas atividades e negociações diárias formam uma parte essencial da dinâmica histórica. Para ela, as relações de gênero, por estarem em constante interação e contínua prática social, cumprem um papel essencial como um dos princípios estruturantes essenciais e básicos que organizam as relações sociais.

A perspectiva de Díaz-Andreu apresenta semelhanças com as ideias de Sorensen. Para a autora (1998, p. 111), a arqueologia de gênero apresenta um maior interesse pela relação entre homens e mulheres como dinâmica fundamental da sociedade, a partir da compreensão de como estas relações se expressam na cultura material. Todavia, gênero não se refere somente a homens e mulheres. É o resultado das nossas maneiras de viver e de construir um universo ao nosso redor; o gênero é, pois, uma parte inconsistente e permanente da história e da vida (SORENSEN, 1986, p. 17 apud SORENSEN, 1998, p. 112).

A arqueologia das mulheres, como o próprio nome já diz, se ocupa apenas dos estudos das mulheres. Vietri e Godino (2010-2011) discorrem sobre a proposta de Maria E. Sanahuja, no que condiz a esta arqueologia. Segundo a autora e o autor, para Sanahuja, a arqueologia das mulheres não pode e nem quer ser considerada como uma área temática dentre as muitas empregadas no cerne da disciplina arqueológica. Porém, tem de ser compreendida como uma nova produção de conhecimento, realizada através de uma exaustiva renovação teórica e metodológica da disciplina “misma en clave feminista”, como explicam Vietri e Godino (Ibid., p. 86):

Nunca podremos llegar a acercarnos a las dinámicas de desarrollo de las formaciones sociales del pasado si, al estudiarlas y analizarlas, seguimos utilizando criterios y categorías androcéntricas, parciales y obsoletas (y, sin embargo, todavía muy vigentes en diversos ámbitos de nuestro presente académico y existencial), pasando por alto – gracias a una estratégica y dolosa naturalización – el fundamental y por esto silenciado papel de las mujeres dentro de la historia de la humanidad.

A arqueologia das mulheres de Sanahuja possui uma estreita relação com o pensamento e a arqueologia marxista, como afirma a autora e o autor.

Por sua vez, a arqueologia feminista apontada por Berrocal (2009) propõe, a partir das ideias de Conkey e Gero (1997, p. 424), não somente visibilizar mulheres, mas reconfigurar a maneira de fazer arqueologia, criando novas problemáticas através da reconsideração do papel

do(a) investigador(a) na rede que configura a teoria, os dados e a prática arqueológica. Esta arqueologia apresenta um programa feminista fundamentalmente radical, de acordo com Berrocal.

Afinal, qual destas formas de pensar a relação entre gênero, mulheres e arqueologia é a mais útil para o fazer de um estudo arqueológico acerca das mulheres operárias, que constitui o foco desta pesquisa?

Primeiramente, compreendo que, para a realização de uma investigação voltada para as vivências cotidianas das mulheres operárias, é necessário trazer à tona o conceito de patriarcado. Portanto, recorro aos estudos de Saffioti (2009, p. 10) que define o patriarcado, a luz de Hartmann (1979), como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres, ou seja, são as relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade existente entre eles que os capacitam a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres.

Machado (2000) faz duas críticas sobre a forma de conceber o termo patriarcado. Segundo ela, a primeira é a ideia de que o conceito de gênero é oposto ao de patriarcado, pois devemos considerar que ambos se situam em dimensões distintas. A segunda é a de que “a contemporaneidade de diversas facetas, modalidades, contradições e transformações das relações de gênero possam ser subsumidas ao conceito de patriarcado” (MACHADO, 2000, p. 2). Saffioti (2009, p. 33) também critica a substituição de um conceito por outro e defende o uso simultâneo de ambos, já que gênero cobre toda a história e patriarcado – entendido enquanto uma ordem social de gênero –, por sua vez, qualifica o primeiro.

É importante salientar que Saffioti (1985 e 1992) e Pat e Hugh Armstrong (1983), consideram que o patriarcado, tal qual temos hoje, se constrói simultaneamente com o capitalismo (MACHADO, 2000, p. 4). Para as autoras, os conceitos de “classe e gênero” são utilizados, um para dar conta das relações capitalistas e outro, para dar conta das relações patriarcais, como afirma Machado. Aqui acrescento os estudos de Angela Davis, autora de *Mulheres, Raça e Classe*, por seguirem perspectivas similares as das autoras citadas por Machado, com o acréscimo da categoria de “raça”, introduzida por Davis (2016).

Compartilho com Saffioti (2009) a defesa da utilização simultânea dos conceitos de gênero e patriarcado, a partir do entendimento de que, para estudar o patriarcado é preciso compreender as relações de gênero, responsáveis por estruturá-lo. Pois, negar o gênero significa, em primeiro lugar, negar as relações sociais de gênero que constituem e validam a opressão sexual das mulheres; e, em segundo lugar, negá-lo significa permanecer “dentro da ideologia”, de uma ideologia que não coincidentemente embora não intencionalmente reverte em benefício do sujeito do masculino (LAURETIS, 1987, p. 223). Como consequência, o

sujeito masculino se faz presente na narrativa ao fazer um estudo arqueológico das mulheres operárias.

A partir do que já foi discutido, chego à conclusão de que um estudo de arqueologia de gênero por uma perspectiva feminista trará maiores contribuições para a investigação proposta. Cabe ressaltar que ao defender uma arqueologia comprometida social e politicamente com pessoas que foram marginalizadas no passado e que ainda encontram-se em situação de subalternidade no contemporâneo, utilizarei o termo “Arqueologia das Mulheres Operárias”, a fim de dar visibilidade as mulheres pertencentes à classe trabalhadora da Fábrica Rheingantz, do final do século XIX e começo do século XX, que foram completamente apagadas da história “oficial”. Recuso a suposta neutralidade oferecida pelo uso do termo “gênero” como substituto de “mulheres”, apesar de estar fazendo uma arqueologia de gênero.

Faço uso das ideias de Romero (2007), que no Dossiê “Arqueologia de las mujeres y de las relaciones de gênero”, salienta a importância das mulheres como sujeitas de estudo e a necessidade de análise das relações que elas estabelecem com outros membros de seu grupo social e que formam parte indissolúvel de sua identidade. Segundo ela (Ibid., p. 163), “las mujeres han sido minusvaloradas en su aportación económica y productiva, negadas en sus conocimientos y experiencias y relegadas a posiciones secundarias en la organización social”. Tudo isso por conta de uma “estructura patriarcal que ha naturalizado estos comportamientos convirtiéndolos en legítimos e irremediables, justificando conductas que han mantenido y reproducido estas desigualdades” (Id.).

Concordo com Rodrigues (2008) que comprometer-se politicamente com o potencial emancipatório do feminismo favorece a compreensão de como as estruturas de gênero operam para combater efetivamente as injustiças que estas mantêm. Assumirei, portanto, a subjetividade deste trabalho, seguindo um viés feminista para fazer uma Arqueologia das Mulheres Operárias.

### **2.1.1 – Elucidando gênero e a inclusão de outras categorias de análise**

Gênero, para Scott (1989), é um elemento que constitui as relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Ademais, trata-se de uma forma primária de significação das relações de poder. Definição esta criticada por Saffioti (2009), que problematiza a apropriação do conceito de poder de Foucault pela autora, pois, segundo ela, os estudos foucaultianos não abrangem a elaboração de um projeto de transformação da sociedade. Para

ela, quem trabalha com gênero de uma perspectiva feminista contesta a exploração-dominância masculina e estrutura estratégias de luta para a construção de uma sociedade igualitária (Ibid., p. 18).

Riot-Sarcey (2014, p. 553) afirma que, apesar de os trabalhos de Foucault não possuírem precisamente a relação de dominação entre homens e mulheres como objeto de estudo, suas análises políticas da modernidade, seu olhar sobre os dispositivos de poder, distantes das ideologias, abriram um caminho crítico que numerosas pesquisadoras usaram para trabalhar os seus conceitos. Assim, a autora propõe caminhos para a utilização do pensamento foucaultiano nos estudos de gênero e destaca algumas investigações de pesquisadoras feministas, cujo ponto central é a estruturação das relações de poder entre homens e mulheres.

Segundo Riot-Sarcey (2014), o gênero concebido enquanto uma ferramenta conceitual através da qual é possível pensar as formas de poder exercidas no modo de ser das mulheres, contribui, também, para desconstruir a hierarquia social da qual um dos suportes se apoia nas identidades historicamente construídas, ou seja, feminino e masculino, responsáveis por engendrar os indivíduos, mais frequentemente no duplo sentido do termo.

A autora destaca que a pesquisa feminista conduziu abundantemente a perspectiva foucaultiana, a partir do entendimento de que a soberania do cidadão livre acompanha-se de disciplina e de tecnologias que colaboram com a estruturação das relações sociais. Nesse sentido, ao trabalhar sobre as representações do feminino, da maternidade, da sexualidade, consideradas, até então, como dados da história, as pesquisadoras analisaram o processo histórico das construções identitárias e interpretaram as práticas de poder resultantes (Ibid., p. 558-559). Isso ocorre, como afirma Riot-Sarcey, devido ao fato de que na história há vários exemplos de formações, de agenciamentos, de organizações das relações sociais sem, necessariamente, ter uma relação direta com a legislação, já que, fora da lei, diferentes dispositivos constantemente renovados atribuem papéis sociais marginais às minorias sociais, onde a efetividade é anulada, quase sempre, pela manifestação, em um mesmo movimento, dos discursos normativos que os valorizam. As mulheres, partindo deste pressuposto, foram objetos idolatrados e sujeitos submissos ao mesmo tempo.

No entanto, a autora afirma, a partir de Foucault (1976) que, onde existe poder, por sua vez, existe resistência. Sendo a resistência mais estreitamente ligada ao poder, em cada área social, ela pode assumir a forma de uma estratégia coletiva (Ibid., p. 564) de agenciamento dos sujeitos. Sujeitos esses constituídos no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; sujeitos “engendrados” não

só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe (LAURETIS, 1987, p. 208).

Para Lauretis (1987), a imbricação de gênero e diferença(s) sexual(ais), precisa ser desfeita e desconstruída. Por isso, é necessário pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”<sup>11</sup> (Ibid., p. 208); levando em conta que, para Foucault, ser sexuado(a) é ser submisso(a) a um conjunto de regulações sociais, é fazer com que a lei que governa essas regulações constitua ao mesmo tempo o princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos de uma pessoa e o princípio hermenêutico de interpretação de si (BUTLER, 2005, p. 202 apud RIOT-SARCEY, 2014, p. 564). Desta forma, segundo Lauretis (1987), o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana, que constituem as tecnologias de gênero.

Scott (1989) enfatiza que além da categoria de gênero, as categorias de raça e classe também remetem ao compromisso do(a) pesquisador(a) com a história que inclui a fala das(os) oprimidas(os) e com a observação do sentido e da natureza de sua opressão, levando em consideração que as desigualdades de poder estão organizadas, no mínimo, segundo estes três eixos.

Em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, Angela Davis (2011) afirma que, muitas vezes, ocorre a primazia de uma dessas categorias sobre outras:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Contudo, para fazer uma arqueologia das operárias da fábrica Rheingantz, do final do século XIX e começo do século XX, utilizo apenas as categorias gênero e classe, pois não

---

<sup>11</sup> Segundo Lauretis (1987, p. 220-221), o conceito de “tecnologia sexual” é definido por Foucault como “um conjunto de técnicas para maximizar a vida”, criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência de classe e a continuação da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos sobre quatro “figuras” ou objetos privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação, e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão e foram implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, se ancoraram ou se apoiaram nas instituições do Estado e se consolidaram especialmente na família. Assim, para Foucault, essa tecnologia “tornou o sexo não só uma preocupação secular, mas também uma preocupação do Estado: para ser mais exato, o sexo se tornou uma questão que exigia que o corpo social como um todo e virtualmente todos os indivíduos se colocassem sob vigilância”.

disponho de materiais empíricos que contemplem a categoria raça<sup>12</sup>. Pelo mesmo motivo, a categoria etnia também não será considerada. Mas, ressalto que, devido à utilização de mão de obra imigrante na indústria ou, simplesmente, de trabalhadores e trabalhadoras nascidos no Brasil, mas de origem europeia e não portuguesa (THIESEN, 2009, p. 153), seria de fundamental importância compreender como se estabelecem as diferentes identidades das operárias estrangeiras, bem como possíveis privilégios que estas poderiam vir a ter, justamente por conta do estímulo a uma mentalidade burguesa calcada no eurocentrismo, que se distancie dos ideários luso-brasileiros coloniais.

Classe será compreendida a partir de Thompson (2004), que a define como um fenômeno histórico que unifica, tanto na matéria prima da experiência como na consciência, uma série de acontecimentos distintos que, aparentemente, estão separados. Nesse sentido, a classe é concebida pelos indivíduos enquanto vivem a sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (p. 12).

Segundo Frader (2014), para Thompson, a consciência de classe não é um resultado direto das condições econômicas, mas a consequência da interpretação subjetiva que mulheres e homens fazem de sua própria experiência. A autora salienta que o seu trabalho sobre a classe operária possui três importantes dimensões:

- 1) ele rejeita a concepção determinista de formação das classes sociais, insistindo sobre sua historicidade e a sua importância da produção e práticas culturais ao lado das condições econômicas; 2) ele ressalta a importância das produções e práticas culturais ao lado das condições econômicas; 3) ele enfatiza a agência dos sujeitos, sua capacidade de agir de acordo com seus interesses e não segundo as estruturas econômicas consideradas como “o motor” da História (Id.).

Como afirma Saffioti (2009), Scott observou nos postulados de Thompson que, apesar dele marginalizar as mulheres no processo de formação da classe trabalhadora inglesa, ele não as excluía, pois seria impossível negar a presença das mulheres nas fábricas durante e após a Revolução Industrial. Entretanto, o autor não se preocupa em revelar a participação feminina no processo de construção da classe. Existe, nos escritos de Thompson, uma noção que se apoia no gênero, mas essa construção de classe não é nem explícita, nem objeto de análise (FRADER, 2014, p. 408).

---

<sup>12</sup> Não é possível saber se a Fábrica Rheingantz, fundada em 1873, utilizou mão de obra escravizada de operárias negras, apesar de autoras e autores (Ver Ferreira, 2013 e Silva, 2013) afirmarem que ela foi a primeira indústria do Rio Grande do Sul a seguir os moldes capitalistas, baseada no modelo fabril europeu, como vimos no capítulo 1. Assim como não se pode afirmar que, na passagem do século XIX para o século XX, após a abolição da escravidão em 1888, houve a contratação de mulheres e homens que haviam sido escravizadas(os) e de suas(seus) descendentes, levando em conta que a mentalidade escravista não mudou com a promulgação da Lei Áurea. Ao contrário, este foi um processo lento, desde a libertação até a sua incorporação, – ainda que às margens – na sociedade como cidadãos e cidadãs.

O reconhecimento do caráter histórico das categorias de “mulher” e de “operária” e da contingência da categoria “mulher”, não foi diretamente inspirado pelo modelo de Thompson, mas foi certamente influenciado por sua obra (Ibid., p. 415) – no momento em que pesquisadoras passaram a incorporar seus pressupostos teóricos nos estudos feministas, apesar das críticas centradas na sua rejeição da relação entre classe e gênero e na consequente marginalização das mulheres, que não são discutidas pelo autor. Um exemplo dessa incorporação é visível no estudo de Davidoff e Hall intitulado *Family Fortunes*, que situam a família no centro de sua pesquisa ao interpretar a família burguesa inglesa do século XIX, através da análise de classe-gênero, como destaca Frader (2014, p. 416). As autoras partem do princípio de que a consciência de classe é sempre marcada pelo gênero, já que classe e gênero funcionam sempre juntos. Dessa forma, demonstram o antagonismo entre a ideologia da dependência da mulher na vida privada, em contrapartida a sua presença efetiva no espaço público.

Saffioti (2009) salienta que a gênese entre classe e gênero não é a mesma, pois as duas categorias tem histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade e classes sociais a partir da Revolução Industrial, pois estas se constituem como um fenômeno intrinsecamente ligado ao capitalismo. As classes sociais, por possuírem uma história muito mais curta do que o gênero são, portanto, desde sua gênese, um fenômeno gendrado; as transformações no gênero são percebidas pela sua emergência, como afirma a autora.

Também seria importante considerar a categoria faixa etária, devido à utilização de mão de obra infantil na indústria, antecedendo a Revolução de 1930 e a consequente elaboração da Constituição de 1934<sup>13</sup>. É sabido que o trabalho infantil na chamada República Velha possui particularidades como, por exemplo, o recebimento de salários inferiores aos das mulheres adultas pelas crianças que, por sua vez, ganhavam salários menores aos dos homens adultos. Nesse sentido, um estudo de gênero, classe e faixa etária seria útil para descortinar os efeitos da exploração infantil na fábrica Rheingantz, a partir da identificação das diferenças no trabalho de meninos e meninas. Todavia, também não foram encontradas fontes históricas referentes às crianças que trabalhavam na fábrica no final do século XIX e começo do século XX, o que caracteriza a sua exclusão efetiva na história da indústria.

Segundo Lima et al. (2016, p. 1), em situações em que o passado é deliberadamente esquecido e enterrado para que dele não se fale mais, a arqueologia histórica é um poderoso

---

<sup>13</sup> Guariento (2014), a partir das ideias de Barros (2008) afirma que com a regulação do trabalho de crianças e adolescentes, incluídos nos temas trabalhistas tratados pela Constituição de 1934, todas as formas de trabalho foram proibidas aos menores de 14 anos, sendo o trabalho noturno proibido aos menores de 16 anos e o trabalho em indústrias insalubres foi permitido apenas aos maiores de 18 anos, além da proibição da desigualdade salarial por motivo de idade.

instrumento para recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais.

A realização de escavações arqueológicas na Vila Operária da Rheingantz, assim como no interior do fábrica, poderia trazer à tona materialidades pertencentes a pessoas que compartilhavam uma rede de convívio nos espaços fabris. Pessoas estas que foram silenciadas e que tiveram suas histórias apagadas da memória coletiva. A partir dessa intervenção arqueológica, além das categorias de gênero e classe, poderíamos vir a perceber, também, aspectos de raça, etnia e faixa etária.

Por outro lado, a arquitetura concebida como uma ferramenta de construção da realidade social, por possuir um caráter multidimensional (BORRAZÁS et al., 2002), me fará compreender a forma como gênero e classe se estruturam na fábrica Rheingantz, para construir uma história das mulheres operárias que, no plano das relações de poder, também passaram por um processo de invisibilização com o apagamento de seus passados.

## 2.2 – A arquitetura como fonte de estudo da arqueologia de gênero

Entendo que gênero e arquitetura são tecnologias do poder (LAURETIS, 1987; SCOTT, 1989; ZARANKIN, 2001), responsáveis por fabricar indivíduos gendrados e disciplinados nos moldes do sistema que lhes é imposto, construindo identidades a partir dos papéis que são atribuídos aos sexos. Mas, é por meio de estratégias coletivas que pode ocorrer o agenciamento dos sujeitos. Esses, a partir da tomada de consciência da sua condição enquanto excluídos dos processos de decisão, passam a subverter a ordem social que os foi determinada; conseqüentemente, poder e resistência estão intimamente ligados.

Nessa rede de conflitos, as mulheres são exploradas e dominadas. São vítimas do patriarcado, mas também resistem e produzem estratégias de empoderamento e lutas individuais e coletivas. Logo, as relações de poder entre sujeitos femininos e masculinos estão representadas na arquitetura, que constitui uma fonte para o estudo da arqueologia de gênero.

Zarankin (2003), seguindo as ideias de Susan Steadman (1996), afirma que a arqueologia da arquitetura é uma vertente da arqueologia que compreende todas as investigações cujo foco é o estudo da arquitetura, a partir de uma perspectiva arqueológica. Esta possui abordagens teóricas diversas, que vão desde posições funcionalistas, que veem a arquitetura como um resultado lógico que responde a uma série de necessidades ambientais, até outras de caráter simbólico que destacam a presença de sistemas ideológicos representados nas construções. Para a realização do estudo da arquitetura das casas da Vila Operária da

Rheingantz, onde moravam as operárias e operários da fábrica, utilizarei a segunda abordagem.

Logo, entendo, a partir de Borrazás et al. (2002, p. 17), a arquitetura como um instrumento de coerção. Para as autoras, o registro arquitetônico possui um caráter multidimensional e constitui uma ferramenta para a construção da realidade social, que opera como um meio do sistema de saber-poder em cada contexto histórico, sendo o responsável por manter e reproduzir a ordem social (FOUCAULT, 1984; DELEUZE, 1992). Além disso, segundo elas (Id.), a arquitetura como um elemento substancial da cultura material delimita, reforça e reproduz espaços de cotidianidade, socializando e impondo aos indivíduos esquemas espaciais que ordenam uma determinada lógica social (MILLER e TILLEY, 1994; PARKER e RICHARDS, 1994a, 1994b; MCGUIRE e PAYNTER, 1991).

Compreenderei, portando, as casas da Vila Operária, segundo a perspectiva de Zarankin (1999), que as entende como estruturas de poder complexas que, além de acomodar as pessoas e as suas coisas, possuem características ativas e dinâmicas que influenciam e são influenciados pelos(as) seus(suas) ocupantes. Sua arquitetura está imbuída de componentes ideológico-simbólicos, que determinam a morfologia e a estruturação de seu espaço interior (Ibid., p. 239).

A arquitetura atua como um dispositivo fundamental para a transformação e a modelagem do mundo em que vivem as pessoas (ZARANKIN, 2001). Ademais, segundo Thiesen (1999, p. 81), as estruturas arquitetônicas apresentam-se como elementos preciosos para observar os modos através dos quais uma sociedade categorizou o seu meio e como representou essas categorias. Dessa forma, as categorias de gênero e classe estão representadas na arquitetura da Vila Operária da Rheingantz e evocam hierarquias sociais. De acordo com Ferradás (2014, p. 8-9),

La construcción de los espacios que habitamos tiene un sentido cultural – del mismo modo que la producción de conocimiento –; y por lo tanto no es neutro: su diseño se limita, jerarquiza y valora desde las estructuras de poder androcéntricas (del Valle, 1997:25), parte de una identidad cultural masculina (Massey, 1994:7) y perpetúa, en consecuencia, sistemas de dominación.

A autora (Ibid., p. 9) também destaca as ideias de Petit (1995, p. 342) ao pensar as relações de gênero no campo da arquitetura:

Los principios de la arquitectura no son neutrales al género: el diseño de arquitectónico ha sido realizado fundamentalmente por varones, atendiendo a las necesidades de los varones y los valores inherentes han sido transmitidos por varones que dominan las escuelas de arquitectura y escriben los libros de teoría arquitectónica.

Logo, a arquitetura pode ser compreendida como um corpo, no sentido metafórico, pois materializa elementos e posturas próprias do corpo humano (ZARANKIN, 2012, p. 20).

Porém, é um corpo masculino, já que foi este que serviu de medida ao discurso arquitetônico, como ponto central para o estabelecimento de regras, conforme Antunes (2015):

Ao longo da história da arquitetura, a mulher tem sido substituída ou deslocada, não só no plano social geral mas de um modo mais específico através da intersecção do corpo com a arquitetura. As referências às proporções ideais dizem respeito ao corpo masculino, sobre as quais alguns autores arriscam ligá-la mais à ideia de falo do que de corpo – desta ideia decorre a excessiva ênfase dada ao carácter objetual da arquitetura. As fundações da arquitetura ocidental apoiam-se sobretudo nas regras e nos textos renascentistas; conseqüentemente, o “logocentrismo” e o “antropomorfismo” permaneceram subjacentes ao sistema arquitetônico que, desde Vitruvius, é definido tanto pelo que inclui como pelo que exclui e reprime (ANTUNES, 2015, p. 17).

Assim, o discurso renascentista procedeu a uma operação simbólica que estabeleceu uma relação entre o homem e a natureza através de noções de harmonia natural e perfeição: o homem é apresentado como possuidor dos atributos, proporções e medidas ideais (Idem). Desse modo, a arquitetura como um corpo masculino, exclui as mulheres de determinados espaços, assim como as inclui em outros, funcionando à serviço do patriarcado. A arquitetura, por conseguinte, tem o poder de sujeitar o corpo das mulheres, mantendo a sua subordinação ao sujeito masculino, assim como a ordem social dominante.

Considerando que as estruturas arquitetônicas são ativas, essas respondem desde a marginalidade feminina à imposição masculina, na trama de relações sociais que são produzidas e apropriadas a partir dela (LEVINSKY, S/A). Nesse sentido, ela pode ser entendida como um campo de lutas e ideologias distintas (ZARANKIN, 1999).

Foucault em *Vigiar e Punir* (1999, p. 195), demonstra o poder responsável por disciplinar os indivíduos, tornando-os o que ele denomina “corpos dóceis”, a partir de determinados recursos, úteis para um bom adestramento:

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos

simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

Foucault (Ibid., p. 196-197), afirma que o acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Segundo o autor, ele é encontrado não apenas nas cidades operárias, mas também em hospitais, asilos, prisões, casas de educação, etc., e é sustentado por um princípio: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Nesse sentido, Foucault salienta a eficácia do modelo de acampamento (Ibid., p. 197):

O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência da ótica. Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conheável. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento — do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair — começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências.

Ainda segundo Foucault (Ibid., p. 224), o Sistema Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural que opera de forma sutil e estrutura as relações de poder, visando garantir a sua sustentação e reprodução:

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. O que permite em primeiro lugar — como efeito negativo — evitar aquelas massas compactas, fervilhantes, pululantes, que eram encontradas nos locais de encarceramento.

Dessa forma, o dispositivo panóptico atua no sentido de individualizar e separar a multidão de operárias e operários, com o objetivo de evitar, não apenas os roubos e as distrações que atrasam o trabalho, tornando-o menos perfeito, mas o efeito coletivo (FOUCAULT, 1999). Deve-se levar em conta, também, que esses mecanismos de dominação se estendem para além dos muros da fábrica e atingem todos os aspectos da vida cotidiana

(RAGO, 2014) dos(as) trabalhadores(as). Segundo Thompson (2004), é a partir desse efeito coletivo (experiência de classe) que a consciência de classe entre operários e operárias se forma, fazendo com que passem a construir estratégias de luta coletivas. Garantindo a individualização dos sujeitos a partir da arquitetura disciplinar, mantém-se a perpetuação do sistema capitalista. Todavia, os sujeitos são agentes sociais ativos na construção da sua história, conforme Andreu (2005) e, a partir de mecanismos diversos, corrompem, transgridem e subvertem a moral imperante, empoderando-se, mesmo que de maneira sutil e, até mesmo, individualmente.

No caso das operárias, essas tecnologias do poder recaem a elas com mais força, já que são intensificadas pelo patriarcado, constituindo uma política de controle dos corpos femininos que lhes são específicas e estão entranhadas no seu contexto histórico-espacial: os espaços fabris da Rheingantz, do final do século XIX e começo do século XX. O que não as impede de criar, a partir do compartilhamento de suas vivências, uma consciência de classe, para construir, coletivamente, estratégias de luta e resistência contra o capitalismo, responsável por manter a ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2009).

Compreendo, dessa forma, que a arquitetura da Vila Operária da fábrica Rheingantz opera no sentido de reforçar o patriarcado e as tecnologias de gênero que atuam na construção da domesticidade feminina, mantendo o *status quo* dominante. Ora, o seu registro arquitetônico constitui um dispositivo de dominação patriarcal. Saliento, entretanto, que a ordem social da arquitetura é possível de ser burlada. Pois, ao mesmo tempo em que a arquitetura impõe uma lógica de poder, ela também pode ser modificada pelas mulheres operárias, que podem vir a utilizar o seu próprio ordenamento para subvertê-la, como uma forma de resistir.

### 3. A OPRESSÃO DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ

*Mesmo o homem mais oprimido pode oprimir outro ser,  
que é sua própria mulher.  
A mulher é a proletária do proletário.*

Flora Tristan (1803-1844)

#### 3.1 – Onde estavam as operárias?

Para tentar responder a pergunta deste subtítulo, que, para mim, se qualifica mais como uma inquietação, devido à quantidade ínfima de fontes históricas referentes às operárias da Rheingantz que encontrei no decorrer da pesquisa, recorri aos relatórios da fábrica, correspondentes ao recorte temporal do final do século XIX e começo do século XX, onde estas mulheres poderiam aparecer, atentando o olhar para a descrição das habitações destinadas aos operários, que viriam a compor a Vila Operária. Também analisei transcrições de denúncias do jornal rio-grandino *Echo Operário*, já que não obtive acesso a este jornal, em que operárias são mencionadas.

Analisei, primeiramente, o relatório do ano de 1884. Este afirma: “Eleva-se á 130 o numero de operarios da fabrica, além de 1 alfaiate e 30 *costureiras* que se empregam na manufatura de capotes para o exercito” (grifos meus). Ao ler este relatório, passei a me questionar: será que estas *costureiras* estavam trabalhando na fábrica? Então, comecei a analisar os relatórios restantes, no subtítulo “Operários”, em que estas *costureiras* são mencionadas. O relatório do ano de 1886, afirma que “o número de operários eleva-se (...) a 310, não incluindo cerca de 40 *costureiras* que se ocupam, quasi effectivamente para o estabelecimento de lans, no trabalho de debruar cobertores e cozer capotes” (grifos meus). Já o relatório referente ao ano de 1891 demonstra que o número de operários subiu para 543, “dos quaes 490 trabalham nas officinas e 53 *fóra delas*” (grifos meus). Ora, estes “operários” que trabalhavam fora da fábrica só poderiam ser as *costureiras* mencionadas nos relatórios anteriores a este, o que se confirma no relatório do ano de 1893, que declara:

Operários: Desde que ultimamente começaram a funcionar as novas machinas de algodão teve grande aumento o numero de empregados que se elevava na ocasião do balanço, nas tres fabricas, a 836 pessoas, *além de 93 senhoras, occupadas temporariamente fóra das officinas* (grifos meus).

Mas, em que local estavam trabalhando estas mulheres? Segundo o relatório correspondente ao ano de 1895, elas estavam trabalhando nas suas casas, ou seja, não eram trabalhadoras fixas.

Não tendo havido aumento de machinismos, não houve grande alteração no pessoal que se elevou em 31 de Agosto a 912 pessoas, sendo 858 empregados fixos, e 54 *costureiras que trabalham em suas casas*. (...) Dos *empregados de nossas oficinas* são 469 nacionais e 389 estrangeiros, havendo entre eles 494 homens, 224 *mulheres* e 140 crianças de ambos os sexos (grifos meus).

Por que estas costureiras estavam trabalhando em casa? Por que, nos relatórios da fábrica, elas não são chamadas de operárias, ao contrário das outras mulheres que trabalhavam no seu interior, mas que, assim como elas, eram costureiras?

Busquei, então, em estudos de autoras feministas uma resposta para estas questões. Angela Davis (2016) explica que, com o capitalismo, as atividades domésticas não remuneradas deixam de ser consideradas uma forma de trabalho e passam a ser vistas como atividades secundárias, ligadas diretamente às mulheres. Segundo a autora,

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado”. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (p. 225).

Dessa forma, o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produzem algo tangível com seu trabalho, diminui o prestígio social das mulheres em geral (DAVIS, 2016, p. 228). Na lógica do sistema capitalista, no que concerne à divisão sexual do trabalho, se estabelece uma hierarquia: aquele realizado por homens é tomado como mais importante do que o trabalho realizado por mulheres, que corresponde, em grande parte, às atividades exercidas no espaço doméstico. Ao mesmo tempo em que esse trabalho é invisibilizado e desvalorizado – e, muitas vezes, nem sequer é visto como um trabalho, já que é encarado como uma obrigação da mulher –, ele é essencial para a manutenção do sistema capitalista. Incansáveis vezes já ouvimos de conhecidos, amigos e, até mesmo, de familiares a bem conhecida frase: “ela não trabalha, só fica em casa”. Porém, o que poucos param para refletir é sobre o que esta mulher está fazendo em casa, para quem e para quê. Ela está cuidando dos filhos, do marido e, muitas vezes, dos idosos. Afinal, os filhos necessitam ir à escola e, para isso, precisam estar bem alimentados, com as tarefas escolares em dia, uniformes limpos, etc; o marido precisa trabalhar e, por isso, deve estar igualmente alimentado, com suas roupas de trabalho em bom estado (FURNO, 2017) – ambos necessitam de um ambiente doméstico organizado e limpo, a fim de prevenir doenças e, além disso, devem cumprir seus horários, evitando atrasos. As mulheres ainda são majoritariamente responsabilizadas por todas essas tarefas não remuneradas, que movem os motores do capitalismo, sem nenhum tipo de retribuição. Nesse sentido, se pode dizer que as mulheres

que realizam os trabalhos domésticos gratuitos são sócias ocultas do capitalismo (D’ALESSANDRO, 2017).

Muitas mulheres, além de exercerem as funções do lar, também estão inseridas no mercado de trabalho, que demanda uma busca crescente por qualificação. Dessa forma, para conciliar atividades domésticas, profissionais e educacionais, à mulher é exigida uma tripla jornada diária (AMARAL, 2007). Porém, a verdade é que, ainda que as mulheres se esforcem para conseguir um emprego com boa remuneração, buscando reconhecimento profissional, e sejam mais qualificadas em relação aos homens, elas sempre estarão em situação de desvantagem, justamente por vivermos em uma sociedade misógina que, a partir de mecanismos diversos, restringe a participação da mulher a determinados lugares sociais. Um desses pontos limítrofes da sua condição enquanto mulher é a responsabilização pelas tarefas da casa que demandam o tempo que poderia ser usufruído para a sua dedicação plena aos estudos e, também, ao seu trabalho. O que não acontece com os homens que, não tendo que assumir as tarefas domésticas, gozam de tempo livre para se especializarem. Ainda hoje, as mulheres recebem uma remuneração menor em relação a que é despendida aos homens. Assim, o argumento falacioso que geralmente escutamos de que as mulheres, por integrarem o mercado de trabalho atualmente, não sofrem mais desigualdades, é usado para deslegitimar a sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Devemos é perder a inocência: capitalismo e patriarcado operam juntos, intensificando as opressões de gênero, reforçando estereótipos e mantendo a mulher no lugar que lhes foi circunscrito (o espaço doméstico).

Mas, o que leva as pessoas a pensarem que as atividades exercidas no âmbito doméstico não são um trabalho? Como ocorreu a naturalização de que este é um trabalho de mulher? Voltamo-nos ao século XIX, pois o que acontece no contemporâneo está historicamente enraizado no passado. Com o estabelecimento de uma nova divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, conforme Scott (1991), há, conseqüentemente, a separação entre o lar e o trabalho que seleciona e organiza a informação a fim de obter um efeito que ressalta diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres e, por sua vez, legitima e institucionaliza essas diferenças como modelo para a organização social. Dessa forma, a ideologia da domesticidade parte de um discurso construído por médicos, cientistas e políticos que no século XIX definiu o gênero como uma divisão sexual do trabalho “natural”.

Rago (2014, p. 88) explica que o ideal da esposa-mãe-dona-de-casa foi construído pela burguesia e imposto às mulheres – primeiramente às moças da elite e, posteriormente, às das classes trabalhadoras – exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual:

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público (...) e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho (Id.).

De acordo com os fundamentos do Positivismo Comteano<sup>14</sup>, o espaço da mulher ficaria restrito à casa, onde deveria dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico e à educação dos filhos, enquanto o serviço externo para sustentar a casa, caberia ao marido (ISMÉRIO, 1995, p. 23). A construção desse modelo de mulher pela burguesia implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual, pois parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada e que esta deve realizar-se a partir dos êxitos do marido e dos filhos, esquecendo de si mesma (RAGO, 2014). Porém, muitas mulheres viam na crescente industrialização uma oportunidade de trabalho remunerado fora da esfera privada, ainda que estas também tivessem que arcar com o trabalho doméstico, enfrentando uma dupla jornada de trabalho. Segundo Rago (2014, p. 88-89),

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize.

Segundo Scott (1991), na industrialização, o problema das mulheres trabalhadoras foi focalizado na transferência da produção do lar para a fábrica, pois enquanto no período pré-industrial as mulheres exerciam atividades produtivas paralelamente à criação dos filhos, combinando trabalho e domesticidade, argumentava-se que, com o capitalismo, a alteração do local de trabalho tornava o desenvolvimento de ambas as atividades difícil e, até mesmo, impossível. Se dizia que, como resultado, as mulheres deveriam abandonar o trabalho remunerado após o casamento, para dedicar seu tempo ao cuidado da casa, do marido e dos filhos. Só lhes era permitido trabalhar enquanto fossem solteiras e somente voltariam ao labor fora do lar nos casos em que o marido não fosse capaz de sustentar a família. Por permitir a combinação da domesticidade e do trabalho assalariado, idealiza-se a imagem do trabalho executado na esfera doméstica como adequado para as mulheres. Logo, poderiam ser as operárias da Rheingantz moças solteiras que, após seu casamento, passariam ou não a trabalhar como costureiras para a fábrica em suas casas? Seriam estas “senhoras” – termo

---

<sup>14</sup> Conforme Ismério (1995, p. 10), o discurso positivista atuou como agente organizador da sociedade, que impôs as ideias de um grupo político dominante através de arquétipos e símbolos presentes na tradição conservadora, com o objetivo de tirar a mulher do campo profissional e enclausura-la dentro de sua própria casa. A moral positivista tem uma relação direta com o catolicismo, pois o Positivismo herdou símbolos e signos difundidos pela tradição judaico-cristã ao longo dos séculos.

utilizado no relatório referente ao ano de 1893 para se referir as costureiras domiciliares – casadas? O relatório da fábrica referente ao ano de 1893 destaca algumas das “vantagens” provenientes do Fundo de Pensões da empresa. Dentre elas está:

Em caso de morte de qualquer socio casado, que tenha pertencido á associação 5 anos, receberá a viúva durante 2 mezes a ajuda mensal de 50\$000 e mais 10\$000 por cada filho menor, para attender às primeiras dificuldades de seu sustento e poder com vagar procurar seus futuros meios de vida.

Será que estas costureiras poderiam ser viúvas, já que, com a morte do marido operário, precisariam trabalhar remuneradamente para sustentar a si e aos filhos? Não se pode, também, descartar a hipótese de essas operárias à domicílio serem moças solteiras. Entretanto, pensando na condição das mulheres casadas, que deveriam cumprir com as obrigações que lhes eram impostas – as atividades da casa, cuidando dos filhos e servindo ao marido – e o ideal da domesticidade que ressaltava o perigo da mulher no espaço da fábrica, podendo facilmente cair nas garras de homens galanteadores, afinal elas eram vistas como “o sexo frágil”, sustento a hipótese de essas costureiras serem, em sua maioria, casadas, pois, certamente, deveria haver uma maior resistência por parte dos maridos à permitir que elas trabalhassem fora de casa.

De acordo com Rago (2014), não se abrem grandes oportunidades de emprego para as mulheres, já que sua educação não as preparavam para seguir uma carreira profissional. Ao contrário, as instruíam para a carreira doméstica, ensinando-as a ser boas mães, esposas e guardiãs do lar. Afinal, os conhecimentos que adquirisse deveriam auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais interessante e agradável ao homem (2014, p. 89). Portanto, estariam as mulheres destinadas a empregos de baixo salário, não especializados, pois deveriam priorizar suas obrigações domésticas e a maternidade (SCOTT, 1991).

Sua atuação fora do lar sempre esteve ligada a posições de subordinação a um chefe masculino em atividades que as excluía de qualquer processo decisório: eram assistentes e ajudantes (RAGO, 2014). Lhes eram atribuídas funções que demandam cuidado, paciência e delicadeza, através da consideração estereotipada de que estes são atributos da personalidade das mulheres, como tecer. Na indústria, a tecelagem constitui um trabalho fundamentalmente feminino. Em Rio Grande, tanto na Rheingantz como na Ítalo-brasileira, – ambas fábricas de tecidos –, no setor têxtil, predominava a mão de obra feminina (LONER, 2001). Segundo Paulitsch (2008, p. 65), a mão de obra da fábrica Rheingantz era constituída por dois terços de mulheres, que trabalhavam na produção e um terço de homens, responsáveis pela manutenção. Assim, o trabalho das mulheres, na fábrica, era especialmente nos teares. Conforme Aravanis (2010), por ser de menor remuneração, a mão de obra feminina era

geralmente empregada na área da produção das indústrias de tecelagem, onde as funções desenvolvidas eram tomadas como compatíveis com a “natureza da mulher”, com o objetivo de maximizar os lucros, em contrapartida à mão de obra masculina que proporcionava um aumento nos gastos. Ou seja, as atividades que necessitam de agilidade manual e discrição eram atribuídas às mulheres e as que exigem força muscular são delegadas aos homens. Nesse sentido, entendo que a fábrica é a extensão do lar, pois mesmo que esta esteja situada na esfera pública, nela, as operárias ainda desenvolviam atividades ligadas ao âmbito da casa. Se pode dizer, devido às funções que eram atribuídas as mulheres operárias, que o universo da domesticidade é projetado para o interior da fábrica, mas não transferido, visto que mulheres também desenvolviam atividades de costura em suas casas para a Rheingantz. Nas palavras de Scott (1991, p. 450), a predominância do trabalho de agulha como trabalho de mulher torna difícil defender o argumento de que houve uma separação dramática entre lar e trabalho.

Como afirma Pesavento (1994), a compensação pelos baixos salários pagos aos operários ocorreu através de reforços decorrentes da entrada de outros componentes da família na indústria, como as mulheres e as crianças. Aravanis (2010, p. 161) estabelece, a partir do “Relatório Apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves, pela Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior” de 1916, um paralelo entre os salários femininos e masculinos de algumas indústrias têxteis do Rio Grande do Sul, onde encontra uma grande oscilação de valores, ainda que o salário das operárias fosse o mais baixo. Na Rheingantz, os homens operários recebiam o salário de 7\$000 enquanto as mulheres operárias ganhavam 4\$000. As crianças ainda recebiam salários mais baixos em relação ao que era pago às mulheres operárias (PESAVENTO, 1994).

Pesavento (1994) destaca, a partir do jornal riograndino *Echo Operário* de 26 de setembro de 1898, que as mulheres operárias, além dos míseros salários que recebiam, sofriam abuso sexual cometidos, majoritariamente, por diretores de empresas, mestres, contramestres e capatazes. Frequentemente, recaíam sobre elas as multas da fábrica, como atesta o jornal *Democracia Social* de 18 de novembro de 1893, ao mencionar a repreensão de uma operária:

Não sabemos se os homens incorrem na mesma multa por idêntica falta, sendo possível que não, porque os homens têm um espernear mais pronto (DEMOCRACIA SOCIAL, 1893 apud. PESAVENTO, 1994, p. 62).

Segundo Pesavento (1994), às mulheres grávidas incidiam violências que tomavam proporções maiores. Quando essas não eram multadas, sofriam severas punições devido ao “relaxamento da postura” que elas realizavam após períodos longos trabalhando em pé. Se continuassem a fazê-lo, eram despedidas da fábrica, como é denunciado no jornal *Gazetinha*

de Porto Alegre de 24 de setembro de 1898. Nesse sentido, não podemos dizer que apenas as mulheres solteiras trabalhavam nas fábricas, visto que mulheres grávidas também eram operárias. Ainda que a ideologia da domesticidade tenha imposto códigos morais ao trabalho feminino, é necessário levar em conta que, muitas vezes, a família não via outra alternativa, senão o trabalho das mulheres casadas na fábrica, assim como de seus filhos, já que o salário das operárias à domicílio tendia a ser mais baixo. Também não descarto, é claro, a hipótese de que estas poderiam ser solteiras, sofrendo diversos preconceitos e sendo estigmatizadas enquanto “mães solteiras” – o que é recorrente, ainda, no presente.

Conforme Scott (1991), as costureiras de vestuário eram, geralmente, pagas à peça, recebendo salários tão baixos que tornava impossível a sua subsistência apenas com o que ganhavam. Com seus horários de trabalho e ritmos acentuados, trabalhando em meio a um movimentado espaço doméstico, a costureira tinha pouco tempo para responsabilidades domésticas, mas ainda poderia conciliá-las com as atividades produtivas. A localização do trabalho em casa podia ser tão perturbadora para a vida familiar como a ausência da mãe durante o dia; mas eram sobretudo os salários tão incrivelmente baixos, e não o trabalho em si que causava a perturbação (Ibid., p. 451). Imaginamos, então, a condição das costureiras que trabalhavam em casa para a fábrica Rheingantz, em meio às grandes encomendas de cobertores e capotes para o exército que, ainda assim, teriam que reservar um tempo às tarefas de cuidado da casa, dos filhos e do marido. Pesavento (1994, p. 35-36) afirma, a partir da denúncia do jornal porto-alegrense *Gazeta da Tarde* de 23, 24, 25 de maio e 1º de junho de 1895, que as costureiras eram as mais exploradas dentre as categorias que trabalhavam a domicílio. De acordo com a autora,

Viúvas, casadas pobres ou moças solteiras eram vítimas de verdadeiros sindicatos de intermediários de “guias de costura” que, na venda do seu produto pronto para as empresas ou instituições públicas, como o Arsenal de Guerra, davam às viúvas um retorno de pagamento menor do que o trabalho desempenhado (GAZETA DA TARDE, 23, 24, 25 maio e 1º de jun, 1895 apud. PESAVENTO, 1994, p. 35-36).

Além disso, os salários mais baixos vinham, muitas vezes, acompanhados de exigências na quantidade de roupas que deveria ser produzida, de acordo com Pesavento (1994):

Em 1895, o proprietário de um estabelecimento, ao recrutar costureiras para calças, camisas, ceroulas e paletós, prevenia que só distribuiria costuras àquelas que fizessem mais de seis peças por dia (MERCANTIL, 26 jan. 1895 apud. PESAVENTO, 1994, p. 62).

Assim, a condição das costureiras não-fixas, enquanto trabalhadoras que exerciam atividades remuneradas para a Rheingantz em casa, atuou no seu não reconhecimento como operárias perante à fábrica, legitimando a sua invisibilidade e as opressões ao qual estavam

sujeitas. Não sendo vistas como operárias, provavelmente, não teriam acesso à Mutualidade e ao Fundo de Pensões da empresa. Este último proporcionava, além do auxílio às viúvas de operários, dotes às operárias solteiras. De acordo com o relatório de 1902, foram prestados auxílios a 8 moças que se casaram durante o ano, com a permissão dos pais. Seriam estas moças, operárias da fábrica ou costureiras que trabalhavam em casa para a fábrica? O relatório do ano de 1906 aponta os valores gastos com as operárias que se casaram. Ou seja, apenas as operárias da Rheingantz recebiam o auxílio para o seu casamento, enquanto as costureiras, por não serem operárias da fábrica ou, também, por já serem casadas, não tinham direito à ganhá-lo. Segundo o relatório referente ao ano de 1907, foi gasto o valor de 1:900\$000, com a “dotação para despesas de casamento de 13 operarias”. Já o relatório do ano de 1908 afirma, quanto a “dotação para despesas de casamento” que foram gastos: seis dotes no valor de 200\$, cada e três dotes no valor de 100\$, cada. Não se sabe o porquê da diferenciação nos gastos entre os dotes oferecidos às operárias. Entretanto, a diferença pode estar relacionada com a função das operárias na fábrica e o salário que lhes era despendido. É possível comparar esse valor com o preço de outros produtos que aparece na transcrição de Pesavento (1994, p. 50) do Jornal *Echo Operário*, através da demonstração do paralelo entre o salário de operários (homens) e custo de vida para o ano de 1898<sup>15</sup>:

Ganhando salários insuficientíssimos lutando com uma crise de trabalho que se prolonga interminavelmente, e que já vem de longa data, o operariado vê-se assoberbado pelas necessidades, as quais não pode debelar porque em tudo são superiores às suas forças. (...) Atualmente um bom operário ganha na média 150\$000 por mês e no geral os salários são de 100\$ até 120\$000 (...).

Damos a seguir um quadro demonstrativo das despesas que necessita fazer uma família durante o mês, pelo qual mais facilmente se pode ajuizar das causas que nos levam a acusar os governos (...).

Ei-lo:

Ganho do chefe.....	120\$
Despesa:	
Aluguel de casa e água.....	40\$
Lenha.....	12\$
Pão.....	18\$
Açúcar.....	7\$
Carne, a 400 rs o K.....	24\$
Verdura, a 200 rs por dia.....	6\$
Arroz, toucinho, banha.....	12\$
Gás, velas, sabão, etc.....	6\$
Soma.....	12\$

<sup>15</sup> Como se passou dez anos desde a criação desse quadro comparativo pelo jornal *Echo Operário*, deve-se considerar a margem de erro.

Déficit.....5\$

(...) E trate-se de uma família onde todos gozem saúde e a mulher tenha leite para dar ao filho mais novo, que em geral ainda mama, pois no caso contrário, lá vão 240 réis pelo menos para o leite. E se algum cai doente? Lá temos a botica, o médico.

O salário de um operário fica entre 100\$ e 120\$, enquanto os dotes oferecidos às operárias que se casavam, no ano de 1908, correspondem aos valores de 100\$ e 200\$. Contrastando com os preços dos produtos que eram consumidos por uma família sustentada pelo operário, além das despesas com o aluguel da casa e água, pode-se constatar que os dotes não possuíam um valor alto. Logo, esses constituíam uma pequena ajuda de custo para os primeiros meses das operárias recém casadas. A ação reflete o paternalismo da fábrica, já que o patrão, representando a figura do pai, ajuda as mulheres a se casarem, dando a elas o auxílio mediante o consentimento de seus pais (FERREIRA, 2013). Ele garantiria, dessa forma, que a mulher operária não se desviasse do caminho que lhe estava predestinado: o de esposa, mãe e dona de casa.

Também é importante salientar o discurso atrelado à ideologia da domesticidade que aparece no jornal operário, pois, como assinala Rago (2014), este foi construído pela burguesia e imposto às classes baixas. Contudo, nem mesmo as entidades representativas da classe operária (controladas por homens), escapam da reprodução do discurso burguês. Enquanto as mulheres da elite contratavam mulheres que, em geral, eram negras para trabalharem como amas de leite, as mulheres pobres deveriam ser capazes de amamentar, pois, caso contrário, a representação da “mãe má” passaria a assombrá-la. Nesse sentido, a figura da “mãe desnaturada” é legitimada pela construção burguesa da “boa mãe” que se estabelece a partir do “mito do amor materno”, pois a mulher que não pode alimentar o seu filho pequeno é aquela que se distancia do padrão imposto como natural e inerente ao sexo feminino, remetendo à anormalidade. Esse discurso também recaía as mulheres ricas que entregavam seus filhos aos cuidados das amas de leite. De acordo com Rago (2014, p. 103),

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura da “guardiã do lar”.

Porém, as mulheres pobres eram as mais julgadas por não amamentarem os seus filhos, pois não estariam cumprindo com suas obrigações, não apenas enquanto mães, mas também como esposas, já que eram responsabilizadas pelos gastos com o leite, não contribuindo com a boa ordem da família. Como destaca Ismério (1995, p. 98),

Para os Positivistas a perda deste contato inicial da mãe com o bebê, prejudicaria a relação afetiva e alteraria o desenvolvimento físico e psicológico da criança. Dar o peito ao filho era o dever da boa mãe, que através do seu gesto estaria garantindo a saúde de seu filho e uma geração futura mais forte.

As propagandas também atuaram na construção da figura da mãe, esposa e dona de casa e da ideologia da feminilidade, como mostra Souza (2017). Segundo a autora, no jornal rio-grandino *Echo do Sul*, destinado às elites, esteve presente um número expressivo de propagandas de produtos e medicamentos voltados ao público feminino. Estas propagandas reforçam o estereótipo da mulher fraca, que possui um corpo frágil, sensível às enfermidades e que precisa de remédios para se recompor. Além disso, a preocupação com a amamentação também aparece nos anúncios. Na propaganda do Vinho Tônico Galactogenio do Dr. Bruno Chaves, que está presente no jornal *Echo do Sul*, referente aos meses de janeiro e agosto de 1912, estava escrito: “assim ficam as crianças, cujas mães usam o galactogenio. Fortes, robustas, respirando saúde por todos os póros. Usos do Galactogenio: Anemia, palidez, falta de crescimento, palpitações, falta de leite”.



**Figura 4:** Galactogenio do Dr. Bruno Chaves. Jornal *Echo Operário* (janeiro e agosto de 1912). Fonte: Adara Guimarães de Souza, 2017.

As mulheres trabalhadoras eram consideradas as culpadas por tudo o que poderia vir a acometer seus filhos e filhas. Conforme Bilhão (2005, p. 117 apud MACEDO, 2010, p. 42),

(...) em caso de crimes de sedução, o comportamento das mães das vítimas era um dos aspectos analisados pelas autoridades jurídicas, e, dificilmente, se a vítima fosse, (...), filha de uma mulher sozinha e que trabalhasse fora, receberia ganho de causa em um processo judicial.

Macedo (2010, p. 41) destaca o caso ocorrido em 1910 da viúva e cozinheira em uma padaria, Martha, que prestou queixa contra o noivo de sua filha, Hercília de 17 anos, operária

da Rheingantz, por este a ter deflorado quando ela (Martha) estava trabalhando. A conduta de Hercília, inicialmente, foi considerada dentro dos padrões morais do período, sendo expedido um mandato de prisão para o acusado. Porém, o advogado de defesa do noivo entrou com um recurso, alegando falta de provas e de elementos materiais constitutivos do crime. Como não encontrou nenhuma contravenção na conduta da vítima, o advogado apontou irregularidades na conduta da mãe (SILVA, 1996, p. 107 apud MACEDO, 2010). Segundo Macedo (2010), Silva (1996) ao transcrever o processo, destaca que o fato da mãe trabalhar fora, ausentando-se de casa e não cumprindo com suas obrigações de mãe, foi utilizado como argumento para diminuir a culpa do réu, inocentando-o e evitando, assim, a sua condenação:

(...) os autos (...) mostram que a suposta vítima, quando seja verdadeira sua declaração de ter tido relações sexuais com o recorrente, a ele se entregou espontaneamente, até com o consentimento de sua própria mãe, pois que não é crível que se tratando de uma moça, filha honesta e virgem, essa mãe se retirasse de casa para cozinhar em uma padaria, deixando só, abandonada às suas exclusivas forças, uma filha menor e virgem. (Processo nº 365, Rio Grande, 1918; SILVA, 1996, p. 108 apud MACEDO, 2010, p. 42).

É importante salientar, também, que os relatórios da Rheingantz, após o ano de 1895, não mencionam as costureiras que trabalham em casa. Será que estas continuaram trabalhando em casa para a fábrica? Ou trabalharam na costura de cobertores e capotes para o exército somente até 1895, ano do fim da Revolução Federalista? Durante a pesquisa, me deparei com o relato de uma mulher que trabalhou na fábrica em meados dos anos de 1950. Ela contou que essa era uma prática comum da Rheingantz e que algumas mulheres trabalhavam à domicílio, sob encomendas da fábrica. Segundo Macedo (2010, p. 37), em 1920 a Rheingantz contava com um total de 900 operários, além de 100 costureiras que trabalhavam em casa. Então, por que, nos relatórios, não consta mais a quantidade de costureiras que trabalhavam em suas residências?

A Rheingantz, portanto, era composta por operárias que trabalhavam no interior da fábrica e por operárias que trabalhavam à domicílio. Onde estas mulheres estavam morando?

### **3.1.1 – A Vila Operária da Rheingantz: um dispositivo de dominação patriarcal**

Rago (2014) explica que a construção do modelo imaginário de família criado pela burguesia e, paulatinamente, imposto ao operariado, atuou na sua domesticação e tornou possível o nascimento da intimidade operária, remodelando a sua maneira de morar. Como afirma Stanchi,

Na construção destes conjuntos pelos industriais, esteve presente principalmente a intenção de controlar o operariado, induzindo um modo de morar e viver que preservasse a ordem entre os empregados e que aumentasse a produtividade do estabelecimento (2008, p. 67).

Conforme o autor, a utilização da mão de obra de mulheres e crianças pelas fábricas tornava necessária a criação de unidades privativas para toda a família, juntamente à ela. Surgem assim, as vilas operárias, antíteses dos insalubres cortiços, como afirma Rago (2014). A sua construção pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade é a solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX, no Brasil (RAGO, 2014, p. 130).

Se pode dizer que essas características, produzidas aos moldes burgueses, citadas por Rago (2014) e Stanchi (2008), se fizeram presentes na idealização do projeto e construção da Vila Operária da Rheingantz?

O *Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C.*, referente ao ano de 1884, menciona a conveniência da construção de casas para operários, juntamente à nova fábrica de lãs situada na atual Avenida Rheingantz. Já o relatório do ano de 1885, que também anuncia a inauguração da fábrica de lãs, relata:

De conformidade com a autorização votada pela Assembléa Geral de 10 de Novembro de 1884, realisou-se a construção das projectadas habitações (...). De acordo com o Conselho Fiscal attendi ao pedido dos inquilinos, todos nossos operários, de colocar fogões e fazer passadiços para as cosinhas e outros aumentos nas casas, ocupadas pelos mestres, o que elevou áquella cifra o valor do contrato original (...).

Paulitsch (2008), em seu estudo sobre a vila, faz uma descrição da arquitetura das casas de operários, situadas no quarteirão ao lado da fábrica na Rua Rheingantz (como era chamada no passado). De acordo com a autora, essas foram construídas em uma tipologia de casas-em-fita, em alvenaria de tijolos. A estrutura do telhado é de tesouras de madeira perpendiculares à fachada, formando um único telhado. Este possui uma cobertura simples e compartilhada em duas águas, com telhas do tipo capa-canal. A horizontalidade do conjunto dessas casas, enfatizada pelos áticos e cimalkas é equilibrada pelas aberturas verticais das portas e janelas, dando um ritmo compassado à construção (p. 102). As portas contem verga reta e bandeiras simples de caixilho de madeira com vidro fixo, enquanto as janelas são de guilhotina com verga reta e caixilhos de madeira com vidro. A escala utilizada foi a do homem. A sua implantação, configurando uma forma pura do retângulo, visava, não apenas, o maior aproveitamento dos materiais de construção, como também intensificava o espaço, estabelecendo uma linearidade no conjunto, a partir do compartilhamento da parede pelas casas. Quanto a ornamentação, esta limita-se ao ático, frisos e cornija de entablamento,

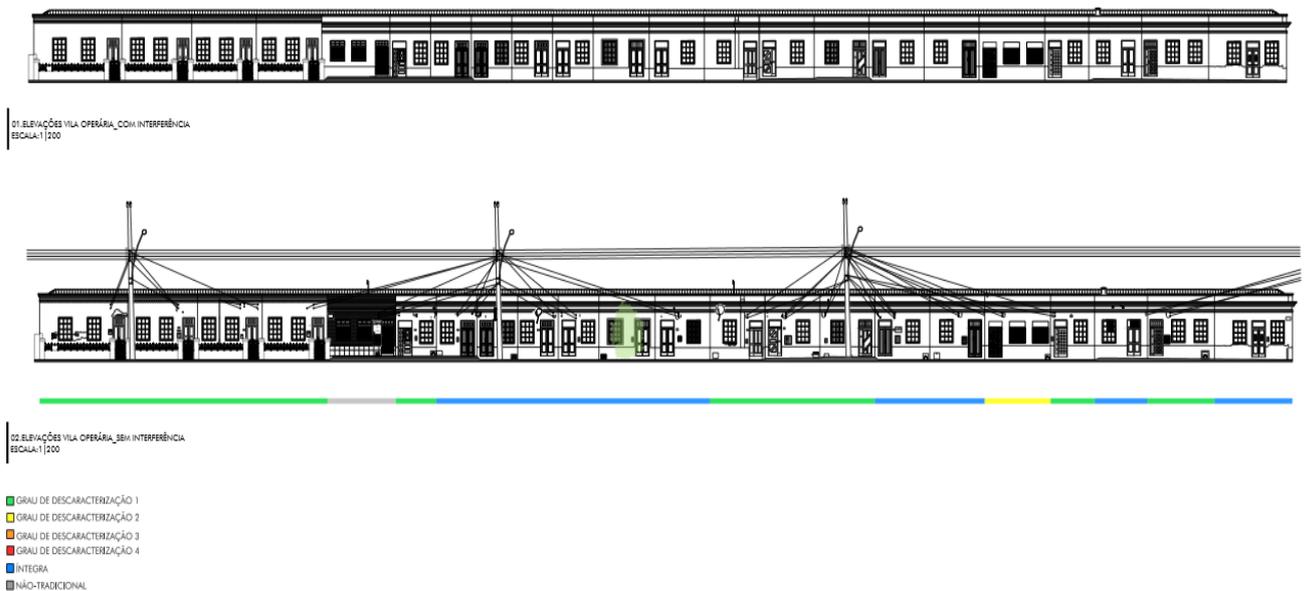
promovendo uma separação entre a parede e o ático. Além disso, não possuíam sistema de esgoto e de água e o lixo era jogado no quintal das casas.



**Figura 5:** Casas de operários situadas no quarteirão ao lado da fábrica Rheingantz, que aparece ao fundo. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 6:** Montagem panorâmica das casas de operários construídas em 1884. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.



**Figura 7:** Análise tipológica das fachadas contendo o grau de descaracterização das casas de operários situadas na Rua Rheingantz (atual Av. Presidente Vargas). Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.

As quatro primeiras habitações representadas na Figura 6, segundo Paulitsch (2008), também foram construídas para operários<sup>16</sup>. Estas diferem do alinhamento das restantes, sendo construídas posteriormente e estão de acordo com o código de posturas de 1903:

6º artigo – XV – Os prédios que não tiverem que seguir o alinhamento da rua, deverão ser afastados, pelo menos 4m. Sempre que o terreno o permitir, a juízo da Intendência, e terão de pe direito mínimo 3m sendo a esquadria relativa a essa altura. (Novo Códigos de Posturas do Município de Rio Grande. Decreto n.º 29, de 14 de julho de 1903, p. 7 apud PAULITSCH, 2008, p. 77).

<sup>16</sup> Por estas possuírem um padrão arquitetônico mais elaborado em relação às casas construídas em 1884 e, também, com maiores proporções em relação ao tamanho, estas não serão estudadas.



**Figura 8:** Casas com recuo construídas após 1903. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

De acordo com Ferreira (2013), tanto as casas construídas em 1884, como estas, construídas após 1903, eram entregues aos contramestres da fábrica. Pode ser que os relatórios, ao mencionarem os “operários da fábrica”, estejam se referindo àqueles mais especializados (os contramestres). Ou ainda, essas casas, por terem sido as primeiras construídas, podem ter servido também de moradia aos operários menos especializados da fábrica, antes desses integrarem as chamadas “Casas do Corredor” em 1887, que discutirei a seguir. Porém, entendo que seja mais provável que os operários menos especializados estejam morando, ao menos até 1887, nos cortiços e estalagens da cidade.

O relatório referente ao ano de 1893 menciona a necessidade de construir mais casas para operários. Estas demandariam maiores custos nas obras e, segundo o relatório de 1895 “as casas projectadas serão maiores que as actuaes e ficarão destinadas para famílias mais numerosas; reservando-se as actuaes para famílias menores”, onde deverão ser construídas 15 casas para operários. Todavia, por conta do excessivo preço dos materiais de construção, estas só foram edificadas em 1903. Conforme o relatório de 1902,

Attendendo que do projectado aumento da nossa Fabrica d’Algodões e da visível conveniência de termos o nosso pessoal alojado perto das fabricas e em melhores condições sanitárias, resolveu esta Directoria construir mais alguns lances de casas no terreno que possuímos na rua Rheingantz.

Assim, 14 lances de casas foram construídas no terreno além do cemitério, segundo o relatório de 1903 e, como afirma o relatório de 1904, foi colocado um gradil em frente a elas. Essas não serão estudadas nesse trabalho, já que não tive acesso as suas plantas arquitetônicas e, também, por este estudo circunscrever-se apenas às habitações situadas na atual Av.

Rheingantz, já que as casas construídas em 1903 estariam situadas na atual Av. Presidente Vargas<sup>17</sup>.



**Figura 9:** Casas construídas para famílias maiores de operários na Rua Rheingantz (atual Av. Presidente Vargas), em 1903, segundo Paulitsch (2008). Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

Contudo, não se pode dizer a data da construção das quatro casas que Paulitsch (2008) descreve como sendo casas de operários. Essas casas foram executadas com materiais mais nobres, oferecendo maiores comodidades, com fachadas de mais custosa execução (PAULITSCH, 2008, p. 103). O processo construtivo variou pouco em relação àquelas construídas ao lado, também na Rua Rheingantz, já que a estrutura do telhado é a mesma. Além disso, possuem recuo frontal de ajardinamento e muro com gradis. A cimalha abrange todo o conjunto que é uniforme e geométrico, produzindo unidade. Abaixo do friso há concha que constitui um debrum ornamental, compreendendo toda a extensão. Dessa forma, as quatro habitações adquirem uma certa harmonia. Possuem aberturas em verga reta e janelas de guilhotina, com caixilhos de vidro enquanto as portas possuem bandeira fixa, também com caixilhos de vidro, almofadada, de duas folhas e de abrir (Ibid., p. 106).

O relatório do ano de 1886 destaca a necessidade da construção de novas casas:

Julgo de bom conselho, irmos reflectindo sobre a construcção de maior numero de casas, d'esta vez – menores e mais simples – para accomodação de nossos operários de menor ordenado. Penso que deveríamos opportunamente, empregar mais Rs. 10:000\$000 em semelhante obra, da qual só ha vantagens a esperar, não só como fonte de receita, como também pela conveniencia de habitarem os operarios nas circunvizinhanças da fabrica.

---

<sup>17</sup> As atuais Avenidas Presidente Vargas e Rheingantz recebiam, após a inauguração da fábrica de lãs, uma única nomeação: Rua Rheingantz (situada na Cidade Nova).

Já o relatório correspondente ao ano de 1887 informa: “Gastou-se a quantia de Rs. 12:294\$590, com as 15 novas casas que se construiu e que ficaram concluídas em fins de Abril ultimo. Eleva-se o numero total de casas à 31”. Essas se situam atrás das casas localizadas na rua paralela à Rua Rheingantz, configurando um conjunto de edificações do tipo porta e janela que são mais modestas e menores em comparação àquelas, sendo desprovidas de ornamentação.



**Figura 10:** Casas construídas em 1887 para os operários menos especializados da fábrica. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

O relatório de 1888 afirma que será efetuada a mudança da fábrica de algodões para um novo edifício que deve ser construído juntamente à fábrica de lãs. Sobre as habitações para operários, o relatório comunica:

Soffreu pequena alteração a verba representada pelas 31 casas que possuímos (...). Me parece razoável fazermos uma redução geral de 10% nos alugueis, favorecendo assim os nossos operarios, com a condição porém de estarem obrigados á accudir a qualquer incendio da fabrica. Não só para acomodar o pessoal da fabrica de algodões, que brevemente terá de acompanhar a mudança das officinas, como mesmo para conveniência do pessoal da fabrica de lans, seria de grande utilidade senão de necessidade, a edificação de mais 20 casinhas, não contando algumas maiores para mestres, as quaes igualmente bem urgentes seriam. Deixarei de insistir nestas, atendendo aos empates do momento, considero porém indispensável a construção das 20 casas menores no valor de cerca de Rs. 15:000\$000, á cujo respeito vos peço uma resolução.

Segundo o relatório correspondente ao ano de 1889, essas 20 habitações foram construídas, assim como foi realizado o calçamento da rua interna, localizada no centro das casas.



**Figura 11:** Casas construídas para operários menos especializados em meados de 1888 e 1889.  
Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

Em comparação com as casas construídas em 1887, as habitações que suponho, a partir dos relatórios, terem sido construídas entre meados de 1888 e 1889, são menores, estando dispostas na frente das casas de 1887. Essas também possuem tipologia porta e janela, sendo desprovidas de ornamentação.

A rua interna possui escoamento central de água da chuva, não detendo um sistema de esgoto pluvial e doméstico. Logo, tanto as casas construídas em 1887, como as casas construídas entre meados de 1888 e 1889 apresentavam instalações sanitárias inferiores em relação às da Rua Rheingantz, com o pé-direito<sup>18</sup> mais baixo. Possuem condições de luz e ventilação precárias, com espaços internos ínfimos. Além disso, apresentam lixeiras familiares no quintal, assim como as casas construídas em 1884. As janelas são de guilhotina com vidros divididos, levemente menores e as portas contam com duas folhas e largura total

---

<sup>18</sup> Para evitar transtornos aos moradores e às moradoras das residências, preferi não medir o pé-direito das casas de 1884 e das Casas do Corredor. Porém, verifiquei que o pé-direito das casas construídas em 1884 é mais alto em comparação a estas últimas.

em torno de 1,10m<sup>19</sup>. Dessa forma, na rua da vila, paralela à antiga Rua Rheingantz, situam-se as chamadas Casas do Corredor.

Ferreira (2013) afirma que, enquanto as moradias, construídas em 1884 na Rua Rheingantz haviam sido construídas para os contramestres da fábrica – ou para os operários mais especializados (PAULITSCH, 2008) –, as Casas do Corredor eram originalmente cedidas a operários com família pequena ou solteiros. Porém, essas casas, de acordo com o relatório de 1886 deveriam ser entregues aos operários de menor ordenado na empresa. Somente mais tarde, em 1903, com a construção de mais casas para operários (de maior tamanho em comparação a essas), as Casas do Corredor passariam a compor as residências para os operários que possuíam família pequena, enquanto as novecentistas estariam destinadas às família maiores. Ou seja, de 1887 até 1902, as famílias de operários menos especializados da fábrica, fossem essas grandes ou pequenas, moravam nas Casas do Corredor. As casas também poderiam ter servido de moradia a homens solteiros, a partir do ano de 1903.



**Figura 12:** Casas do Corredor, situadas na rua paralela à Rua Rheingantz. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

---

<sup>19</sup> Informação retirada do levantamento arquitetônico realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel em 2016, fornecido pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.



**Figura 13:** Sistema de escoamento pluvial. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

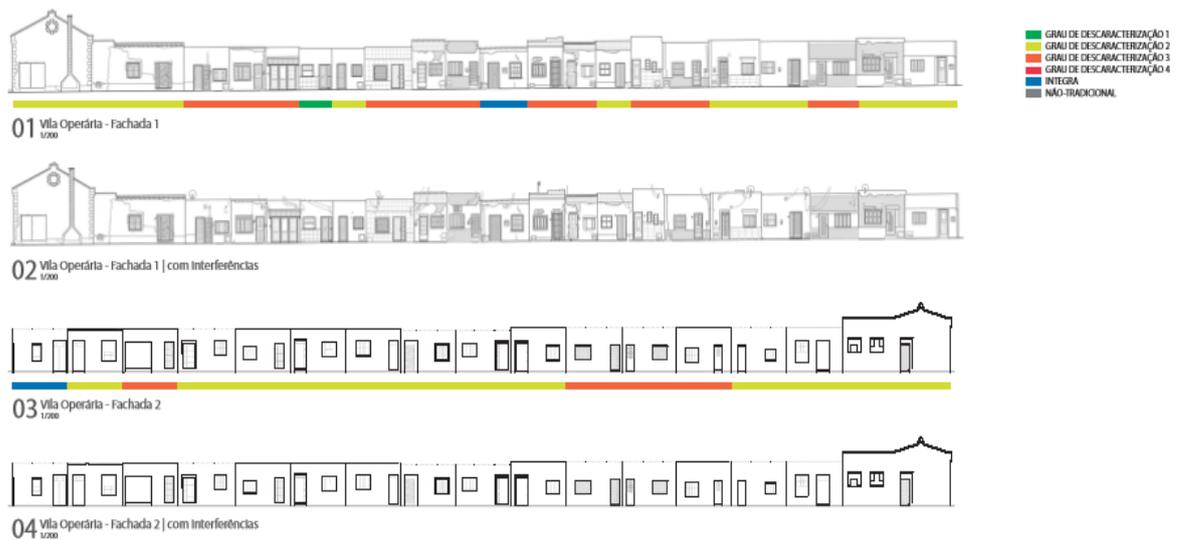


01 Montagem Panorâmica - Vila Operária - Fachada 1  
sem escala



02 Montagem Panorâmica - Vila Operária - Fachada 2  
sem escala

**Figura 14:** Fachadas das casas de operários situadas na rua paralela à Rua Rheingantz. A montagem panorâmica (fachada 1) representa as casas construídas em meados de 1888 e 1889, enquanto a montagem panorâmica (fachada 2) representa as casas construídas em 1887. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.



**Figura 15:** Análise tipológica das fachadas contendo o grau de descaracterização das casas construídas para operários menos especializados situadas na vila do corredor. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.

Na figura 14 é possível observar, na montagem panorâmica das fachadas de número 1, o ambulatório médico e, na montagem das fachadas de número 2, o armazém cooperativo. Estes se localizam na esquina, juntamente com as Casas do Corredor e a rua lateral à fábrica.



**Figura 16:** Ambulatório médico, de um lado e armazém cooperativo, de outro. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 17:** Casa de operário situada na esquina entre a Rua Rheingantz e a rua lateral à fábrica, e ambulatório médico ao lado. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.

A rua lateral também apresenta quatro casas<sup>20</sup> construídas para operários, localizadas ao lado do armazém cooperativo, ao qual ambos (casas e armazém) compartilham o mesmo telhado. As casas apresentam duas janelas e uma porta. As janelas são de guilhotina com verga reta e caixilhos de madeira com vidros divididos, levemente menores e as portas contam com duas folhas e largura total em torno de 1,10m<sup>21</sup>. Entretanto, não se pode inferir a data de construção dessas casas. Como o armazém foi construído em 1891 segundo o relatório da fábrica, referente à esse ano, estas casas podem ter sido construídas posteriormente. O ambulatório médico apresenta a data de construção na fachada (1886).



**Figura 18:** Ambulatório médico na rua lateral à Rheingantz. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

<sup>20</sup> Nota-se, na Figura 21, a semelhança entre o armazém cooperativo (pintado na cor amarela) e a casa ao lado (pintada na cor branca). O armazém parece ter sido dividido posteriormente, dando origem a uma quarta casa.

<sup>21</sup> Informação retirada do levantamento arquitetônico realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel em 2016, fornecido pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.



**Figura 19:** Data de construção do ambulatório médico na fachada. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 20:** Casas construídas ao lado do armazém cooperativo, na rua lateral à fábrica. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**03** Montagem Panorâmica - Vila Operária - Fachada 3

**Figura 21:** Montagem panorâmica das casas de operários construídas ao lado do armazém cooperativo. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.



**Figura 22:** Análise tipológica das fachadas contendo o grau de descaracterização do armazém cooperativo e das casas construídas para operários menos especializados, situadas na rua paralela à fábrica. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, 2016. Fornecimento: Secretaria de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do Rio Grande.

Os relatórios referentes aos anos de 1896, 1897 e 1898 afirmam que as casas para operários, assim como as casas de mestres, ainda não puderam ser construídas e apenas foram feitos reparos nas habitações já existentes. Assim, como vimos, foram construídas somente em 1903 as casas destinadas aos operários. Segundo o relatório do ano de 1901, devido a diminuição no preço dos materiais de construção e a urgência de dar melhores acomodações aos mestres, foram construídas, para eles, quatro habitações. De acordo com Paulitsch (2008), estas eram geminadas e de meia parede, de tipologia porta e janela com ático, com datação na fachada de 1900. Apenas uma dessas casas não foi demolida.

O conjunto possui uma fachada mais elaborada, com a presença de cimalha encimada por ático, compoteiras e um frontão com volutas localizado no eixo central da construção. Esse frontão marca um acesso em arco pleno com moldura e que atualmente possui um portão de ferro, além da datação de 1900. As portas e janelas possuem verga reta e bandeira fixa com caixilhos de vidro e uma moldura no seu contorno, bem como um friso. A porta é de duas folhas com madeiramento macho e fêmea e a janela é de abrir com caixilhos de vidro e postigo de madeira, e também é emoldurada (PAULITSCH, 2008, p. 103).



**Figura 23:** Casa de mestre construída em 1900. Fonte: Imagem do Google Maps, 2015.



**Figura 24:** Casas de mestres construídas em 1900. Fonte: Vivian Paulitsch, 2003.

O relatório do ano de 1908 afirma:

Continuam matriculados em nossa aula 65 alunos (...). Entendemos que convem ampliar a nossa aula, adicionando a esta, que só tem alunos, uma secção para meninas, e pedimos autorização para os aumentos necessários no respectivo predio ou construcção de um novo edificio.

Esse relatório também mostra a necessidade da construção do Cassino dos Mestres: “entendemos ser de grande conveniência construirmos uma casa para ponto de reunião dos Mestres da Fabrica com accommodações necessárias para sala de conversação, sala de leitura e de bilhar, podendo tambem servir para refeição dos Mestres solteiros”.

O relatório referente ao ano de 1910 propõe a edificação de mais 25 casas para operários. Já o relatório do ano de 1911 declara: “no terreno á Rua Rheingantz que

adquirimos por permuta com a Intendencia Municipal desta cidade, iniciamos a construção do Club para os mestres e oportunamente trataremos da construção da Escola e casas para operarios”. Em 1912 já estava concluída a obra de duas dessas casas<sup>22</sup>, destinadas aos operários, conforme o relatório do mesmo ano, enquanto a construção do Cassino dos Mestres e da escola estava quase finalizada. O relatório correspondente ao ano de 1914 afirma que o Jardim de Infância havia sido “generosamente construido a expensas da illustre familia Rheingantz”, para os filhos dos operários.



**Figura 25:** Ruínas do Cassino dos Mestres. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 26:** Cassino dos Mestres. Fonte: Acervo de imagens do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG.

<sup>22</sup> Não consegui identificar, durante a pesquisa, essas duas casas que foram construídas para operários na Rua Rheingantz.



**Figura 27:** Grupo Escolar Comendador Rheingantz. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 28:** Grupo Escolar Comendador Rheingantz no passado. Fonte: SILVA, 2010, p. 182.



**Figura 29:** Ruínas do Jardim de Infância. Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 30:** Jardim de Infância. Fonte: SILVA, 2010, p. 194.

Paulitsch (2008) afirma que os projetos do Cassino dos Mestres, do edifício do grupo escolar e do jardim de Infância estavam sob a responsabilidade do arquiteto alemão Theodor Widerspahn, do Escritório de R. Ahrons. O Cassino dos Mestres e o jardim de infância foram

projetados no ano de 1911 e a escola em 1912. Em 1913 houve uma paralisação na construção das casas, segundo o relatório desse mesmo ano e, de acordo com Paulitsch (2008), as obras são retomadas apenas em 1923. Cabe salientar que as casas, que segundo a autora eram destinadas aos mestres e operários da fábrica, situadas em frente as casas construídas em 1884 para servir de moradias aos operários, na Rua Rheingantz, passam a ser construídas após esse ano e, portanto, não serão estudadas neste trabalho. Os mestres, moradores dessas casas, eram, pelo menos até 1950, de nacionalidade alemã. As habitações seguiam o padrão arquitetônico de influência germânica, apresentando dois andares, porão, sótão e jardim (FERREIRA, 2013).



**Figura 31:** Casas que, segundo Paulitsch (2008), foram construídas para operários em 1924.  
Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 32:** Casas que, segundo Paulitsch (2008), foram construídas para operários em 1925.  
Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 33:** Chalé construído em 1925 para mestre (PAULITSCH, 2008). Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.



**Figura 34:** Casa construída para mestre após 1923 (PAULITSCH, 2008). Fotografia: Vanessa Avila Costa, 2017.

O sistema fabril é considerado como um dos vários elementos que compõem a paisagem, estando, portanto, inter-relacionado a todos os outros que o constituem (THIESEN, 2005, p. 20). Nesse sentido, a paisagem da Vila Operária é tomada como um artefato, seguindo as ideias de Thiesen (2005).

A Vila Operária da Rheingantz, como vimos, foi formada, primeiramente, pela edificação de casas destinadas aos operários mais especializados/contramestres da fábrica, construídas em 1884. Compreendo que a disposição dessas casas, em relação às aquelas construídas para os operários menos especializados, evidencia as relações de poder da fábrica: as casas de 1884 se encontram na Rua Rheingantz, ao lado da fábrica e, mais tarde, em 1887 são construídas casas para operários menos especializados (de tamanho menor e mais insalubres, com uma fachada sem ornamentação), atrás das casas de operários mais especializados/contramestres (de tamanho maior e menos insalubres, com uma fachada com pouca ornamentação), paralelamente à Rua Rheingantz. Se estabelece dessa forma uma hierarquia entre as casas, que evidencia a posição do funcionário na empresa. Pode ser, portanto, entendida como um prolongamento do que acontece no espaço interno da fábrica, revelando os mecanismos de uma ordem que se baseia na estratificação e nos papéis sociais estabelecidos (FERREIRA, 2013).

A distinção social se reforça a partir dos anos de 1888 e 1889, quando são construídas mais casas para operários de menor ordenado, posicionadas em frente às casas construídas em 1887 e de costas às casas destinadas aos operários mais especializados/contramestres da

empresa. Esse postura opera, também, na reprodução da disciplina e do controle fabril para além dos muros da fábrica, onde operários mais especializados/contramestres podem vigiar, de forma sutil, os operários menos especializados, sem que estes se sintam vigiados (PLENS, 2010), já que suas casas se situam em direções opostas. Ao mesmo tempo, já que essas casas estão antagonicamente dispostas entre si e ambas as fileiras de casas de operários de menor ordenado estão situadas em frente umas às outras, unidas por um pátio central, poderia haver, entre os segmentos mais baixos, o estabelecimento de vínculos e compartilhamento de ideias em comum, motivadas pela sua condição enquanto operários, favorecendo a criação de uma consciência de classe. Ou ainda, a vigilância poderia se estabelecer entre os próprios operários que poderiam vir a denunciar os maus comportamentos de seus vizinhos aos mestres da fábrica. Nesse sentido, o sistema de vizinhança atuava no controle de atitudes consideradas desviantes (FERREIRA, 2013, p. 83).

E quanto aos mestres? Onde estavam morando nesse período? Haveria a necessidade de um distanciamento entre operários menos especializados e mais especializados/contramestres da fábrica propriamente dita, no início, já que só é mencionada uma única vez a construção de casas para mestres na Rua Rheingantz, pelo menos entre os anos de 1884 e 1920? É possível observar na paisagem que, as casas construídas para mestres, no ano de 1900, são relativamente distantes das casas construídas para operários mais especializados/contramestres, ainda que essas se situem ao mesmo lado da rua. As casas de mestres possuem fachadas mais elaboradas, são mais salubres e possuem um tamanho maior em comparação às casas de operários. Me parece que, esta mesma necessidade de distanciamento dos mestres para com os segmentos mais baixos, na escala hierárquica da fábrica, ocorre também entre operários mais e menos especializados, como uma forma de reafirmar sua posição perante à classe que estava inferior a sua; uma vontade de manter a sua identidade reconhecida, ainda que estivessem morando em uma Vila Operária. Conforme Ferreira (2013, p. 83), dentro do universo dos operários havia expressões de seccionamento e diferenciação social. O uso da expressão “gente do corredor” como elemento classificatório, referindo-se aos operários que moravam nas casas do corredor, é um desses exemplos mais evidentes, segundo a autora.

Dessa forma, a intenção da fábrica de domesticar o operariado e de estabelecer, a partir da imposição de uma maneira de morar, as relações de poder extramuros como um modo de garantir a perpetuação do sistema capitalista, se faz presente na paisagem da Vila Operária.

Após refletir sobre as relações de poder estabelecidas entre os próprios operários na vila, cabe pensar, também, naquelas que são constituídas pelo gênero. Para tanto, primeiramente, faço os seguintes questionamentos: as operárias fixas da fábrica poderiam

morar na vila? Eram solteiras ou casadas? Lhes era permitido alugar uma casa? As operárias que trabalhavam à domicílio poderiam também viver na vila?

Às operárias fixas da fábrica, provavelmente, não era permitido alugar uma casa, mesmo sendo solteiras ou casadas, pois apesar da figura feminina ser considerada a guardiã do lar, o “chefe de família” desde sempre foi o homem: o pai, das mulheres solteiras e o marido, das mulheres casadas. Quando crianças, deveriam estar aos cuidados de seu pai e, no momento em que crescessem, estas se casariam passando aos cuidados de seu marido, o que não permitiria que desvios causados por sua mente frágil lhes acometessem. Porém, as mulheres operárias poderiam, sim, viver na vila – se fossem casadas com operários que também trabalhavam na fábrica e que lá moravam, juntamente com seus filhos; assim como as operárias que trabalhavam à domicílio para a fábrica se fossem casadas com operários que, por ventura, alugavam uma moradia da Rheingantz. Por sua vez, as operárias solteiras fixas poderiam ser filhas de pais operários (homens) da fábrica, que alugavam uma casa da Vila Operária para morar, bem como as operárias que trabalhavam à domicílio para a fábrica.

Pensando nas relações de poder entre classe e gênero e nas hierarquias dos funcionários da fábrica que se manifestam na arquitetura da Vila Operária, é possível refletir sobre a forma como a opressão se estabelece: esposas de operários mais especializados/contramestres, assim como suas filhas, sendo operárias ou não, oprimem as esposas de operários menos especializados/contramestres, bem como suas filhas, sendo operárias ou não. Afinal, são essas as mulheres que fazem parte da chamada “gente do corredor”. Por conseguinte, esposas de mestres, que não necessitavam trabalhar, oprimem ambas as mulheres. Os homens, fossem eles mestres, operários mais especializados/contramestres e, até mesmo, operários menos especializados, oprimem as mulheres, sejam elas suas esposas, filhas, etc.

Por outro lado, não posso afirmar que as mulheres casadas que habitavam as casas construídas em 1884, destinadas aos operários mais especializados/contramestres da fábrica, trabalhavam como operárias no seu interior ou, até mesmo, à domicílio, assim como as suas filhas (mulheres solteiras), pois deve-se considerar as melhores condições de vida que esse funcionário poderia oferecer a sua família. Como não foi possível saber o salário que esses operários/contramestres da fábrica recebiam, também não descarto a possibilidade de suas esposas e filhas trabalharem na fábrica ou à domicílio.

Entendo que as casas da Vila Operária da Rheingantz constituem um prolongamento do interior da fábrica propriamente dita, pois se no interior do ambiente onde se desenvolve o trabalho fabril as operárias estavam submetidas ao controle disciplinar e a vigilância coercitiva (FOUCAULT, 1999), ao assédio moral e sexual, na casa, além do controle fabril, as

operárias casadas estavam submetidas, também, à dominação de seus companheiros, assim como a uma jornada dupla de trabalho. As operárias solteiras deveriam auxiliar suas mães no trabalho doméstico, aprendendo a ser esposas dedicadas, boas mães e guardiãs do lar. Enquanto isso, as operárias à domicílio, que deveriam ser, geralmente, casadas, teriam que costurar para a fábrica, sem ao menos serem reconhecidas por ela como costureiras. Se não eram reconhecidas como operárias e fossem viúvas de operários, ou ainda, se não fossem casadas com operários, provavelmente não teriam direito a pôr seus filhos pequenos no jardim de infância e, mais tarde, na escola<sup>23</sup> da fábrica. Logo, se fossem casadas, teriam que trabalhar para a fábrica em casa, ao mesmo tempo em que teriam que cuidar dos filhos, preparar as refeições para o marido ir trabalhar e ainda deveriam fazer todo o serviço doméstico, talvez com a ajuda da filha, se esta não estivesse trabalhando na fábrica.

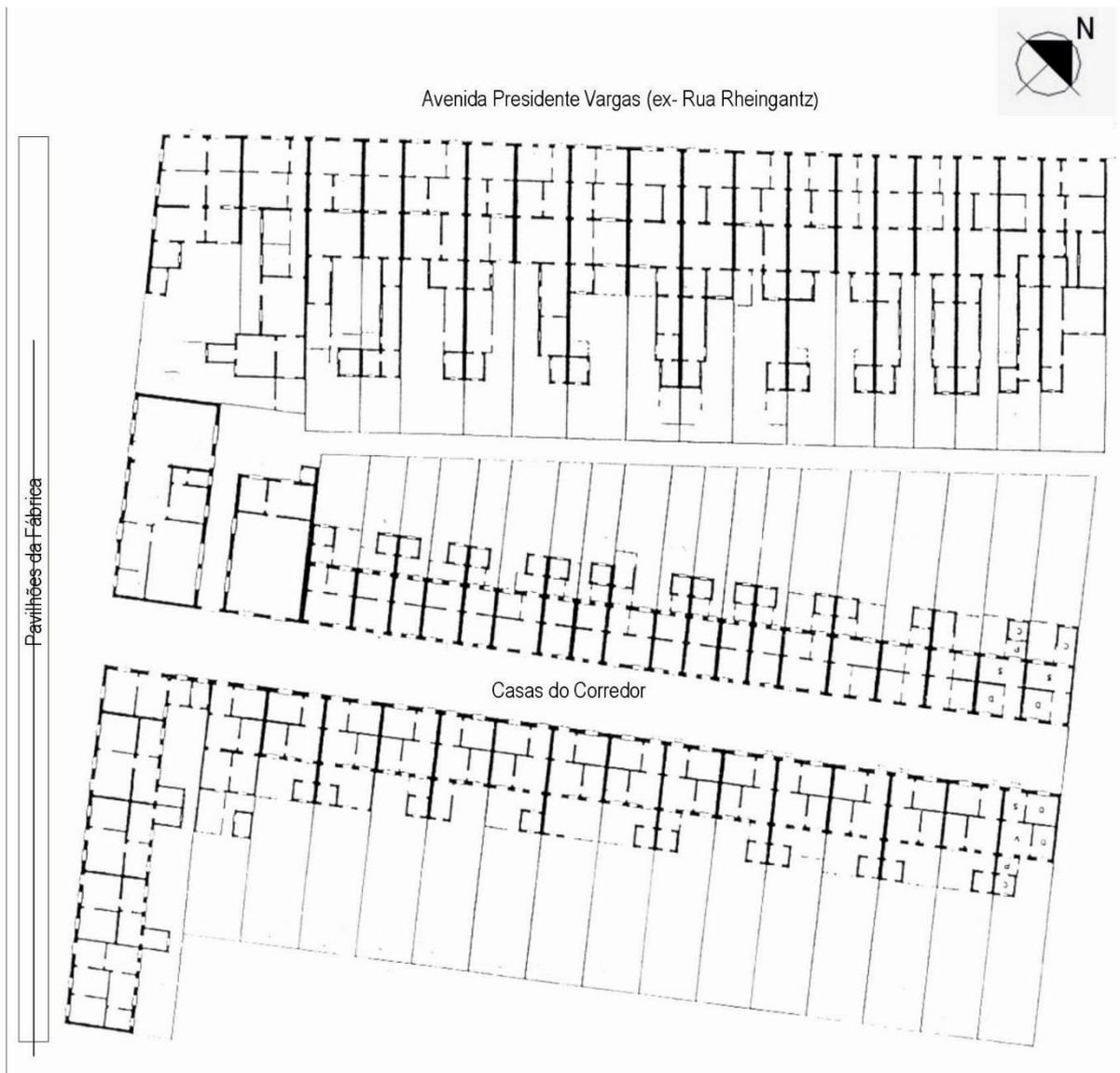
Nessa rede de tensões estabelecidas no âmbito fabril, o privado e o público se confundem e se fundem em um mesmo universo – a Vila Operária é a fábrica. O controle penetra em cada habitação da vila, disciplinando e normatizando os sujeitos que nelas moram; estabelecendo papéis sociais de acordo com o gênero dos indivíduos. No entanto, a proposta do nascimento de uma intimidade operária pela burguesia (RAGO, 2014) age na tentativa de mascaramento das formas de disciplinarização da vida cotidiana, produzindo discursos acerca da privatização da vida doméstica fundados nas casas da vila, a fim de tornar o operariado mais produtivo e eficaz na manutenção desses papéis de gênero. Afinal, a mulher precisa executar o trabalho doméstico para que o capitalismo continue imperando.

Pergunto, ainda: como deveria ser a vida cotidiana das mulheres operárias nessas habitações? Para responder à esta pergunta, realizei visitas à algumas casas e conversei com moradores e moradoras. Além disso, o estudo das plantas arquitetônicas<sup>24</sup>, tanto das Casas do Corredor, que eram cedidas aos operários menos especializados, como das casas situadas na Av. Rheingantz, destinadas aos operários mais especializados/contramestres da fábrica, me fizeram pensar sobre as formas de morar das mulheres na vila.

---

<sup>23</sup> O Grupo Escolar era destinado até o ano de 1912 apenas aos meninos que trabalhavam na Rheingantz, sendo construído nesse ano o edifício do grupo escolar com uma sala de aula para meninas, como vimos posteriormente nos relatórios da fábrica.

<sup>24</sup> As plantas arquitetônicas foram desenvolvidas por Paulitsch (2003) e não possuem escala. Cabe salientar que as plantas das casas que foram ampliadas para este estudo não são as mesmas das casas que visitei, pois decidi estudar mais a fundo as plantas das casas em que não tive a oportunidade de conhecer. No entanto, ao comparar as plantas das casas de 1884 constatei que essas possuem poucas diferenças entre si, assim como as casas situadas em cada lado do corredor. Para não expor os moradores e moradoras que permitiram a minha visita, optei pela não identificação dessas residências.



**Figura 35:** Planta Arquitetônica da Vila Operária da Rheingantz. Fonte: Vivian Paulitsch (2003).

As primeiras casas que visitei eram residências destinadas aos operários mais especializados/contramestres da fábrica, construídas em 1884 na Rua Rheingantz. Uma dessas casas se encontra bastante preservada, contando com algumas modificações, como a construção de um banheiro que passou a integrar o corpo da casa. Já o interior da outra casa não apresenta mais a configuração original, mantendo pouquíssimos traços. Paulitsch (2008), assim descreve os espaços internos dessas moradias:

É muito claro que essas habitações tinham condições inadequadas de luz, ventilação e espaço interno e péssimas instalações sanitárias, além dos despejos de lixo contíguos. A planta baixa é muito modesta, primeiramente com banheiro externo, que mais tarde será anexado à casa. A compartimentação também é de porta e janela na fachada, uma sala ligada por corredor a outra sala, tendo entre elas uma peça sem ar nem luz diretos, a alcova. Da sala parte um pequeno distribuidor que se liga a uma cozinha e ao banheiro nos fundos. As casas são rebatidas em um eixo de parede compartilhada (de duas a duas) (p. 102).

Podemos fazer um paralelo entre o estudo de Stanchi (2008) sobre a Vila Operária da Fábrica Confiança no Rio de Janeiro do final do século XIX e começo do século XX e as casas da Vila Operária da Rheingantz, sobretudo, as Casas do Corredor. Nesse estudo, o autor mostra a semelhança entre a arquitetura das habitações privativas da vila e as habitações coletivas (cortiços). Esses últimos são definidos por uma sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela, alinhadas de um ou ambos os lados do pátio/corredor (STANCHI, 2008, p. 58). Além disso, a construção de um ou dois pavimentos, com instalações sanitárias (quando existentes) nos fundos ou não cantos (Id.), também são algumas dessas características.

Em contrapartida, a política e ideologia higienista, legitimada pelo discurso médico, condenava esse tipo de habitação na cidade, como podemos ver em Dode (2012). As habitações coletivas, ainda segundo Stanchi (2008), estavam associadas a insalubridade e deveriam, portanto, desaparecer, sendo substituídas por habitações higiênicas. As alcovas, os corredores e os pátios/áreas foram os elementos mais criticados nos cortiços. Consideradas os recintos mais resguardados e protegidos da casa, onde a castidade das donzelas poderia ficar a salvo do olhar do visitante intruso, as alcovas passaram a ser consideradas verdadeiras estufas, cubículos quentes, escuros e abafados (p. 62). Os corredores são tomados como espaços apertados, desprovidos de iluminação e longos, deixando de ser vistos como uma solução de privacidade. Os pátios passaram a ser considerados espaços vazios, úmidos e infectos. Logo, contrariamente ao que Rago (2014) coloca, ou seja, que as vilas operárias são antíteses dos insalubres cortiços, entendo que a Vila Operária da Rheingantz possui características que se assemelham àquelas das habitações coletivas.

De acordo com Schettino (2012, p. 26) a casa colonial se constituía, geralmente, por uma sala na frente, alcovas no meio e sala de jantar ou íntima nos fundos antes da cozinha e dos serviços. Ao estudar as plantas arquitetônicas das casas de 1884 (Figura 36 e 37), deparei-me com uma “alcova sem janela, incrustada no meio do corpo doméstico, segregada das áreas de presença social externa” (CARVALHO, 2013, p. 316), com suas duas portas: uma que permitia a entrada pelo corredor e outra com entrada/saída pela sala. Cabe ressaltar também que a primeira peça da casa, ao qual Paulitsch (2008) denomina de sala, poderia servir a outra atividade. A planta da casa representada na figura 36 possui duas janelas, enquanto a planta restante (figura 37) apresenta apenas uma. Todos os espaços da casa poderiam ser utilizados para outras funções pela família, senão àquelas a que foram destinadas durante a execução do projeto arquitetônico.

Segundo Lima (1995), com a fundação do modo de vida burguês, os(as) filhos(as) passariam a ter aposentos próprios, separados dos pais, surgindo os quartos de criança. Logo, nas casas coloniais os(as) filhos(as) deveriam dormir na mesma alcova (se na casa possuísse

apenas uma), juntamente com os pais. Já nas casas de 1884, os(as) filhos(as) poderiam dormir com os pais, ou ainda, a sala de entrada poderia servir à função de quarto dos pais, enquanto os(as) filhos(as) dormiriam na alcova. As filhas dos operários mais especializados/contramestres da Rheingantz (operárias ou não) estariam, assim, confinadas em um local que não permite a sua exposição com o mundo exterior. Nas palavras de Schettino (2012) os pais mantinham as filhas dentro das alcovas e atrás de rótulas para evitar uma possível ligação indesejada com homens sem fortuna ou poder (p. 84).

Assim como coloca Paulitsch (2008), os espaços internos das casas possuem péssimas condições de luz e ventilação. O terceiro cômodo, onde a autora diz se tratar de uma segunda sala (que poderia ter sido projetada para servir de sala de estar/jantar), possui uma janela para o pátio/área da casa. Na habitação em que visitei, ao qual possui a configuração interna original com poucas modificações, constatei que o terceiro cômodo não apresentava janela, mas possuía duas claraboias que proporcionavam a entrada de luz ao espaço.

Após essa peça, para chegar até a cozinha, havia um passadiço que foi construído um ano depois da edificação das casas, conforme o relatório da fábrica referente ao ano de 1885. De acordo com Lima (1995, p. 136-137) a cozinha passa a estar associada à mulher, de acordo com a lógica burguesa:

O processamento da comida tornou-se uma tarefa especializada da mulher e o lugar do fogo - a cozinha - um cômodo também especializado, exclusivamente feminino. Separado dos demais aposentos, segregado, banido para as áreas mais recônditas da casa, como fundos, subsolos e porões, foi transformado em espaço de rejeição.

Eram nas cozinhas onde as mulheres, esposas de maridos operários/contramestres (operárias ou não) cumpriam a sua função biológica e cultural de nutrir o núcleo familiar (Ibid., p. 137), preparando os alimentos para que seu esposo possa trabalhar bem alimentado e para que seus filhos cresçam saudáveis. Este cômodo era a fonte de alimento da unidade doméstica, gerador de energia, onde a figura materna (Id.) se fez presente.

Ribeiro (2017) afirma que tanto a sala de jantar como a cozinha são espaços de expressão de relações de poder entre homens e mulheres (p. 77). A sala de jantar, conforme Lima (1995, p. 136), passa a ser um cômodo ligado a figura masculina, um espaço de exibição, de representação, onde eram expostas as alfaias da família, símbolos de prestígio e superioridade social. Ainda que não possuísse essa superioridade social em comparação com os mestres da fábrica, o operário mais especializado/contramestre, na sua casa, era quem comandava esse espetáculo, destinado sobretudo à consolidação de vínculos e alianças (Id.).

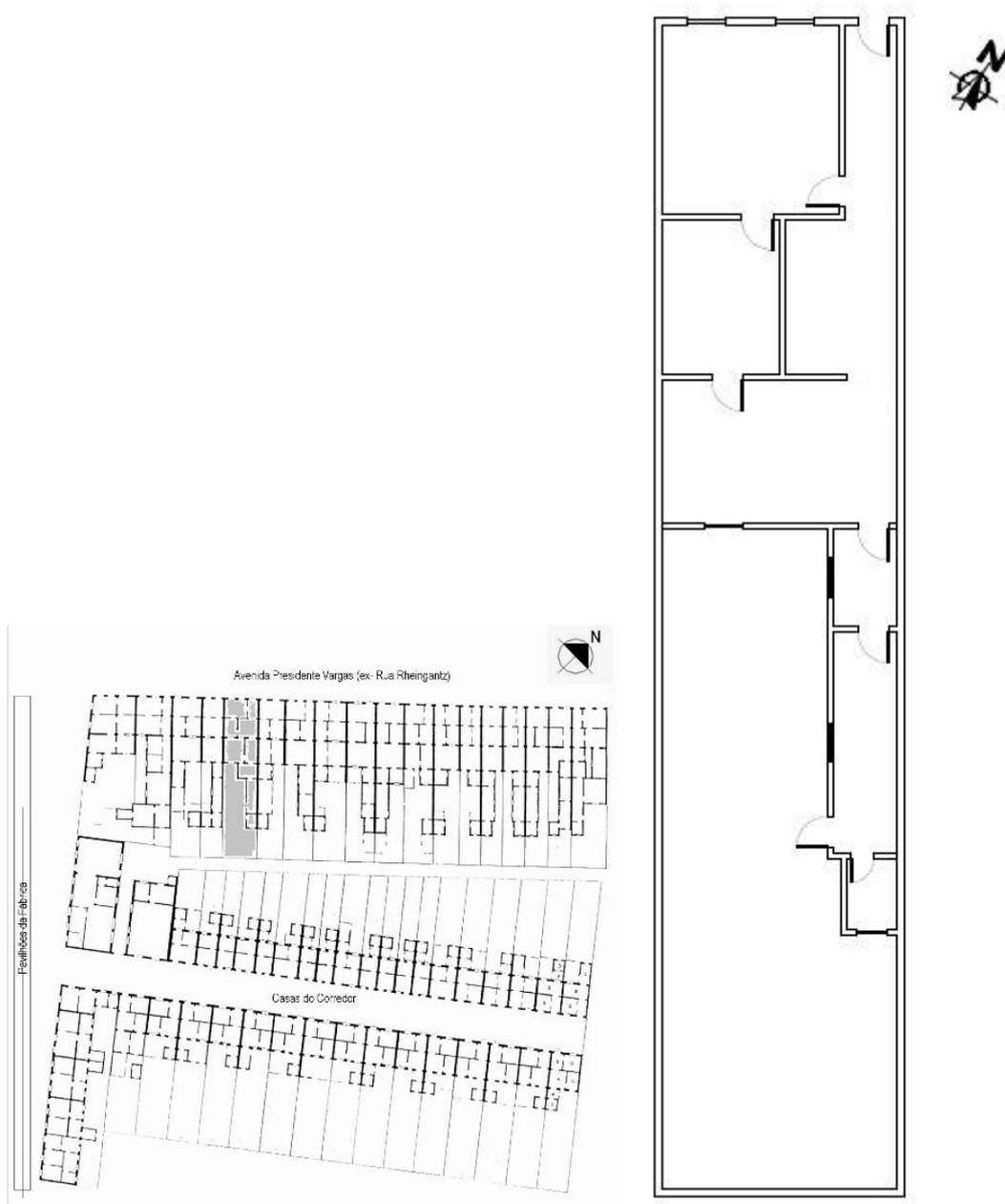
Por último, encontramos os banheiros nos fundos da habitação. Nessa lógica, tanto os espaços que compunham as cozinhas como os banheiros, eram meros anexos das casas (PECLY, et al., 2014).

Como as casas foram construídas em fita e os pátios/áreas possuíam muros baixos<sup>25</sup> que separavam as casas entre si, a família possuía pouca privacidade. Esses muros possibilitavam o contato diário com os vizinhos operários/contramestres e, como vimos anteriormente, eles poderiam estabelecer vínculos de amizade. Mas, por outro lado, a vigilância poderia se dar pelos seus colegas de trabalho, a fim de denunciar maus comportamentos por parte deles aos seus superiores. O próprio lixo, despejado no pátio/área, era facilmente visto pelos vizinhos. As mulheres também poderiam estabelecer diálogos pelo muro com outras mulheres, enquanto seus companheiros estavam no trabalho e elas executavam as tarefas domésticas. Afinal, por que não reservar um tempo para conversar com a amiga que morava ao lado, longe dos olhares dos mestres da fábrica e de seu companheiro? O muro possibilitava essa interação e elas poderiam vir a estabelecer, entre elas, relações amigáveis, de companheirismo mútuo.

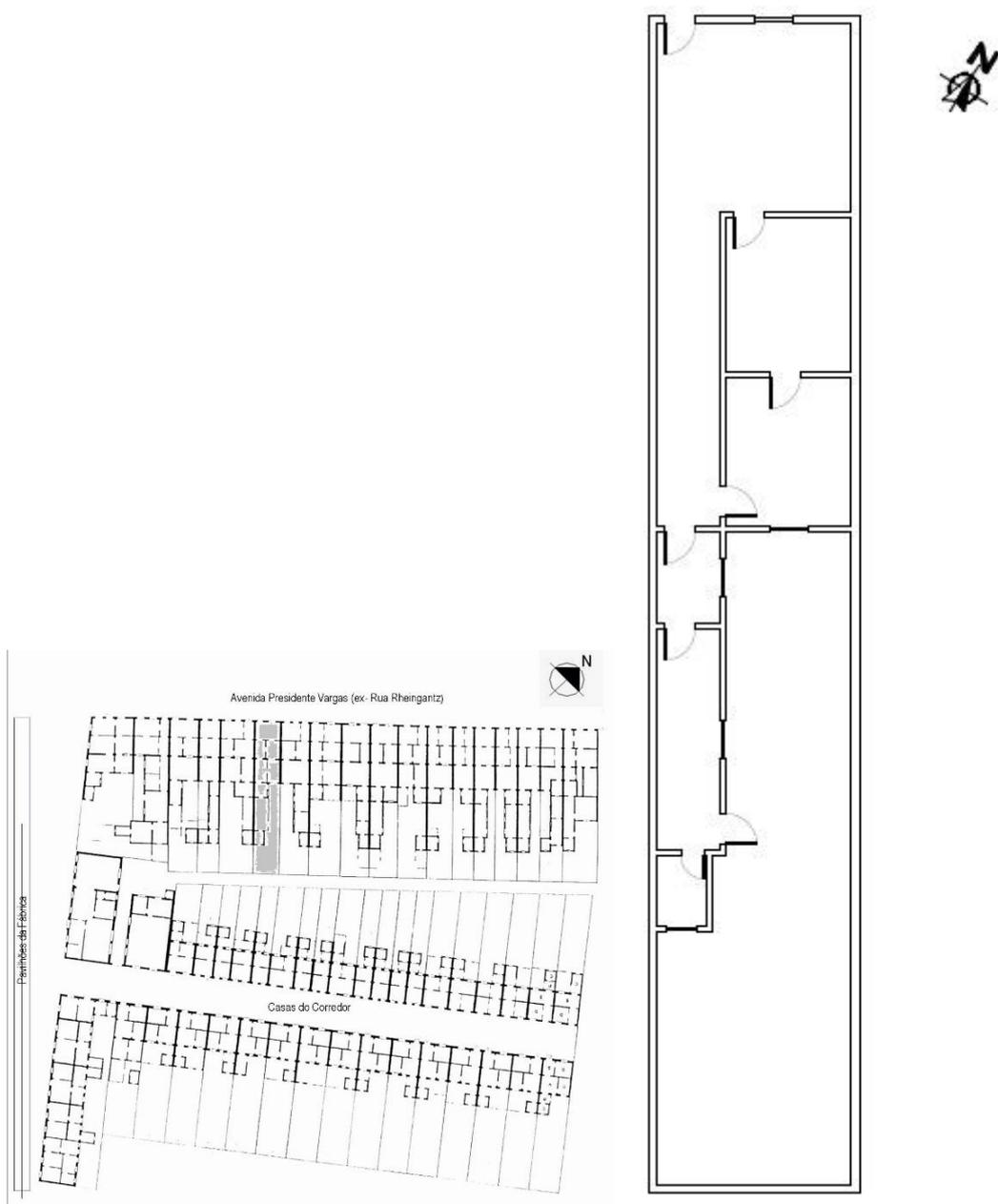
Além disso, os cômodos das casas também precisariam ser organizados e limpos pelas mulheres casadas, contando com a ajuda das suas filhas, com o objetivo de evitar doenças, seguindo o modelo burguês da ideologia higienista e da domesticidade feminina. Todavia, se as mulheres casadas trabalhavam na fábrica ou à domicílio, não teriam muito tempo disponível para a realização dessas tarefas, já que também teriam de cuidar de seus filhos e filhas e preparar as refeições para o seu marido ir trabalhar.

---

<sup>25</sup> Não medi o comprimento desses muros para não causar eventuais transtornos aos moradores e moradoras que gentilmente me deixaram entrar em suas casas. Porém, acredito que possuam cerca de 1,55 metros.



**Figura 36:** Planta da casa de 1884. Fonte: Ampliação da planta de Vivian Paulitsch (2003).

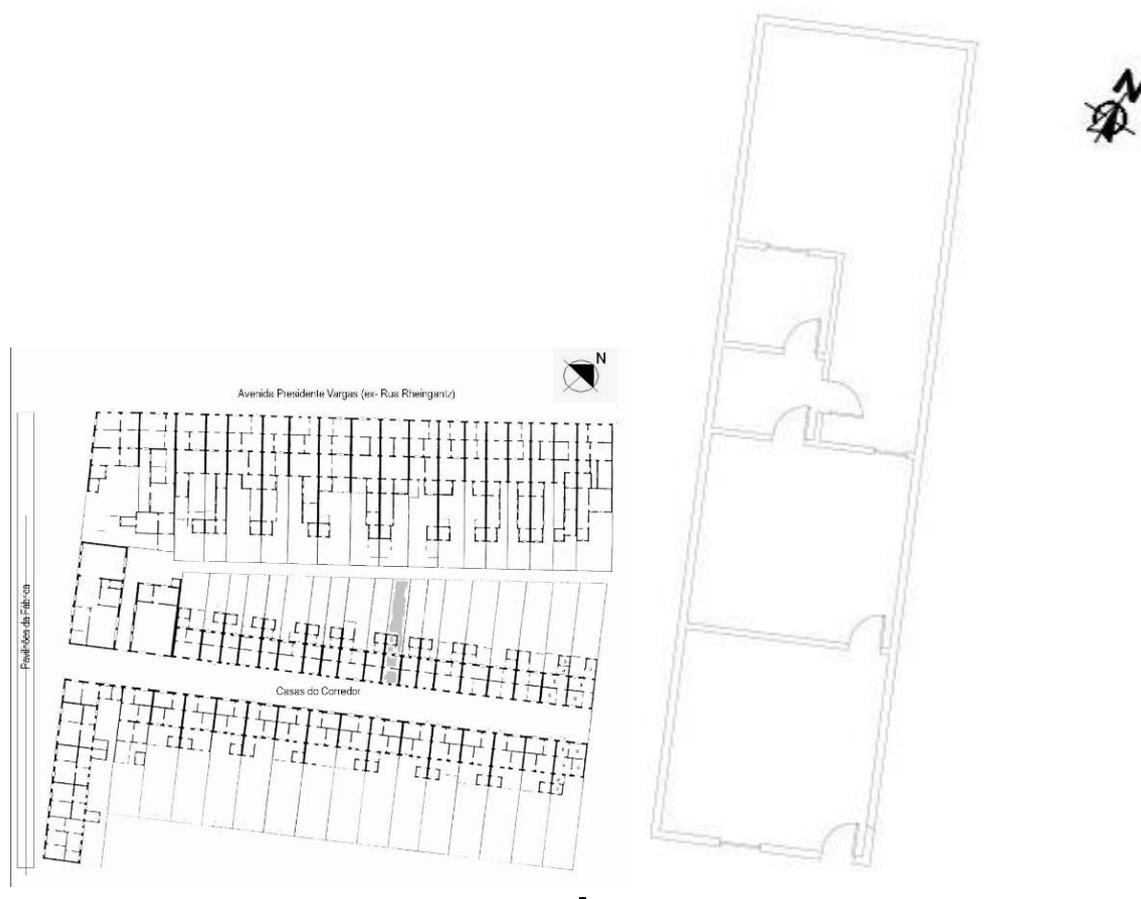


**Figura 37:** Planta da casa de 1884. Fonte: Ampliação da planta de Vivian Paulitsch (2003).

Já as casas do corredor, que eram destinadas aos operários de menor ordenado da Rheingantz, não possuem grande especialidade de funções em relação às casas de 1884, como é possível verificar nas plantas, principalmente as casas construídas entre meados de 1888 e 1889 (figura 38).

No corredor entrei, primeiramente, em uma dessas casas. Ela possuía dois cômodos muito pequenos, sem passagem (corredor interno) para o cômodo seguinte, sendo totalmente desprovida de privacidade – ou seja, para adentrar um cômodo, teria que passar por dentro de outro. O primeiro espaço da casa estava sendo utilizado pela moradora para, no mínimo, duas funções: quarto e sala, assim como o segundo cômodo, já que ela possui filhos pequenos que

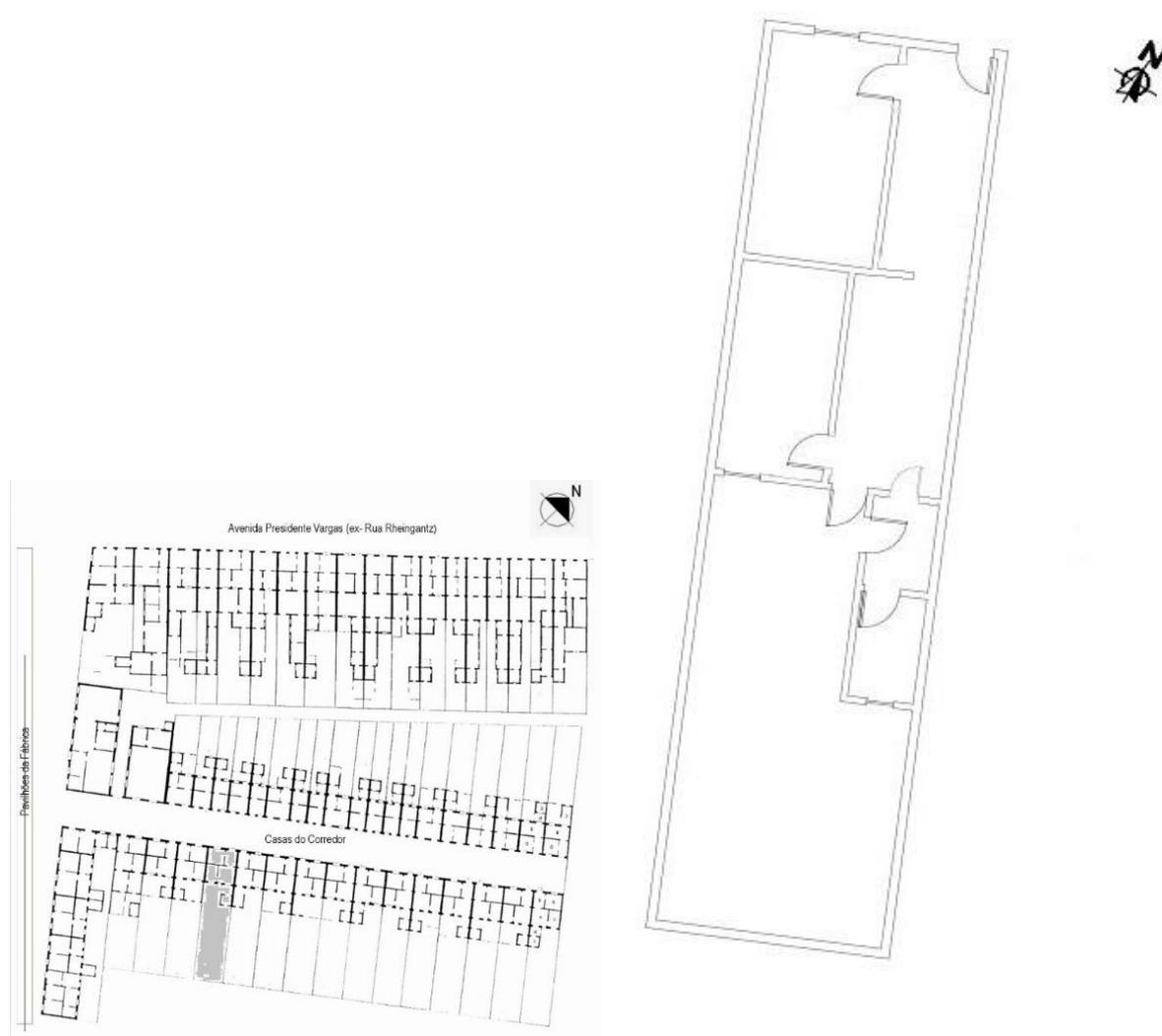
moram juntamente com ela. Portanto, não havia uma especialização de função na habitação. Pode-se ver, pela planta da casa, que a cozinha é relativamente menor em comparação a das casas da Av. Rheingantz. Enquanto isso, o espaço do banheiro também estava localizado aos fundos da casa, juntamente à ela. Essas casas são totalmente desprovidas de iluminação e ventilação, além de ser ainda mais insalubres do que as casas da Av. Rheingantz, possuindo o pé-direito menor em relação a elas.



**Figura 38:** Planta da casa construída entre meados de 1888 e 1889. Fonte: Ampliação da planta de Vivian Paulitsch (2003).

As primeiras casas a integrarem o “Corredor”, construídas em 1887 (figura 39), possuem um pequeno corredor interno que dá acesso ao primeiro cômodo da casa. Seguindo esse corredor, temos um cômodo aberto que permite a entrada tanto em outro espaço, como na cozinha minúscula. Possui também uma porta que dá acesso ao pátio/área. Pela cozinha, podemos adentrar o banheiro. Não consegui entrar em nenhuma dessas casas. Porém, a partir do estudo das plantas, pude observar que estas habitações parecem oferecer melhores acomodações em comparação com as casas construídas entre meados de 1888 e 1889. Além

disso, estas possuem o pé-direito um pouco mais alto do que as casas situadas na sua frente, permitindo condições de vida um pouco melhores aos moradores e moradoras.



**Figura 39:** Planta da casa construída em 1887. Fonte: Ampliação da planta de Vivian Paulitsch (2003).

Juntamente com a construção das casas entre aos anos de 1888 e 1889, a rua central foi acimentada e tomou a configuração que vimos atualmente, possuindo um escoamento pluvial no centro bastante rudimentar. A moradora de uma das casas que visitei contou que, nos dias de chuva, a água avança rapidamente para o interior das habitações, inundando a vila situada no corredor. Observei, durante as minhas visitas, que o corredor é bastante movimentado: enquanto as crianças brincam na rua de cimento, os(as) vizinhos(as) conversam tranquilamente, deixando as portas de suas casas abertas. Encontrei, nesta vila, muitas semelhanças com os cortiços, assim descritos por Stanchi:

A exiguidade dessas unidades habitacionais, muitas vezes reduzidas a um cubículo, obrigava o deslocamento das atividades do cotidiano do interior para o exterior, espalhando-se pelo pátio ou corredor. (...) A presença constante de pessoas e de atividades no corredor acentuavam a péssima qualidade dessa vida coletiva (STANCHI, 2008, p. 58-59).

Todavia, ainda que o corredor proporcionasse o convívio diário com os(as) vizinhos(as), eles(as) teriam que evitar balbúrdias, para que não fossem obrigados(as) a devolver a casa.

O espaço semi-público do pátio/corredor era o elemento central das habitações coletivas, marcadas pela presença, de dia, das lavadeiras com suas tinas e várias crianças e animais domésticos, e de noite, de carrinhos e carroças e de várias formas de lazer (VAZ, 2002, p. 29 apud STANCHI, 2008, p. 58).

As mulheres que moravam na vila, pelo menos em meados dos anos de 1950, lavavam suas roupas no local onde atualmente é um estacionamento, não possuindo vestígios dos tanques que foram assim descritos por um dos moradores:

“Eram tanques compridos de concreto na calçada, com divisórias onde as operárias lavavam as roupas. Também existia um varal. Mas, a gurizada roubava as roupas, então muitas ficavam esperando elas secarem. Algumas levavam um banquinho para sentar. A gente criança queria brincar na calçada e não podia. A gente dizia que elas estavam incomodando”.

Não encontrei durante a pesquisa, documentos e, nem mesmo, relatos de pessoas que poderiam me dizer a data de construção dos tanques. Estes podem ter sido construídos posteriormente ao ano de construção das Casas do Corredor. Assim, as operárias, antes da colocação dos tanques, poderiam lavar suas roupas no próprio corredor. O estacionamento que, segundo o morador, era onde os tanques estavam localizados, é relativamente perto das Casas do Corredor, próximo de onde hoje se situa a Faculdade Anhanguera e as casas construídas em 1884 e após 1903, como podemos ver na figura 40.



**Figura 40:** Localização do local onde as mulheres que moravam na Vila Operária lavavam suas roupas (em vermelho), da rua lateral à fábrica que dá acesso as Casas do Corredor (em verde) e de

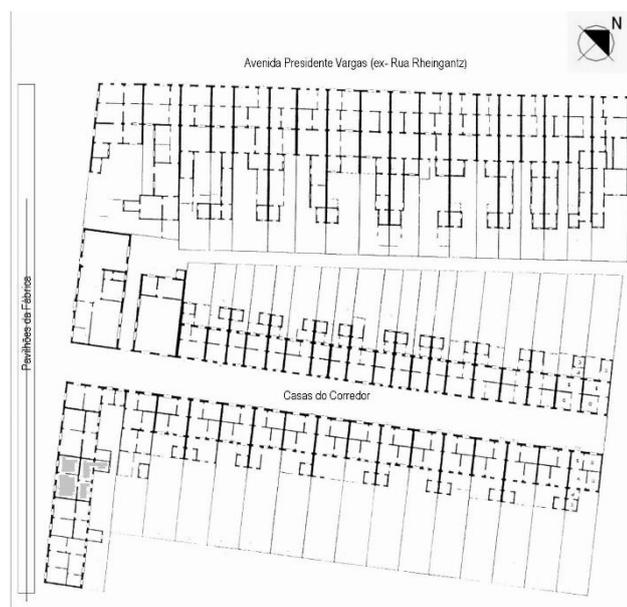
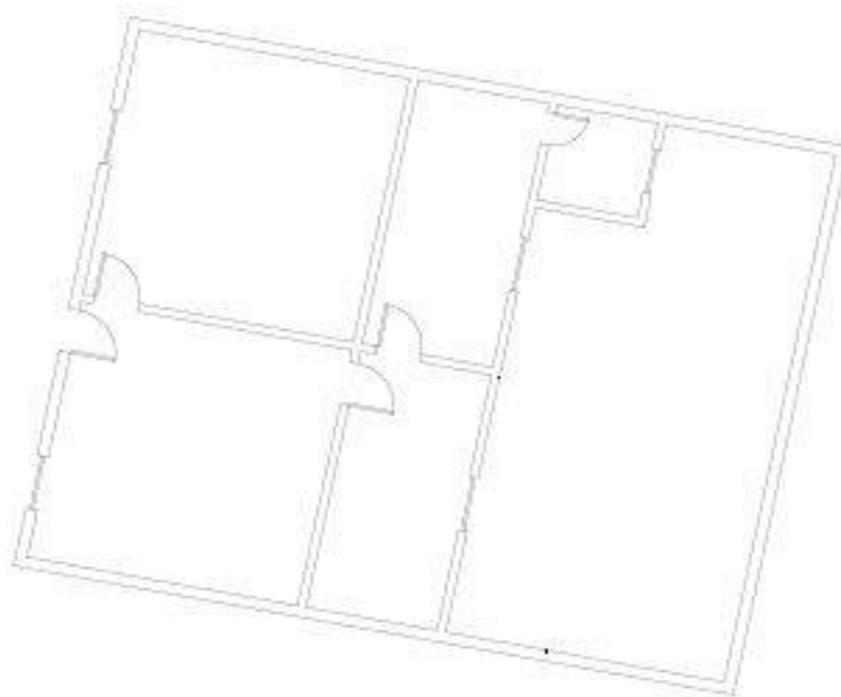
onde ficavam situadas as casas de mestres construídas em 1900 (em azul). Fonte: Imagem do Google Maps.

Nesse local, enquanto lavavam suas roupas, as operárias poderiam conversar sobre a sua vida cotidiana e estabelecer vínculos de amizade, longe do olhar de seus maridos. Elas poderiam, também, levar seus filhos e filhas para brincar, enquanto lavavam roupas. Os tanques, no entanto, se situavam relativamente perto das casas de mestres construídas em 1900. Desse modo, se os tanques foram construídos anteriormente ao ano de 1900, a edificação das casas de mestres nas suas proximidades pode ter atuado na tentativa de exercer, ainda mais, o controle sobre essas mulheres – o controle disciplinar fabril que já se faz presente, de todo modo, na vida cotidiana da Vila Operária. O que não as impediria de articular estratégias de empoderamento de forma individual ou coletivamente, não só no local onde lavavam suas roupas, mas também no próprio corredor, que permite uma aproximação mais significativa entre elas e o convívio diário, assim como a construção da identidade da mulher operária através da consciência da sua opressão de gênero e classe, seja ela trabalhadora à domicílio na vila ou no interior da fábrica propriamente dita.

As casas situadas ao lado do armazém cooperativo (figura 41), na rua lateral à fábrica, como vimos anteriormente, podem ter sido construídas após 1891, também para os operários menos especializados da Rheingantz. Visitei apenas uma dessas casas e verifiquei que sua arquitetura, assim como nas Casas do Corredor, era bastante modesta. Ela possui duas janelas e uma porta no centro. Essa porta permite o acesso, primeiramente, aos dois cômodos de mesmo tamanho, que recebem a iluminação e ventilação das janelas da fachada da casa. O cômodo ao qual entramos pela porta da frente permite adentrar em outro espaço, menor, que possui janela. Ao lado desse espaço, uma porta dá acesso a um cômodo de mesmo tamanho que também possui uma janela e que se liga ao banheiro. Esse cômodo da moradia poderia ser a cozinha – instalada no corpo da habitação e maior em comparação a das Casas do Corredor.

Em relação às habitações que integravam o corredor, estas eram casas que possuíam melhores condições sanitárias, já que todos os cômodos apresentavam janelas e eram um pouco maiores. Ademais, possuíam mais privacidade, ainda que apresentassem pouca especialização de funções. O pé-direito também apresenta uma pequena variação.

O relatório referente ao ano de 1902 menciona a necessidade de construir casas em melhores condições sanitárias para as famílias de operários de menor ordenado. Essa mudança poderia ter sido provocada devido à pressão exercida pelo avanço das políticas higienistas no contexto citadino? As mulheres que moravam nessas casas poderiam ter um modo de vida um pouco melhor do que aquelas que residiam nas casas do corredor?



**Figura 41:** Planta da casa situada na rua lateral à fábrica. Fonte: Ampliação da planta de Vivian Paulitsch (2003).

A vida das mulheres nessas casas era, de todas as formas, mais difícil do que nas casas construídas para os operários mais especializados/contramestres. Imagine a seguinte cena, projetando-a em sua mente: uma mulher operária que tem que trabalhar na fábrica para sustentar a sua família, juntamente com seu marido, também operário. O(a) filho(a) mais velho(a), ainda criança, vai trabalhar, também, na fábrica. Seus irmãos e irmãs, menores do

que ele(a), após 1911 poderiam ser deixados no jardim de infância. E antes de 1911? Como a operária poderia trabalhar no interior da fábrica, apesar de necessitar do emprego, se tivesse filhos pequenos para cuidar? Sabemos que, somente após 1903, com a construção de casas maiores, as Casas do Corredor passaram a ser destinadas às famílias pequenas. Até então, as casinhas serviriam para famílias de operários menos especializados da fábrica: sejam estas pequenas ou grandes. Vocês conseguiram imaginar uma mulher operária, trabalhando no interior da fábrica, tendo filhos(as) para cuidar?

Agora esqueça esta cena. Pensaremos em outra circunstância: imagine uma mulher costurando na casa em que mora – a Casa do Corredor, construída entre meados de 1888 e 1889 (Figura 38), pela fábrica Rheingantz. Estamos no ano de 1900. Ela recebeu algumas encomendas de cobertores e o prazo de entrega está se esgotando. Ao mesmo tempo em que costura, em um dos cômodos da minúscula casa em que mora, ela cuida dos filhos pequenos. Seu marido, um operário menos especializado da fábrica, está trabalhando. Ela conta, afoita, quantas horas ainda tem para costurar, até que o seu marido, seus filhos e sua filha cheguem do serviço. Lembrou-se que precisa preparar a refeição do dia para que eles possam continuar trabalhando fortes e saudáveis, ainda que a comida seja muito pouca. Na apertada cozinha, leva os filhos junto à ela, enquanto prepara uma modesta sopa. Porém, ao mesmo tempo em que deixa para depois a encomenda da fábrica para preparar a comida, ela precisa continuar cuidando dos filhos pequenos. Quando eles chegam, a comida está pronta, porém ela lembra que ainda não teve tempo de lavar a roupa suja. Ao mesmo tempo em que amamenta o seu filho, ela pensa que precisa do dinheiro da encomenda da Rheingantz, pois teme que seu leite acabará. Se isso acontecer, seu marido se enfurecerá e a culpa recairá sobre ela, pois se assim acontecer, o leite precisará ser comprado e seria mais um gasto à família. Caso tenha o dinheiro, talvez ele não fique tão zangado com ela.

Após a refeição, marido e filhos voltam à labuta. Está na hora de lavar a roupa para que elas sequem a tempo de voltar para a casa, pois são 13:00 horas da tarde e o sol ainda vigora forte no céu. Em um dos cantos da cozinha ela deposita as louças de barro que ficaram sujas após o almoço, para que sejam limpas mais tarde e possa servir a janta aos seus familiares.

A jovem mulher, com apenas vinte anos, se desloca até os tanques, após caminhar cerca de dez minutos, com seus dois filhos pequenos no colo. Lá, enquanto lava a roupa, ela tem a oportunidade de conversar com suas amigas, também esposas de operários menos especializados da fábrica. Após concluir a atividade de lavagem das roupas, é hora de pendurá-las no varal. Terminado o serviço, ela espera as roupas secarem, para que ninguém as roube. Ela observa, juntamente com suas amigas, os grupos de crianças brincando entre si,

todas filhas de operários menos especializados. Seus filhos, um de três anos e o caçula, de dois, juntam-se ao grupo. Assim que as roupas secam, ela volta para a sua casa.

No corredor onde mora, é possível ver crianças fazendo algazarra e mulheres correndo atrás delas, pois não era admitido pelos mestres que houvesse qualquer tipo de alardes e gritarias na vila. Portanto, era obrigação das mulheres controlar os(as) seus(suas) filhos(as) barulhentos e “dá-los(as) educação”. Chegando em casa com as roupas limpas, recém lavadas, ela começa a costurar mais um cobertor. Todavia, o sol está quase se pondo. Lembra-se que daqui à algumas horas terá que aquecer, no modesto fogão à lenha, a sopa que sobrou do almoço.

Já é noite e, felizmente, ela conseguiu adiantar a costura do cobertor, enquanto deixou seu filho maior brincando com os filhos da vizinha ao lado. O filho menor ficou com ela o tempo todo enquanto trabalhava. Seu marido chega do serviço, juntamente com seus filhos e sua filha. Ela rapidamente lava as louças de barro e, sua única filha mulher, ainda solteira e operária da Rheingantz, apesar de estar cansada após o intenso dia de trabalho no interior da fábrica, a ajuda a despejar nelas o líquido da panela de barro, servindo ao pai e aos irmãos.

Após a janta, já é hora de dormir. Enquanto os filhos pequenos dormem no primeiro cômodo da casa, na mesma cama que os pais, os filhos maiores repousam no segundo cômodo.

– Amanhã será um novo dia, mas a rotina será a mesma –, pensa, antes de dormir, a mulher operária.

Esse será mais um dia, de dupla jornada diária.

### 3.2 – A luta das mulheres operárias da Rheingantz

*Triste, louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal*

*A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te defina  
Sua casa não te defina  
Sua carne não te defina  
Você é seu próprio lar*

Vivien Carelli

Nas palavras de Rago (2014, p. 94), o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política. Segundo a autora, a subordinação da mulher frente ao homem se manifesta nesse discurso, exatamente como no interior do espaço doméstico. Seguindo essa lógica, por serem consideradas incapazes de assumirem a direção de suas próprias vidas, as mulheres devem obedecer e respeitar a figura masculina do pai, do marido e do líder.

Na maioria das vezes as mulheres são apresentadas pela pena dos homens, nos jornais e na literatura, onde falam por elas, reivindicam por elas, mas onde as próprias mulheres não tem muito espaço (MACEDO, 2010, p. 36). Ao observar as transcrições do jornal rio-grandino socialista *Echo Operário*, notei que o discurso burguês se introjeta, até mesmo, no próprio movimento operário, buscando a volta da mulher ao universo da domesticidade, pois a casa era o seu lugar e nela deveria ser mantida. No jornal do dia 17 de outubro de 1897, a opressão do trabalho das mulheres operárias foi assim denunciado pelos homens, líderes do movimento:

A dura e negra lei do salário dá ao homem, como recompensa de seu embrutecedor e pesado trabalho, o estritamente ou menos que o estritamente indispensável para reparar as forças gastas no mesmo; à mulher, o seu pesado labor é pago com um terço do que se dá ao homem. Pessimamente alimentadas, mal vestidas, como poderá lutar contra os agentes naturais e artificiais que a rodeiam? Sangue depauperado, pela falta de alimentos reconstituíntes do seu organismo, que condições de vida, de robustez, oferece à sua prole? (*Echo Operário*, 17 out. 1897 apud PESAVENTO, 1994, p. 60).

Esse discurso vai ao encontro ao que Engels assinala em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Para o autor, o trabalho das mulheres no interior da fábrica “desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos” (RAGO, 2014). Além disso, por trás da manifestação paternalista de cuidado com a mulher, havia a intencionalidade de mandá-la de volta ao lar, pois assim não haveria mais a disputa entre a mão de obra masculina e feminina. Como mostra Aravanis (2010, p. 161), a mão de obra feminina, por ser de menor remuneração, era empregada pelos

empresários a fim de maximizar seus lucros, de forma concorrente à mão de obra masculina. Assim, a vontade de preservar a mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem (RAGO, 2014, p. 95).

No jornal *Echo Operário* do dia 17 de outubro de 1897, os operários apontam a incapacidade da mulher frente ao sujeito masculino para desenvolver os trabalhos fabris, afirmando que elas só trabalhavam nas oficinas devido ao lucro que a mão de obra proporcionava aos patrões, que as pagam menos, e não por conta da sua habilidade em si. Desse modo, a imagem feminina da fragilidade é posta no mesmo patamar da criança indefesa para contrastar com o trabalho desenvolvido pelos homens, mais racionais, fortes e capazes do que elas. Os operários também argumentam que o trabalho feminino permitiu a retirada da mulher do âmbito doméstico, através de uma escrita bastante eloquente:

O moderno maquinismo, fazendo tão apta a mulher como o homem para certos trabalhos industriais, permitiu que seja arrancada ao lar doméstico para arrojá-la à oficina. Não foi a falta de braços masculinos o que provocou esta industrialização da mulher, que a obriga ao mesmo tempo a fabricar produtores e a fabricar produtos. Se os capitalistas têm utilizado de preferência os braços femininos, é porque encontraram neles – como nos braços das crianças instrumentos humanos de trabalho por menor preço (...). Pelo mesmo preço que deveria comprar-se a única força de trabalho do homem, do chefe da família, se a mulher não estivesse na oficina, o capitalista compra atualmente a tripla força de trabalho: do homem, da mulher e do menino (*Echo Operário*, 17 out. 1897 apud PESAVENTO, 1994, p. 60).

Esse mesmo jornal afirma ainda que,

A burguesia, as classes dominantes, a sociedade, enfim (...) deve estar orgulhosa dessa grande conquista, arrancar as filhas do povo, a mulher do povo, do lar doméstico, onde sua missão era toda candura e amor, criando e educando sua prole, preparando a frugal refeição à sua família, lavando, compondo e fabricando o vestuário de todos, vivendo, enfim, na família e para a família. Arrancá-la, dizíamos, a essa missão, toda candura e amor, e metê-la na oficina, na fábrica, a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto de trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação. (...) (*Echo Operário*, 17 out. 1897; SCHIMIST, 1998, p. 146 apud MACEDO, 2010, p. 46).

No discurso operário, de acordo com Rago (2014), o trabalho feminino era concebido por um viés moralista, de atentado ao pudor da figura da mulher, já que o espaço da fábrica não era adequado a sua presença delicada, que poderia vir a corromper-se, moral e fisicamente. As mulheres que não reconheciam o seu importante papel como guardiãs do lar eram tidas como loucas, degeneradas ou prostitutas (SCHMIDH, 1998).

Até agora só as mulheres do proletariado é que temos visto exercer todas as profissões por pesado que seja o exercício delas, é isso devido à condição de miséria da classe a que pertencem e que a sociedade atual a expôs, de modo que estas infelizes, antes de se lançarem no vício, socorrem-se do trabalho por mais cruel que ele seja (...) (*Echo Operário*, 7 nov. 1897 apud PESAVENTO, 1994, p. 60).

Os homens operários, nos jornais, tomam para si o lugar de fala das mulheres e decidem quais direitos deveriam ser garantidos às trabalhadoras, privilegiando a eles mesmos. Dentre esses direitos estava a reivindicação da proibição do trabalho noturno, considerado imoral para a figura feminina, e a garantia da maternidade (RAGO, 2014). Além disso, tentam convencer as operárias de que elas possuem mentes e corpos muito fracos para integrar o universo fabril, e reproduzem e ressignificam o discurso burguês do cuidado materno.

O argumento de que a mulher deveria voltar ao lar, onde cumpriria seus deveres de mãe, esposa e dona de casa, defendido pelo movimento operário, reforçou obstáculos às mulheres e operou na tentativa de deslegitimar a luta feminina por uma sociedade mais justa e igualitária. No jornal *Echo Operário* do dia 7 de novembro de 1897, se faz presente a seguinte denúncia:

Na fábrica ítalo-brasileira sabemos que dão preferência ao pessoal feminino pelo masculino! Não vamos dizer que seja isso por espírito de altruísmo, humanitário e social; pois que se dali não lhes viesse vantagem, eles não se lembrariam de fazer preferências; a vantagem está em que as mulheres sujeitam-se mais a explorações que os homens, por trabalharem sempre mais barato que estes (*Echo Operário*, 7 nov. 1897 apud. ARAVANIS, 2010, p. 61).

O discurso expresso no jornal demonstra a competição dos homens para com as mulheres, pois, para eles, elas estavam tomando seus lugares de trabalho, já que aceitavam caladas os salários menores que lhes eram pagos, assim como todo o abuso e exploração ao qual sofriam. Será que elas realmente aceitavam? As mulheres sujeitavam-se às explorações mais facilmente do que os homens, como afirmam os operários?

Macedo (2010) destaca, a partir de Petersen (2001), que apesar da indústria têxtil ser composta, em sua maioria, por mulheres e crianças, as mesmas não se fizeram presentes da mesma forma nos sindicatos e no movimento operário. A mulher operária podia se associar desde que tivesse sua moralidade reconhecida e postura feminina exemplar, ao contrário dos sócios do sexo masculino, dos quais era exigido apenas que tivessem um bom comportamento. Porém, quando sócias, eram impedidas de votar ou ser votada. Nas cláusulas de expulsão verifica-se notável diferença conforme o sexo, pois o adultério só penalizava as sócias mulheres (PETERSEN, 2001, p. 47 apud MACEDO, 2010, p. 46).

No jornal *Echo Operário* do dia 17 de outubro de 1897 consta que “as senhoras são admitidas na ‘União Operária’ com iguais direitos aos homens, tendo as suas secções à parte e terão lei propriamente para o seu sexo, feita por elas, quando atingirem o número capaz de organizarem-se” (SCHIMIDT, 1998, p. 1461). Contudo, proclamava-se que “a sociedade só admitirá sócios do sexo feminino quando comprovada a sua idoneidade” (Idem). Direitos iguais para quem?

Apesar da sua postura conservadora, no que concerne à associação de mulheres, Macedo (2010), ao analisar as atas e relatórios da Sociedade União Operária afirma que havia um número expressivo de operárias e outras trabalhadoras sócias da entidade e, embora ainda encontrassem resistência por parte de seus companheiros, algumas atuavam no teatro e escreviam nos jornais. Ao analisar os jornais, a autora também percebeu a atuação das trabalhadoras na militância e nos movimentos paredistas e de reivindicação (p. 46).

Cabe salientar que atuar no teatro e escrever nos jornais era privilégio de poucas: apenas daquelas que possuíam instrução e advinham de famílias mais favorecidas economicamente. Dentre essas mulheres, Macedo (2010) destaca Agostina Guizzardi. Militante e intelectual anarquista, ela participou no início do século XX da União Operária como associada e editou o jornal *O Proletário* de 1906 (LONER, 2001). Segundo Silva (1996, p. 170), Agostina Guizzardi gozava de certo prestígio no movimento operário riograndino. O jornal *O Proletário* noticia que um drama de sua autoria – intitulado *A Honra Operária* – foi levado à cena na véspera do Natal de 1905, no palco do salão da União Operária, sendo então muito aplaudido (Id.). Em 1906 é publicado *Amor e Ouro*, também de sua autoria, encenado pela primeira vez em 1903, no Teatro Politheama Riograndense. O teor de ambas as peças era de cunho social, onde a luta de classes era retratada a partir dos conflitos vividos pelos operários (MACEDO, 2010, p. 47) e operárias.

Agostina demonstra a sua independência intelectual dos líderes da União Operária, afirmando a necessidade de exprimir suas opiniões, sem recear "melindrar a quem quer que seja" (*O Proletário*, 28 jan. de 1906 apud SILVA, 1996, p. 170), mas, ainda assim sofria as pressões de um ambiente vigorosamente marcado pela misoginia de seus pares do sexo oposto. Como demonstra Silva (1996), Agostina Guizzardi sabia que era limitada a amplitude de sua voz, ainda que ela dispusesse de autonomia. Em seu texto escrito no jornal *O Proletário* de 28 de janeiro de 1906, ela faz um desabafo:

Sabemos perfeitamente que falamos no deserto, mas mesmo assim gritaremos cada vez mais, na esperança que no meio da aridez da inconsciência, ligada à mais imperdoável apatia, existe ainda alguns oásis, verdejantes de dignidade no pleno sentido da palavra. Às vezes, tanto se grita, até que alguém se acorda (*O Proletário*, 28 jan. de 1906 apud SILVA, 1996, p. 170).

O texto de Agostina mostra, segundo Macedo (2010) que, assim como ela, outras mulheres atuavam dentro do movimento operário, se posicionando contra as formas de opressão específicas ao seu gênero e classe. Muitas eram as que não se conformavam com o papel que lhes havia sido imposto: o de frágeis mulheres, vítimas da fábrica. Então, recusaram a figura da donzela indefesa que precisaria ser salva pelo militante operário e passaram a falar por si mesmas, lutando para que a sua voz fosse ouvida e ecoasse até outras mulheres. Para a

autora, as operárias atuaram de forma significativa no movimento operário, ainda que as fontes documentais e a própria historiografia tenham relegado às mulheres o seu lugar, desconsiderando o seu papel enquanto agentes socialmente ativas.

No entanto, como ressalta Macedo (2010) através das ideias de Bilhão (2005, p. 120), a identidade da operária, ao integrar as manifestações de classe, se construía a partir das características que haviam sido atribuídas ao sexo feminino. Portanto, a postura a qual as mulheres deveriam seguir no movimento ia ao encontro do contexto específico da época – eram estabelecidos valores e regulamentos, gestos e ações considerados próprios e compatíveis ao sujeito feminino. Cantando, declamando poesias, carregando bandeiras e estandartes, distribuindo flores, levando ao colo os filhos (Ibid., p. 49), as operárias se fizeram presentes nas greves. Ao mesmo tempo, davam ao movimento mais beleza e suavidade, tornando a questão melhor vista pela opinião pública (BILHÃO, 2005, p. 121 apud MACEDO, 2010, p. 49).

Loner (2001), como abordei no capítulo histórico deste trabalho, destaca a greve ocorrida após a Proclamação da República, em 1890, na Fábrica Rheingantz. Esta greve envolveu todas as seções, inclusive aquelas onde mulheres e crianças trabalhavam, paralisando as atividades por uma semana.

Em 1918, segundo Loner (2001, p. 26), os libertários fundaram em Rio Grande a União Geral dos Trabalhadores (UGT), uma entidade de tendência anarco-sindicalista que comandou as duas greves gerais de 1918 e 1919, sofrendo forte repressão, ao mesmo tempo em que organizava greves, auxiliava na formação de sindicatos de categorias e coordenava todas atividades proletárias da cidade durante sua existência. Entre os anos de 1918 e 1920 várias associações foram fundadas, devido aos avanços grevistas característicos do período. Dentre elas se destacam as entidades de charuteiros e tecedeiras, dois sindicatos com grande participação feminina, inclusive na diretoria e que sustentaram várias e longas greves (Id.) no final da década, formando uma das frentes principais de atuação da UGT.

Tanto nas tecelagens quanto nas fábricas de charutos, a maior parte dos trabalhadores era do sexo feminino, tendo sido criado um sindicato das tecedeiras, de orientação anarco-sindicalista (LONER, 2001, p. 32). Seu estatuto<sup>26</sup> propunha como objetivos do sindicato, conforme a autora destaca, a luta pelos direitos das mulheres tecelãs, tanto da Fábrica Rheingantz como da Fábrica Ítalo-Brasileira. O sindicato foi fundado em março 1919 e dentre esses direitos propostos no estatuto, estavam a luta pela emancipação completa da mulher, a

---

<sup>26</sup> O artigo de Loner (2001) não apresenta a fonte ao qual se encontra o estatuto do Sindicato das Tecedeiras. Macedo (2010) cita a referência do estatuto que foi acessado em rede digital, no entanto, o site não está mais disponível. Por conseguinte, não obtive acesso a ele.

defesa dos interesses morais e econômicos das operárias, bem como a promoção da educação e instrução formal, de acordo com Macedo (2010, p. 48). Entre suas reivindicações, conforme a autora, também estava a criação de uma biblioteca que viria a compor um arquivo com obras de “educação doméstica”, demonstrando a preocupação feminina em estar sempre a par das tarefas do lar.

No dia 8 de maio de 1919, mesmo ano da fundação do Sindicato das Tecedeiras, o jornal *Echo do Sul* noticia a greve ocorrida em Rio Grande, envolvendo as operárias da Rheingantz. Silva (1996, p. 160) assim descreve o movimento a partir da notícia do jornal:

Às 12 horas do dia 8 de maio, uma comissão de grevistas, composta por homens e mulheres, compareceu à fábrica e postou-se à frente do portão de entrada para "convidar" seus companheiros a aderir à greve. (...) o piquete funcionou, pois o portão foi fechado. Nesse momento um operário proferiu um "viva às oito horas de trabalho", o que resultou numa carga da cavalaria da polícia, que investiu contra os operários, ferindo algumas mulheres (SILVA, 1996, p. 160).

Seguindo a notícia, o jornal informa que um tiro foi disparado pela polícia, dispersando o coletivo. Esta segue afirmando que,

(...) pouco depois reuniram-se novamente tendo uma das operárias da União Fabril dirigido a palavra às suas colegas. Novamente a polícia interveio efetuando as prisões dos operários Henrique Barros e Adalberto Marcelino de Carvalho. Numerosos operários e operárias seguiram os seus companheiros presos dando vivas à greve e às 8 horas. Ao passarem pela rua marechal Deodoro esquina Vice Almirante Abreu, os grevistas protestaram contra a arbitrária prisão, tendo a polícia em resposta dado uma descarga sobre aqueles. Os operários responderam a pedradas a essa atitude da polícia. (*Echo do Sul*, 8 maio. 1919 apud SILVA, 1996, p. 160-161).

Integrando o movimento representativo de classe, as operárias da Rheingantz se uniram e participaram de piquetes; lutaram contra a força policial com sua voz e as pedras que encontraram pelo caminho (SILVA, 2011).

Loner (2001) também descreve a passeata, liderada pelas operárias grevistas:

No dia 8, a violência atingiu o clímax com piquetes sendo atacados em frente às fábricas. À tarde, uma passeata capitaneada por tecelãs em greve, com cerca de 3.000 pessoas, dirigia-se a um comício, quando foi atacada na praça Tamandaré, pela polícia a cavalo, usando armas de fogo e espadas, havendo um morto e vários feridos, alguns deles não pertencentes a manifestação (...) Os manifestantes revidaram com pedras e tiros, a polícia espancou mulheres e arrancou das mãos de uma delas o estandarte da UGT, levado à delegacia como troféu de guerra. Depois do conflito, numerosos operários dirigiram-se à sede da UGT, que foi atacada pela polícia, havendo tiroteio, prisão de operários e lacramento da sede (LONER, 2001, p. 38-39).

Esta deve ter sido, nas palavras de Silva, uma imagem certamente desconcertante para quem as queria sexo frágil, submissas e atemorizadas (p. 161). É possível observar que a fundação de um sindicato composto somente por mulheres tecelãs, através da UGT em 1919, intensificou a sua participação no movimento operário, tornando-as mais ativas na estruturação da sua luta, que passa a ser articulada por elas mesmas e não pelos homens.

Agora, elas eram as líderes de seu próprio sindicato. Este, com certeza, é o fruto da luta de suas antecessoras, também operárias da Fábrica Rheingantz que, certamente, por conta do discurso conservador e moralista da Sociedade União Operária, não puderam fazer valer o seu grito, para que ele fosse ouvido – tanto quanto as operárias que fizeram parte do Sindicato das Tecedeiras. Por conta do contexto do período, a UGT também poderia reproduzir o discurso burguês da ideologia da domesticidade, imposto às mulheres. Contudo, a criação de um sindicato das tecelãs deve ser compreendida como um ponto bastante importante para o fortalecimento da luta das operárias.

Para concluir este capítulo, devo apontar algumas reflexões que fiz ao escrevê-lo: as trabalhadoras que costuravam à domicílio, por não serem vistas como operárias perante a fábrica Rheingantz, será que poderiam integrar o movimento operário, sendo sócias das instituições representativas de classe – tanto a partir da Sociedade União Operária, fundada em 1893, como do Sindicato das Tecedeiras, fundado em 1919? Como abordei anteriormente, as operárias que trabalhavam em casa eram tão exploradas quanto aquelas que trabalhavam no interior do espaço fabril. Será que, por não serem consideradas operárias, lhes era negado, até mesmo, o direito de lutar? As mulheres operárias que moravam na Vila Operária da fábrica participavam das greves, mesmo podendo ser despejadas de casa por motivos de “mau comportamento”?

Por fim, proponho à leitora e ao leitor que me acompanharam até aqui que lance mão da sua imaginação e pense sobre as questões que foram levantadas durante este capítulo.

## As Trabalhadoras Resistem: considerações finais

*(...) você é uma mulher que sabe  
que outras mulheres vieram antes  
para que agora você firmasse a sua voz  
e suas ancestrais agradecem por você  
ser o grito que elas não puderam dar.*

Ryane Leão

Trago aqui este poema que me serviu de inspiração para fazer algumas considerações sobre o presente trabalho. Durante o seu desenvolvimento, propus reflexões e levantei questionamentos sobre a vida cotidiana das mulheres operárias da fábrica Rheingantz, que poderiam estar morando na Vila Operária entre os anos de 1884 e 1919. A partir dos relatórios da fábrica, plantas das habitações privativas da vila, relatos de moradores e moradoras, transcrições de jornais operários e do estatuto do Sindicato das Tecedeiras, consegui estabelecer algumas inferências sobre a vida das trabalhadoras na Vila Operária, realizando um estudo da arquitetura das casas destinadas aos operários mais especializados da fábrica/contramestres, situadas na Avenida Rheingantz e das chamadas “Casas do Corredor”, que eram alugadas aos operários menos especializados da fábrica. Observei, a partir desse estudo, que a hierarquia da fábrica se manifesta na sua arquitetura (tanto na fachada como nos espaços internos) e na forma como as casas estão inseridas na paisagem. Desse modo, consegui compreender os mecanismos de dominação patriarcal que se estabelecem no ambiente fabril, a partir da sua estrutura arquitetônica.

Entendendo que a Vila Operária é a fábrica, já que o controle disciplinar se estende para além de seus muros e penetra em cada detalhe do cotidiano das operárias, considerei as casas como um prolongamento do interior da Rheingantz propriamente dita: se no interior da fábrica a operária estava submetida ao controle disciplinar e à vigilância constante dos mestres, à exploração e ao abuso moral e sexual, na casa ela estava sujeita, também, a dominação do homem operário, fosse ele seu pai ou companheiro, bem como a uma jornada dupla de trabalho. As operárias que trabalhavam como costureiras à domicílio também estavam expostas à jornada dupla de trabalho e não eram reconhecidas como operárias perante a fábrica, mesmo sendo tão exploradas quanto aquelas que trabalhavam no interior dela. Nesse sentido, o seu não reconhecimento enquanto mulheres operárias reforçava o abuso ao qual elas estavam submetidas. Por sua vez, as esposas de operários que realizavam as atividades domésticas e que não integravam o universo laboral da fábrica, também não eram vistas como trabalhadoras, pois estariam desempenhando sua função “natural”, como mães,

esposas e donas de casa. É esse o ponto que procurei discutir nesta pesquisa: o trabalho doméstico, tomado como uma obrigação da mulher, é visto como um não trabalho, ao mesmo tempo em que é essencial para a manutenção do capitalismo. Mesmo que este trabalho fosse remunerado (como no caso das operárias que trabalhavam para a Rheingantz em suas casas), como elas não estavam trabalhando no interior da fábrica, perante ela, não eram operárias. Por não serem operárias, não teriam acesso à Mutualidade e ao Fundo de Pensões da empresa. Poderiam colocar seus filhos e filhas no jardim de infância e na escola somente se fossem casadas com operários. Além disso, pelo mesmo motivo, não se pode afirmar que elas poderiam integrar o Sindicato das Tecedeiras e articular, juntamente com as operárias fixas da fábrica, estratégias de luta contra o sistema que as oprimia de múltiplas formas.

A ideologia da domesticidade está introjetada na Vila Operária, logo, sua arquitetura constitui um mecanismo de dominação patriarcal, representando materialmente as relações de poder de gênero e classe. Mostrei, a partir do estudo das plantas arquitetônicas e da visita realizada nas habitações que, morando nas casas construídas em 1884 na Av. Rheingantz, as trabalhadoras da fábrica – fixas e não fixas, ou que não trabalhavam de modo assalariado, mas que eram casadas com operários mais especializados/contramestres –, poderiam ter uma vida melhor do que as trabalhadoras que moravam nas Casas do Corredor, em uma habitação que, apesar de possuir uma especialização de funções, eram insalubres, não dispoño de ventilação, luz e sistema de esgoto.

Identifiquei semelhanças entre as habitações privativas da vila e as habitações coletivas (cortiços), sobretudo as Casas do Corredor, em um período em que a questão higienista avançava rapidamente, através do discurso médico-sanitário, regulando os espaços da cidade e os corpos dos sujeitos. Morando nessas casas, destinadas aos operários menos especializados, as trabalhadoras da fábrica – fixas e não fixas, ou que não trabalhavam de modo assalariado, mas que eram casadas com os operários menos especializados – teriam uma vida mais difícil, já que elas eram mais insalubres do que as casas construídas na Av. Rheingantz, possuindo péssimas condições de ventilação e luz e sendo desprovidas de sistema de esgoto. Além disso, não apresentavam especialização de função (como é o caso das casas construídas entre meados de 1888 e 1889) ou pouca especialização de função, se tratando das casas construídas em 1887 e das que podem ter sido construídas após 1901, na rua lateral à fábrica. A sua vida também seria bastante sofrida se precisassem trabalhar sob encomendas para a Rheingantz, nas minúsculas casas, ao mesmo tempo em que cuidavam da rotina doméstica e desempenhavam o papel de mãe e esposa que lhes havia sido imposto.

Também identifiquei na vila, lugares onde, longe do olhar de seus companheiros, as mulheres poderiam estabelecer vínculos de amizade e reciprocidade e, a partir da tomada de

consciência da sua condição enquanto mulheres trabalhadoras, subverteriam a ordem social, criando maneiras de resistir: o “Corredor” e o local onde lavavam suas roupas. Portanto, mesmo aquelas mulheres que não puderam integrar o movimento operário, fazendo greves e piquetes, gritando e liderando passeatas, burlavam o ordenamento de uma arquitetura projetada para sujeitá-las e mantê-las na situação de subordinação ao sujeito masculino. Elas traçavam múltiplas estratégias de agenciamento, pois, à luz de Foucault “onde há poder, há resistência”.

No contemporâneo, as mulheres continuam lutando contra a aliança capitalismo-patriarcado, que a partir de tecnologias diversas – como a arquitetura –, tentam mantê-las no espaço doméstico: lugar de onde nunca deveriam ter saído, pois se as mulheres não fizerem o trabalho do lar, enfrentando uma dupla ou tripla jornada diária, quem o fará?

No passado, as operárias da fábrica Rheingantz resistiram a toda exploração e formas de violências e abusos ao qual foram submetidas, e no presente as trabalhadoras seguem resistindo às opressões de gênero, classe e raça. Encontram silenciamentos múltiplos, em todos os cantos, ao mesmo tempo em que lutam para que a sua voz seja ouvida. Porque se as trabalhadoras resistem hoje é porque no passado outras mulheres lutaram. Porque se temos alguns direitos garantidos, devemos a elas. No entanto, nas palavras de Simone de Beauvoir “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

## Referências

### Fontes primárias

Arquivo Histórico da Bibliotheca Riograndense

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1884*

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1885*

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1886*

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1887*

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1888*

*Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. – 1889*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril – 1891*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril – 1893*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril – 1894*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1895*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1901*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1902*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1906*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1907*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1908*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1910*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1911*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1912*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1913*

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril – 1914*

### Registros orais

Conversas com moradores e moradoras da Vila Operária da fábrica Rheingantz realizadas nos dias 8, 13, 22 e 24 de novembro de 2017, a partir da visitação nas casas, pelas estudantes de Arqueologia, Vanessa Avila Costa, Adara Guimarães de Souza e Yasmin Acosta da Silva, e também pela professora do curso de Bacharelado em Arqueologia, Dra. Beatriz Valladão Thiesen, através do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG.

## Bibliografia

AMARAL, G. *A mulher e a tripla jornada de trabalho: como é administrado esse desafio?* (Dissertação de Mestrado em Administração), FEAD, Belo Horizonte, MG, 2007.

ANTUNES, L. A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre género e espaço(s). c) Urbana: *Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas (SP)* v.7, n.2 [11] p.02-23, 2015.

ARAVANIS, E. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 3, p. 148-180, 2010.

BELTRAN, M., et al. *Mujeres, Arqueología y Violência patriarcal: Violência y Género*. Diputación Provincial de Málaga, Málaga, 2002, p. 1-27.

BERROCAL, M. Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de prehistoria* 66, n. 2, 2009.

BITTENCOURT, E. *Da rua ao teatro*. Os prazeres de uma cidade. Rio Grande: FURG, 2007.

BORRAZÁS, P. et al. Arqueotectura 1: bases teórico metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura. *TAPA Trabajos de Arqueología e Patrimonio*. Instituto de Investigacións Tecnolóxicas, Universidade de Santiago de Compostela. 2002.

CARVALHO, V. Género e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 8/9. p. 293-324 (2000-2001). Editado em 2003.

CHALHOUB, S. *Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

D’ALESSANDRO, M. *El capitalismo tiene um socio oculto: la mujer que realiza los trabajos domésticos no remunerados*. Disponível em: [http://www.eldiario.es/economia/Mercedes-DAlessandro-economia-feminista\\_0\\_695731271.html](http://www.eldiario.es/economia/Mercedes-DAlessandro-economia-feminista_0_695731271.html). Acesso: 10/11/2017.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. *Portal Geledés* – Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.8TGrQ4o>. Acesso: 5/07/2017.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. Editora Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2016.

DÍAZ-ANDREU, M. Género y arqueología: una nueva síntesis. In: *Arqueología y Género*. Editorial Universidade de Granada, Granada, 2005.

DODE, M. “Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...”: os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2012.

FRADER, L. Edward P. Thompson: classe, gênero, historicidade e “capacidade de agir”. In: CHABAUD-RYCHTER, D. (org). *Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora Unesp: Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

FERRADÁS, M. *Arquitectura y Género*. Una reflexión teórica. (Trabajo fin de máster universitario em investigación aplicada em estúdios feministas, de género y ciudadanía) – Universitat Jaume I, Castellón, Espanha, 2014.

FERREIRA, M. Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69 98, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Ed. Vozes, 39ª ed., Rio de Janeiro, 1999.

FURNO, J. E se as mulheres não fizessem mais o trabalho de casa? *Brasil de Fato*. 31/10/2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/e-se-as-mulheres-nao-fizessem-mais-o-trabalho-de-casa/>. Acesso: 10/11/2017.

GUARIENTO, H. *A proibição do trabalho infantil e a proteção ao trabalho do adolescente: análise a partir do Direito do Trabalho brasileiro*. Universidade de Brasília (monografia – bacharelado em direito). Brasília - DF, 2014.

ISMÉRIO, C. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1995.

LAURETIS, T. *A tecnologia do gênero*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LEVINSKY, D. *Conventos y mujeres: um estudio arqueológico sobre género y arquitectura*. S/A. Disponível em: Academia.edu. Acessado em: 4/07/2017.

LIMA, T. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. V. 3, N. 1, 1995.

LIMA, T. et al. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. V. 24, N. 1, São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142016000100299](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100299). Acesso: 6/07/2017.

LONER, B. O movimento operário na cidade de Rio Grande na República Velha. In: ALVES, F. (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Editora da FURG, Rio Grande, RS, 2001.

MACEDO, S. *As mulheres e o Movimento Operário na cidade de Rio Grande na República Velha* (Especialização em História do Rio Grande do Sul) – FURG, Rio Grande, RS, 2010.

MACHADO, L. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropológica*, Brasília, 2000.

MARTÍ, R. *La arqueología del género: Espacios de mujeres, mujeres con espacio*. Centro de Estudios sobre la Mujer. Vol. 6, Universidad de Alicante. 2003.

MARTINS, S. *Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Editora da FURG, Rio Grande, RS, 2006.

PAULITSCH, V. *Rheingantz: Uma Vila Operária em Rio Grande*. Editora da FURG, Rio Grande, RS, 2001.

PAULITSCH, V. *Rheingantz: Uma Vila Operária em Rio Grande – RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em História da Arte e da Cultura) – UNICAMP, São Paulo, 2003.

PECLY, M. et al. A casa brasileira do período colonial à arquitetura moderna. *Perspectivas online*. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Campos de Goytacazes, 11 (4), 1-14, 2014.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. EDUSC, São Paulo, 2005.

PESAVENTO, S. *História da Indústria Rio-Grandense*. Guaíba, Riocell, 1985.

PESAVENTO, S. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho (RS: 1889 - 1930)*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, S. *Os pobres da cidade (vida e trabalho – 1880-1920)*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

PLENS, C. Da força repressora à coesão sutil: a arqueologia da vila operária. In: *Revista de Arqueologia*, Sociedade de Arqueologia Brasileira. Vol. 23, N. 2, 2010.

PONS, B. *Preservar ou Destruir: O Caso do Complexo União Fabril e da Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira no Cenário Riograndino*. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arqueologia). FURG, Rio Grande, RS, 2014.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890 – 1930*. Paz e Terra, 4ª ed., São Paulo / Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, L. Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: gênero, raça e classe na Pelotas no século XIX – e depois. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, V. 11, N. 2, 2017.

RIOT-SARCEY, M. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, D. (org). *Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora Unesp: Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

RODRIGUES, D. Pós-processualismo em Arqueologia: um trabalho de Dânia Rodrigues. In: GONÇALVES, V. (org). *Seminário “Pós-Processualismo: a Morte da Arqueologia?”*. Universidade de Lisboa, Dep. de História: Lisboa, 2008.

ROMERO, M. Arqueologia de las mujeres y de las relaciones de gênero. *Revista Complutum*. Vol. 18, 2007.

SAFFIOTI, H. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra as mulheres. In: *Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais*. FLACSO – Brasil, 2009.

SCHETTINO, P. *A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX* (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SCHIMIST, B. “*Companheiras!*”: As mulheres e o movimento operário brasileiro (1889-1930). In: Casa de Colon, Espanha. 1998.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. New York, Columbia University Press. 1989.

SCOTT, J. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, G. & PERROT, M. (org.) *História das mulheres no Ocidente*. Século XIX. Porto: Edições Afrontamento Ltda. V. 4, pp. 442-475. 1991.

SILVA, M. Rompendo o silêncio: A participação feminina no Movimento Operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). In: *Estudos Ibero-Americanos*, XXII, 1996.

SILVA, R. Padrões de metadados para instrumentos de pesquisa: a integração em benefício do usuário tendo por base o acervo da Fábrica Rheingantz. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – UFSM, Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, R. *Quanto vale um patrimônio cultural? O caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande – RS*. Editora da FURG, Rio Grande, RS, 2013.

SORENSEN, M. Arqueología del género em la arqueologia europea: reflexiones e propuestas. In: *Arqueología*. n. 19, 1998.

SOUZA, A. Propagandas novecentistas ligadas à Higiene e Saúde em Rio Grande - RS. *VIII Semana Acadêmica de Arqueologia*. FURG, 2017.

STANCHI, R. *Modernidade, mas nem tanto: o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, RJ, 2008.

THIESEN, B. *As paisagens da cidade: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Rio Grande do Sul, 1999.

THIESEN, B. *Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: Arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924)*. 264p. Tese de Doutorado – PUCRS. Porto Alegre. Fevereiro de 2005.

THIESEN, B. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). Universidade de Caxias do Sul. *Revista Médis: História & Cultura*. V. 8, N. 16., 2009.

THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPel, 2010.

TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra. 2ª Edição. ODYSSEUS. 2004.

VARGAS, F. et al. Sociedade União Operária e a Educação em Rio Grande/RS. *Momento*, v. 25, n. 2, p. 285-301, jul./dez. 2016.

VIETRI, L; GODINO, I. Arqueología de las Mujeres: ciencia para la acción social. *El aporte de M.<sup>a</sup> Encarna Sanahuja VII*. Krei, 11, 2010-2011.

ZARANKIN, A. Casa tomada: sistema, poder y vivienda familiar. In: ZAZANKIN, A.; ACUTO, F. *Sed non Siata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporânea*. Buenos Aires: Del Tridente, 1999.

ZARANKIN, A. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista*. O caso de Buenos Aires. São Paulo: Fapesp, 2001.

ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedade capitalista. *Revista de Arqueologia Americana*. Instituto Panamericano de Geografia e História. n. 22, 2003.

ZARANKIN, A. Corpos Congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. In: MACEDO, J. et al. (org), *Arqueologia na Paisagem*. Rio Books, 1ª ed., 2012.